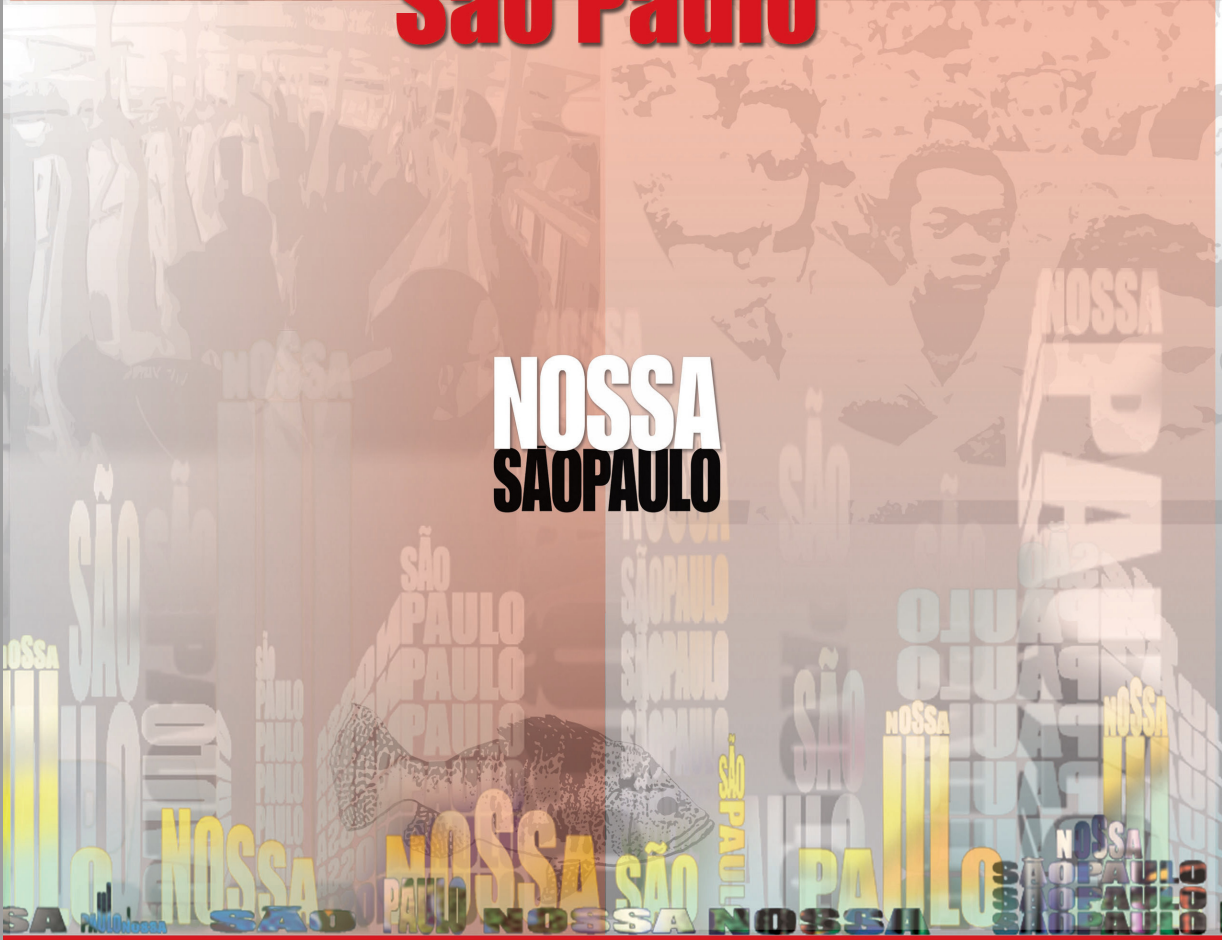




Propostas para São Paulo

**NOSSA
SAOPAULO**



Apresentação

Esta publicação reúne as cerca de 1500 propostas formuladas por diversos setores da sociedade e apresentadas no 1º Fórum Nossa São Paulo, realizado de 15 a 18 de maio de 2008. Os autores e responsáveis pelas sugestões e alternativas aqui apontadas são cidadãos e cidadãs que vivem e trabalham no município, assim como organizações da sociedade civil que atuam por uma cidade justa e sustentável. Este conjunto de propostas revela, antes de mais nada, a pluralidade de olhares, concepções e percepções sobre as necessidades da cidade e suas mais diversas regiões. E não se trata de um programa que obedece a uma determinada lógica interna ou coerência político-ideológica. A coerência que permeia a reunião destas propostas é com o processo que as trouxe até aqui.

O Movimento Nossa São Paulo proporcionou e viabilizou vários caminhos para a participação cidadã, principalmente aos que buscam uma atitude propositiva em relação aos desígnios da cidade. Com isso, garantiu a todos que suas sugestões e alternativas chegassem a este documento coletivo e bastante representativo de diversos setores e regiões da sociedade civil paulistana.

Foram realizados, entre os meses de fevereiro e maio, cerca de 60 encontros e reuniões, em diversos pontos da cidade, especificamente convocados para a discussão e elaboração de propostas. Centenas de sugestões e alternativas foram acolhidas diretamente no portal do Movimento Nossa São Paulo, além das elaboradas pelos grupos de trabalho do próprio Movimento dos quais participam ONGs, empresas, cidadãos, técnicos, especialistas acadêmicos, associações de bairros e comunidades, fóruns sociais regionais, organizações de juventude e adolescentes, entre outros.

Diferentes repertórios estão refletidos nestas propostas. Muitas delas contam com fundamentação técnica e algum tipo de conhecimento específico sobre o tema abordado, outras tantas emergem da experiência daqueles que vivenciam o cotidiano de seu bairro, de sua região ou de sua geração. Há também as que revelam o compromisso cidadão de diversos ativistas e movimentos sociais e um outro conjunto sistematiza o conhecimento setorial acumulado por importantes organizações da sociedade civil. O resultado é uma diversidade de vozes e olhares sobre a cidade, num rico conjunto que aborda praticamente todas as áreas de políticas públicas municipais.

Para esta publicação foram preservadas ao máximo a originalidade da redação de cada proposta, assim como as especificidades regionais, as formulações mais gerais e a própria presença das diferenças e até mesmo de contradições sobre os mesmos temas. Houve também a necessidade de exclusão daquelas (poucas) que atentavam contra os preceitos éticos elementares e os direitos humanos. Assim, foram sistematizadas e disponibilizadas as propostas advindas dos mais diversos setores da sociedade com transparência e respeito às suas formulações originais.

São Paulo, julho de 2008

Organização das propostas:

Secretaria-executiva do Movimento Nossa São Paulo
Rua Francisco Leitão, 469, cj. 1407
Pinheiros – CEP: 05414-020 – São Paulo, SP
Tel: (11) 3894-2400

Colaboração:

Rubens Salles

Capa:

Waldemar Zaidler (Planeta Terra Design)

Índice

	Pág.
1. Acessibilidade	4
2. Assistência Social	11
3. Cultura	13
4. Democracia Participativa	20
5. Educação	31
6. Esporte	51
7. Habitação	55
8. Indicadores	65
9. Juventude	68
10. Meio Ambiente	70
11. Orçamento	95
12. Saúde	98
13. Segurança Cidadã	108
14. Trabalho e Renda	112
15. Transporte e Mobilidade	122
16. Organizações Proponentes	139
17. Cidadãos Proponentes	142

Acessibilidade

Princípios fundamentais para a cidade de São Paulo

- **Acessibilidade Física e Intervenções Arquitetônicas** - Desenvolver projetos de engenharia e arquitetura, executando intervenções necessárias à eliminação e superação das barreiras arquitetônicas que impedem ou dificultam a circulação e o uso do espaço e dos equipamentos urbanos, com base no conceito de desenho universal. Desenvolver também a adequação da frota urbana de veículos e a adaptação da sinalização urbana e da sinalização de locais públicos ou de uso público com base no princípio da redundância para a transmissão de informações de forma visual, tátil e sonora na cidade.
- **Acessibilidade de Informações, Digital e de Tecnologia** - Desenvolver e implementar em todos os locais públicos e de uso público tecnologias, sistemas e métodos de comunicação alternativa e aumentativa que garantam a transmissão, o recebimento de informações e a prestação de serviços para grupos de pessoas com dificuldade de acesso pelas formas tradicionais, em especial as pessoas com deficiência sensorial ou intelectual, atendendo aos requisitos de acessibilidade estabelecidos em normas técnicas nacionais e internacionais. Garantir ainda que o envio e recebimento de informações, bem como a prestação de serviços disponíveis pela Internet, sigam as recomendações de acessibilidade publicadas pelo W3C/WAI (World Wide Web Consortium / Web Accessibility Initiative).
- **Sensibilização e Capacitação** – Desenvolver nos cidadãos que vivem na cidade de São Paulo a sensibilidade para que estejam mais conscientes a respeito da questão da deficiência, eliminando barreiras e combatendo a discriminação. Ao mesmo tempo, treinar e capacitar funcionários públicos e privados de modo a otimizar o desempenho de suas atribuições no que diz respeito ao atendimento às necessidades das pessoas com deficiência.

Acessibilidade no transporte público: ônibus, vans, Metrô, táxis, trens etc.

- Otimizar itinerários e aumentar o número da frota do Serviço de Atendimento Especial

(Atende), criado pelo Decreto 36.071, de 9 de Maio de 1996.

- Garantir às pessoas com deficiência com comprovada restrição financeira a aplicação da Lei 11.250, de 1 de Outubro de 1992, que dispõe sobre a isenção de tarifa no sistema de transporte coletivo do Município.
- Criar uma carteirinha única para ônibus, Metrô e trens da CPTM.
- Capacitar condutores e cobradores do transporte público para atenderem às necessidades das pessoas com deficiência, incluindo as das pessoas com deficiência intelectual.
- Criar políticas e campanhas por meio da mídia e até mesmo incluir o assunto no currículo escolar para conhecimento e educação da sociedade.
- Colocar os pontos principais do trajeto dos ônibus com letras maiores e em local mais visível para que as pessoas com deficiência intelectual possam ter maior autonomia ao utilizarem o transporte público sozinhas. Implementar, reformar e colocar cobertura em todos os pontos de ônibus, principalmente na periferia, seguindo o conceito de desenho universal para a construção do mobiliário urbano.
- Rever as adaptações já existentes nos transportes coletivos, bem como adequar as novas frotas e priorizar as normas internacionais, incluindo piso baixo nos ônibus, adaptação entre o trem e a plataforma e melhor segurança no Metrô e nos trens.
- Apresentar cronograma de adequação de toda a frota de transporte público em atendimento ao Decreto Federal 5.296/2004.
- Fazer uma campanha mais efetiva para divulgar os serviços de transportes prestados. Atualmente, muitas pessoas com deficiência não têm conhecimento do que existe ou não sabem como proceder para utilizar os serviços.
- Disponibilizar o cadastramento de itinerários no site da Prefeitura ou da SPTrans.
- Desenvolver os trabalhos da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) para que, de fato, esta coordene as ações integradas nas diversas secretarias da administração municipal para a eliminação de barreiras arquitetônicas e de comunicação na cidade de São Paulo. A CPA deve ter como atribuição efetiva assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a edificações, vias e espaços públicos, transportes, mobiliário, equipamentos urbanos e de comunicação.
- Orientar as pessoas com deficiência a estacionar em uma vaga reservada sempre com o cartão Defis-DSV, pois se não o tiver ela será multada. Trata-se de uma autorização especial, gratuita, para o estacionamento de veículos em vagas especiais da via pública - demarcadas com o Símbolo Internacional de Acesso - para pessoas com deficiência. A obrigatoriedade é regulamentada pela portaria DSV/G. n.º 014/02 - 2002.
- Incluir ônibus acessíveis nas linhas para os aeroportos (Congonhas, Guarulhos e

Viracopos), possibilitando que viajantes com deficiência possam utilizá-los sem precisar recorrer a táxis, que cobram tarifas elevadas.

Acessibilidade para locomoção a pé: calçadas, travessias, sinalização, equipamentos urbanos etc.

- Redimensionar o número de rotas acessíveis, verificando a qualidade da pavimentação das calçadas, garantindo as travessias em forma de faixas elevadas ou com rebaixamento das calçadas, com sinalização tátil de alerta e direcional.
- Apresentar cronograma inclusive com quantificação de rotas e equipamentos urbanos acessíveis em atendimento ao Decreto Federal 5.296/2004.
- Obrigar a continuidade sem degrau em desníveis acentuados entre os segmentos de calçadas dos diferentes proprietários dos terrenos ou lotes.
- Criar sistema de informação aos municípios sobre a adequação da sua calçada, realizando campanhas e distribuindo material informativo.
- Determinar que as concessionárias de serviços enviem às Prefeituras projeto de execução de qualquer interferência nas vias da cidade, garantindo a acessibilidade com fechamento seguro, sinalização visual e sonora, bem como a livre circulação dos pedestres. As concessionárias que possuem equipamentos instalados nas calçadas devem ter um período para adequar suas instalações segundo parâmetros da NBR9050:04.
- Exigir das concessionárias a troca de todos os telefones públicos por modelo acessível baseado no conceito de desenho universal.
- Criar campanhas de educação no trânsito para motoristas, visando a segurança das pessoas com deficiência física que trafegam a pé ou em cadeira de rodas, bem como das pessoas com deficiência visual e auditiva que podem ter maior dificuldade de sinalização do perigo. Essas campanhas devem também educar motoristas a não estacionar seus automóveis nas vagas preferenciais para carros que são dirigidos ou conduzem pessoas com deficiência.

Acessibilidades nas empresas públicas e privadas e seus edifícios: escolas, bibliotecas, correios, cartórios, delegacias, Fóruns, subprefeituras, bancos, locais de trabalho etc.

- Apresentar cronograma, inclusive com quantificação, para garantir edificações do poder público, acessíveis em atendimento ao Decreto Federal 5.296/2004.
- Garantir o cumprimento da Lei 11.345/93, regulamentada pelo Decreto 45.122/04, que determina que todos os locais de reunião (ou seja, locais que recebam mais de

100 pessoas por dia ou aqueles destinados a qualquer outro uso e que tenham capacidade superior a 600 pessoas/dia) devem atender ao que dispõe a NBR (Norma Técnica Brasileira) 9050/04 para efeitos da aplicação das disposições especiais para as pessoas com deficiência. Deste modo, qualquer imóvel, de empresa pública ou privada, que se enquadre nessa lei deverá dispor de acessos, banheiros, rampas, elevadores, sinalização, entre as adaptações necessárias para permitir o acesso, circulação e permanência de pessoas com deficiência. Para edifícios públicos, estabelecer cronograma de implantação e metas.

- Garantir a aplicação do Decreto Federal 5.296, de 2004, segundo o qual "no caso do exercício do direito de voto, as urnas das seções eleitorais devem ser adequadas ao uso com autonomia pelas pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e estarem instaladas em local de votação plenamente acessível e com estacionamento próximo".
- Orientar os estabelecimentos bancários para que de fato permitam o acesso das pessoas com deficiência às suas dependências, como estabelecem as Leis Municipais 12.815/99 e 12.821/99, também regulamentadas pelo Decreto 45.122/04. Deste modo, todos os bancos estão obrigados a adequar calçadas, estacionamentos, acessos, sanitários, equipamentos de auto-atendimento e o mobiliário de suas agências, a fim de eliminar todo e qualquer obstáculo às pessoas com deficiência, bem como priorizar entrada alternativa, caso tenham apenas porta giratória como acesso principal.
- Orientar as empresas públicas e privadas que contratam pessoas com deficiência a garantirem acessibilidade total, incluindo equipamentos e recursos de trabalho. Uma vez qualificados e trabalhando com equipamentos e recursos adequados, tais funcionários podem cumprir metas e chegar aos resultados esperados pela competência do seu trabalho.

Acessibilidade aos espaços e equipamentos de lazer e esportes: Shopping centers, restaurantes, cinemas, teatros, clubes privados e municipais, casas de espetáculos, praças públicas, centros culturais, museus etc.

- Orientar todos os estabelecimentos de compras a adaptar os locais para o ingresso de pessoas com todos os tipos de deficiência, bem como capacitar os vendedores a bem servir essas pessoas de acordo com as suas necessidades.
- Orientar pessoal de informação e segurança dos shoppings centers a atender às necessidades de locomoção e informação das pessoas com deficiência física, visual, auditiva e intelectual.
- Garantir que cinemas, teatros e casas de espetáculos possibilitem o efetivo acesso

das pessoas com deficiência física às dependências destinadas ao público, de acordo com a Lei 11.424/93, regulamentada pelo Decreto 45.122/04, inclusive um local onde possam usufruir boa visibilidade do espetáculo promovido ou da programação a ser exibida.

- Aplicar em todos os estádios de futebol e ginásios esportivos localizados no Município a Lei Municipal 12.561/98, que cria e mantém locais reservados, exclusivamente, para acomodação de pessoas com deficiência física que, necessariamente, façam uso de cadeiras de rodas para sua locomoção. Tais espaços deverão ter boas condições de visibilidade e facilidade de acesso, bem como permitir a permanência de acompanhante.
- Exigir que restaurantes, bares, lanchonetes, hotéis, motéis e similares apresentem cardápios em Braille, quando solicitados, por força da Lei 12.363/97, regulamentada pelo Decreto Municipal 36.999/97.
- Instruir a sociedade de que, desde 1997, a Lei Municipal 12.492 assegura à pessoa com deficiência visual, parcial ou total, o direito de ingressar e permanecer com o seu cão condutor em todos os ambientes públicos ou particulares, meios de transporte ou qualquer outro local onde necessite de seu cão-guia.
- Garantir e viabilizar a participação de todas as pessoas com deficiência em espaços e equipamentos esportivos públicos e privados, independentemente do seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.
- Garantir o oferecimento de atividades esportivas às pessoas com deficiência (todas) para a educação esportiva bem como para o treinamento esportivo na grade de atividades dos clubes particulares e municipais.
- Criar mecanismos que assegurem a participação de crianças e jovens com deficiência (todas) nas atividades esportivas no sistema escolar.
- Garantir e fiscalizar a acessibilidade dos espaços e equipamentos de esporte municipais e privados.
- Criar sistema de informação (divulgação) sobre a adequação dos espaços e equipamentos esportivos bem como a qualificação de profissionais, realizando campanha e distribuição de material informativo para a comunidade.
- Divulgar os espaços e equipamentos esportivos para a população com deficiência e seus familiares.
- Garantir a acessibilidade em todos os parques públicos. Um modelo excelente é o Parque Villa Lobos (Pinheiros - Zona Oeste).

Acessibilidade pela tecnologia assistiva: softwares leitor de telas, lupas eletrônicas, interpretação em Libras.

- Capacitar professores da Rede Municipal de Ensino para praticarem o efetivo Ensino Inclusivo, oferecendo a eles real qualificação pedagógica e material didático adequado. Tornar acessíveis todos os sites da Prefeitura de São Paulo, segundo os critérios da acessibilidade universal, incluindo os Infocentros, possibilitando acessibilidade física, instalando softwares e periféricos adaptados, e capacitando monitores.
- Efetivar a Central de Intérpretes Para Surdos e Surdos-Cegos de acordo com a Lei 14.441/97 (que foi sancionada, mas não entrou em funcionamento).
- Tornar acessível o acervo das bibliotecas públicas municipais para pessoas com todos os tipos de deficiência.
- Produzir versões em DVD com legenda, braille, com letra ampliada, áudio livro, áudio descrição. As bibliotecas devem ter softwares leitores de telas nos computadores de busca, impressoras braille, bem como intérpretes de Libras.
- Desenvolver e implementar em todos os locais públicos e de uso público tecnologias, sistemas e métodos de comunicação alternativa e aumentativa que garantam a transmissão, o recebimento de informações e a prestação de serviços para grupos de pessoas com dificuldade de acesso pelas formas tradicionais, em especial as pessoas com deficiência sensorial ou intelectual, atendendo aos requisitos de acessibilidade estabelecidos em normas técnicas nacionais e internacionais.
- Garantir que o envio e recebimento de informações, bem como a prestação de serviços disponíveis pela Internet, sigam as recomendações de acessibilidade publicadas pelo W3C/WAI (World Wide Web Consortium / Web Accessibility Initiative)

São Paulo e a habitação: construção e adaptação de habitações segundo o conceito do desenho universal de moradias adaptadas para pessoas com deficiência.

- Determinar nível mínimo de acessibilidade em edificações habitacionais, permitindo o acesso e a visita de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, fornecendo parâmetros técnicos à adequação de edificações existentes.
- Dispor às imobiliárias um critério para a criação de banco de dados específico para habitações com características acessíveis, facilitando sua localização por parte do público interessado.
- Promover as habitações com desenho universal entre os empreendimentos imobiliários existentes e que serão lançados, regulamentando a legislação existente - Decreto 45.990, de 20 de junho de 2005, que Institui os Selos de Habitação Universal

e de Habitação Visitável para unidades habitacionais unifamiliares e multifamiliares já construídas ou em construção.

- Aplicar o Protocolo de Intenções entre a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Secretaria Estadual de Habitação, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (Asbea) para a construção de conjuntos habitacionais adequados às pessoas com deficiência. Esses conjuntos habitacionais devem possuir características especiais que vão desde a acessibilidade no entorno dos edifícios ou das casas até a largura das portas adequadas à cadeiras de rodas, bem como equipamentos no banheiro.
- Fazer cumprir as leis e normas já existentes, aprovando somente a construção de edificações que estiverem plenamente de acordo com as normas. (Rampas, elevadores, largura das portas, banheiros etc). Assim uma pessoa com deficiência poderá adquirir sua moradia em qualquer condomínio, conjunto habitacional (CDHU) entre outros, que venham a ser construídos no município.
- Apresentar cronograma de implantação de habitação universal nas habitações da COHAB Companhia Metropolitana de Habitação–SP.

Assistência Social

- Criar legislação que incentive empresas e organismos públicos a liberarem, no mínimo, 8 horas por ano para que seus colaboradores possam desenvolver atividades voluntárias.
- Escolas devem desenvolver atividades voluntárias para a comunidade do entorno.
- Promover a fiscalização de programas de transferência de renda, com prestação de contas por parte do beneficiário.
- Fornecer cartão tipo bolsa família com postos de venda credenciados.
- Disponibilizar centro de atendimento à família em todas as subprefeituras da cidade, com profissionais especializados e treinados para dar atendimento personalizado a todos os cidadãos, inclusive orientação sobre como auferir de todos os benefícios sociais disponíveis pelo poder público, municipal, estadual e federal.
- Implantar equipamentos e pessoal especializados para atendimento às mulheres vítimas de violência.
- Criar fundo, semelhante ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), direcionado à juventude.
- Valorizar o trabalho realizado pelas entidades privadas sem fins lucrativos no atendimento e assessoramento aos beneficiários determinados pela LOAS, equiparando os recursos financeiros destinados a elas com os destinados ao atendimento realizado diretamente pelo Poder Público.
- Obedecer ao princípio da publicidade quanto ao repasse de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos. Manter no site da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social um rol atualizado das entidades contempladas, objeto, público alvo, prazo e montante de recursos recebidos advindos do orçamento anual ou de Fundos criados por lei (Fundo de Assistência Social, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente), para que todo e qualquer cidadão possa realizar o controle.
- Criar centros com especialistas para dar suporte à educação e reintegração social dos moradores de rua. Devem ser criados centros onde eles possam morar, estudar, executar trabalhos em parcerias com empresas, e ter acompanhamento psicológico para então mudar seu comportamento.
- Permitir que as mães de crianças que precisam ser retiradas de sua casa, em função de violência por parte do pai ou padrasto, possam ficar com elas no abrigo. Hoje a criança tem que ficar sozinha no abrigo, o que a expõe a outras situações difíceis e

não resolve o problema.

- Fazer valer a norma pela qual deveria haver um conselho tutelar a cada 200.000 habitantes. A região de Cidade Ademar, que possui 400.000 habitantes, só tem um e este vive sobrecarregado.
- Criar Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) na região de Cidade Ademar e Pedreira, que tem aproximadamente 400.000 habitantes e nenhum Cedeca.
- Implantar um GRECA na região no Jabaquara, onde não existe nenhum e os conselheiros tutelares têm que encaminhar as crianças para Santo Amaro ou Vila Mariana.
- Implantar um Centro de Referência do Idoso no centro na região do Capão Redondo, com Delegacia para o Idoso e pessoas especializadas para o atendimento, onde já existe terreno destinado para a construção.
- Criar uma instituição para amparar os mendigos que vivem nas ruas do centro, e fazer "campanhas" de incentivo para que utilizem os albergues.
- Instalar um Poupatempo na Zona Norte e um na Zona Oeste.
- Criar mais postos do programa Bom Prato.
- Construir uma agência bancária no bairro do Morro Doce.
- Municipalizar a Fundação Casa e todos os programas inerentes à área.

Cultura

Propostas das crianças e Adolescentes

- Fazer com que todo cidadão possa acessar e produzir cultura.
- Criar centros culturais perto das moradias para que a comunidade possa acessar apresentações e oficinas artísticas e também tenha espaço para apresentação de suas atividades culturais.
- Manter espaços culturais que também valorizem programação voltada para cidadania, preservação do meio ambiente, educação sexual, ensino de línguas estrangeiras, entre outros.
- Construir mini bibliotecas próximas à casa das pessoas.
- Construir Centros Culturais nas margens do Rio Tietê, com infra-estrutura para grandes shows, peças de teatro e oficinas de desenho, pintura, fotografia, entre outros.
- Construir mais lugares públicos de lazer.
- Promover a liberdade de expressão nos espaços públicos, com incentivo público ao grafite, intervenções urbanas, teatro de rua e outras manifestações culturais.
- Desenvolver atividades que fomentem a diversidade cultural, propiciando uma educação social e cultural que leve em conta também o público GLBT na sociedade.
- Aumentar a divulgação das atividades culturais gratuitas na cidade.
- Criar “Intertecas” – mistura de bibliotecas com centros de informática – dentro ou fora das escolas, principalmente nas zonas mais pobres da cidade.

Demais propostas do Fórum

Legislação e Gestão

- Divulgar para a população a verba de cultura destinada à região e promover a administração da mesma com a participação de conselhos populares. Em cada subprefeitura, os conselheiros culturais deverão ser eleitos pela comunidade.
- Criar, com o apoio das subprefeituras e das organizações do Movimento Nossa São Paulo, encontros mensais em uma praça ou local público para discutir os temas

locais, apresentar propostas, realizar apresentações culturais. Promover a apropriação dos espaços públicos com arte, cultura e debates públicos.

- Garantir a continuidade da Virada Cultural, para que na troca de prefeito ela não seja desconsiderada e esvaziada. Também deve ser mais regionalizada, isto é, a cada 6 meses uma geral para a cidade toda e a cada 6 meses por várias regiões na cidade.
- Cumprir as leis referentes à acessibilidade universal, idosos e infância.
- Promover a construção da Política Cultural Municipal com referências conceituais e metodológicas para o trabalho em cada situação ou equipamento, contemplando ação intersecretarial e transdisciplinar, integração de suas políticas públicas e planos de manutenção.
- Criar, fortalecer e manter espaços de representação, participação e monitoramento civil (Conselho Municipal de Cultura, Conferência Municipal de Cultura, Fórum Distrital ou Regional, Jornais, Associações de Bairros e rádios comunitárias).
- Criar um Fundo Municipal de Cultura, com recursos orçamentários por subprefeitura, com regras claras, transparentes e democráticas, cuja gestão esteja vinculada às instâncias de representação acima citadas.
- Os cargos de gestores devem ser ocupados por concursados, com comprovada competência, e eleitos pela comunidade a partir de proposta de trabalho.
- O financiamento às artes e cultura deve destinar-se a favorecer a qualidade, a pertinência e o acesso.
- Orçamento para a cultura: garantir por lei e com distribuição proporcional à demografia.
- Manter política de Recursos Humanos que inclua plano de carreira e aponte a descrição das competências para cada cargo e concursos públicos, com a participação de profissionais da área em questão e avaliação de desempenho.
- Devem ser criados e /ou aperfeiçoados os mecanismos que estimulem o investimento em cultura pelo empresariado local.
- Criar Pólos de Arte Popular na periferia que valorizem a história e cultura local ao mesmo tempo em que promovam atividades diversas, relacionadas às culturas populares do Brasil (música, dança, construção de instrumentos).
- O Conselho Municipal de Cultura e Paz, aprovado pela Câmara Municipal em dezembro de 2004, foi vetado pelo prefeito Serra, alegando vício de iniciativa. Esta proposta deve ser recuperada, seja pela derrubada do veto pela Câmara ou por projeto específico de iniciativa do executivo.
- Criar a cultura de Conversa de Rua uma vez por mês em diferentes praças da cidade, com o apoio das subprefeituras.
- Promover transparência e divulgação ampla do VAI (programa para a Valorização de Iniciativas).

- Criar a política de ocupação dos espaços públicos, que privilegie a comunidade local (cidadão criador), ofertando espaço e infra-estrutura para as manifestações da comunidade do seu entorno.
- Implantar Ouvidoria como instrumento para a gestão democrática dos espaços culturais.
- Promover alternativas, tais como eventos em bibliotecas e escolas, para despertar o interesse dos alunos para freqüentarem esse tipo de ambiente.
- Desenvolver estratégias de divulgação das ações culturais que contemplem as 31 subprefeituras, privilegiando locais e segmentos de público menos favorecidos pela mídia convencional, quando for o caso.
- Promover a diversidade cultural, criando espaço para o fortalecimento e a divulgação da cultura dos diversos grupos étnicos que compõem a população da cidade.
- Projeto de Lei que exija a instalação de obras de arte nas fachadas dos novos prédios residenciais e comerciais.
- Garantir o dinheiro para incentivo da cultura por meio da coleta seletiva e de materiais feitos recicladamente.

Estrutura Física e Acesso

Conceito de espaço cultural: lugar ou situação que abrigue encontros, vivências, experimentação, manifestações, possibilitando o reconhecimento das identidades, o diálogo entre elas e sua expressão.

- Implantação de espaços culturais públicos na periferia, assegurando a existência de pelo menos uma Casa de Cultura em efetivo funcionamento por Distrito, para ampliar o acesso da população aos diversos bens culturais.
- Implantar bibliotecas públicas em todos os Distritos da cidade.
- Implantar Casas de Cultura em todos os Distritos da cidade.
- Otimizar os espaços culturais já existentes, com ampliação do horário de atendimento, inclusive aos finais de semana, e da oferta de atividades.
- Ampliar o sistema móvel de leitura e informação (ônibus biblioteca, caixa-estante).
- Promover o equilíbrio na distribuição dos espaços culturais, quando da construção de novos ou adaptação / aparelhamento dos já existentes, de acordo com a população de cada subprefeitura.
- Criar e fazer a manutenção de espaços de brincar, áreas dentro de conjuntos habitacionais, nas escolas públicas, em espaços públicos diversos.
- Implantar linhas de transporte para roteiros culturais da cidade, a preços acessíveis ou gratuitos.

- Implantar pontos de distribuição de livros nos terminais rodoviários, assim como intervenções artísticas.
- Construir mais CCJs (Centro Cultural da Juventude), como o existente na Vila Cachoeirinha, nas periferias de cada zona da cidade e nos parques. Com a construção desses CCJs, poderíamos criar uma rede.
- Permitir a utilização de prédios públicos abandonados, por empresas privadas, para promoção de eventos sociais, culturais ou esportivos.
- Toda empresa deveria ser obrigada a adotar um espaço público e cuidar dele.
- Passagens de ônibus e metrô deveriam ser mais baratas durante os finais de semana, para incentivar a visita às áreas de lazer e pontos turísticos da cidade, e gratuitas para os estudantes.
- A cidade deve oferecer mais alternativas culturais e possibilitar a participação dos moradores na produção artística, como eventos culturais de rua. Exemplos: carnaval, banda, circos etc.
- Criar programas culturais e esportivos para pessoas da terceira idade, assim como um Conselho da Terceira Idade em cada subprefeitura.

Educação e conteúdos específicos

- Manter e/ou ampliar programas culturais significativos, considerando as especificidades, com regularidade e distribuição equilibrada geograficamente pelas 31 subprefeituras.
- Promover a formação profissionalizante para serviços inerentes à área de cultura, por meio da oferta de cursos gratuitos ou a preços acessíveis.
- Criar um Centro de Referência da Memória, para mapear, inventariar e cadastrar equipamentos e agentes culturais, manifestações e expressões de cultura popular e seus agentes, grupos, movimentos e instituições culturais.
- Incluir o registro das manifestações e saberes da cultura popular tradicional, e outras representações da diversidade, no sistema educacional formal.
- Fazer o acompanhamento do material didático e capacitação de profissionais.
- Fomentar a cultura como parte da agenda da população, mediante a criação de eventos e ações culturais, e com a inserção do tema na mídia.
- Criar um Centro de Referência da Cultura da Infância para mapear, inventariar e cadastrar equipamentos e agentes culturais, manifestações e expressões e seus agentes, grupos, movimentos e instituições culturais.
- Promover discussão e avaliação sobre valores presentes na atuação dos meios de comunicação.

Cultura - Propostas de ações locais

- Grajaú - Construir novos equipamentos culturais. Os espaços existentes não possibilitam o desenvolvimento de atividades culturais, e a população local perde em acesso às manifestações culturais e ao potencial cultural local.
- Grajaú - Formação de conselho deliberativo gestor de cultura, formado pela sociedade civil e administração direta (coordenação de cultura, supervisão de cultura).
- Grajaú - O perfil de supervisor de cultura deve ser coerente com seu propósito, e deve haver um representante local para ocupação dessa função.
- Grajaú – Disponibilizar os espaços culturais existentes (teatros dos CEUS, escolas, praças) e recursos públicos para ampliação da oferta de atividades culturais, assim como prover equipamentos e infra-estrutura para sua utilização pelos grupos culturais locais.
- Do complexo cultural em construção na região de Grajaú:
 - Deve ser estabelecida uma política de participação e envolvimento dos movimentos culturais e da população local na elaboração dos programas, e na gestão desse equipamento;
 - Deve ser criado um conselho gestor deliberativo formado por representantes da sociedade civil e o poder público;
 - O complexo deve ter uma dotação orçamentária específica que viabilize a realização de atividades e sua infra-estrutura;
 - A execução desse orçamento deve ser transparente para a população;
 - O complexo cultural deve ter autonomia para buscar recursos para viabilizar os projetos, e que estes sejam subordinados ao conselho deliberativo.
- M'boi Mirim - Implantação de espaços culturais de fácil acesso viário na região.
- M'boi Mirim - Realizar eventos na região com estrutura pública e privada, conforme calendário cultural da cidade. Exemplo:

JANEIRO - Aniversário de São Paulo, aniversário de distritos;

FEVEREIRO - Grito de carnaval, integração dia da amizade e dia do esportista;

MARÇO - Integração do dia universal do teatro, dia internacional contra discriminação racial, e dia mundial da água;

ABRIL - Integração do dia nacional do livro infantil, dia do Índio;

MAIO - Integração do dia mundial do trabalho com dia do sertanejo, abolição da escravatura, dia da comunidade e dia da juventude, dia mundial da diversidade cultural em conjunto com dia da mata Atlântica;

JUNHO E JULHO - Integração da semana mundial de meio ambiente nas festas

juninas e julinas, dia do imigrante, dia de liberdade de pensamento, dia do motociclista, dia de proteção às florestas;

AGOSTO - Integração do dia nacional das artes, dia do artista de teatro, dia do folclore dia do estudante, dia mundial da fotografia, e dia nacional da saúde;

SETEMBRO - Integração semana da pátria, independência do Brasil, dia internacional da alfabetização, dia da luta nacional das pessoas com deficiência, dia da Amazônia, dia internacional para preservação da camada de ozônio, dia da árvore, dia do teatro, dia do frevo, dia mundial sem carro, dia da juventude brasileira;

OUTUBRO - Integração do dia internacional da terceira idade, dia dos nordestinos, dia das crianças, dia do poeta, dia do professor, dia nacional do livro, dia da democracia, semana da ciência e tecnologia, dia da natureza e dia mundial dos animais;

NOVEMBRO - Integração do dia da ciência e cultura, dia do cinema brasileiro, dia do radialista, dia nacional de alfabetização, dia internacional do livro, dia do aposentado, dia da música e do músico, dia da criatividade e do inventor, proclamação da república, dia da Bandeira, dia nacional do doador de sangue, dia da consciência negra;

DEZEMBRO - Integração do dia internacional de combate a AIDS e DST, dia do imigrante, dia nacional do Samba, dia internacional da pessoa com deficiência, declaração universal dos direitos humanos, dia internacionais dos povos indígenas, dia universal do palhaço, dia nacional do ministério público;

Obs. Todos eventos com participação direta das secretarias de esporte recreação e lazer, meio ambiente, e cultura do município de São Paulo.

- M'boi Mirim - Criação de Centros Culturais onde os jovens possam estudar música, teatro, dança, cursos profissionalizantes, palestras e exposições, cursos de informática para todas as idades, acessa São Paulo nas periferias e parques. Criação de Bibliotecas comunitárias.
- Pirituba - Criar um centro cultural com os seguintes espaços e atividades: Biblioteca, espaço para estudo, Lan House, atividades esportivas, oficinas, danças, teatro, espaço para shows, salas de cinema, espaço e atividades dedicadas à 3ª idade, espaços para jogos e praça de alimentação.
- Pirituba - Revitalizar o clube localizado na Rua Dolores Duran com a rua Porto Amarante, que está praticamente abandonado, e que não atende o interesse da população como deveria.
- São Miguel Paulista - Implantar cineclubes nos pontos de disseminação de cultura que existem na região e promover discussões e debates inerentes aos temas dos filmes.
- Vila Clementino - Implantar um trajeto turístico cultural focado nos vários edifícios e

locais do entorno do bairro que foram erigidos no início do século passado, exemplos da consolidação estética modernista que se instalou em nossa cidade nesse período, incluindo uma ciclovia.

- Anhangabaú - Que sejam promovidos mais eventos culturais na região.
- Rio Pequeno - Fazer a manutenção dos espaços que já existem no distrito, tais como o Centro Desportivo Municipal (CDM), que está localizado no Sapé e não é utilizado por falta de equipamentos e profissionais capacitados para o desenvolvimento de atividades com a comunidade.
- Raposo Tavares - No distrito existe uma necessidade grande de espaços de cultura, lazer e esportes, principalmente na área da Cohab Raposo.
- Raposo Tavares - Implementação do Plano Diretor Estratégico para a COHAB Raposo Tavares, desenvolvido pela comunidade em parceria com a FAU-USP em 2001.
- Construir uma Biblioteca na região da Praça Marechal Deodoro.
- Construir uma Biblioteca na região de Itaquera.
- Jardim Paulistano – Construir praças, parque público e Centro Cultural.
- Lapa - Criar bibliotecas públicas na região da Barra Funda.
- Sé - Criar centros de integração para os jovens da região.
- Cidade Ademar – Construir centros culturais: um próximo da Av. Yervant Kissajikian e outro da Av. Cupecê.

Democracia Participativa

Propostas das Crianças e Adolescentes

- Criar um Cidadelo: local onde as pessoas se reúnem para discutir a cidade e criar os projetos junto com o poder público.
- Criar condições na cidade para que se possam praticar todos os direitos e deveres, sejam eles individuais, políticos, sociais, econômicos ou culturais.
- Garantir que os atos de votar e ser votado sejam feitos com consciência, e a partir da participação popular.
- Levar a sério a igualdade, para que pobres e ricos se tornem um só povo e não estejam divididos em classes sociais.
- Promover a ética e cidadania entre prefeitos, governadores, presidente e população, por meio da participação efetiva de todos nos assuntos da cidade.
- O dinheiro público só deve ser usado em programas voltados para o benefício da população.
- Criar mecanismos para implementação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Ampliar o debate para evitar a redução da maioridade penal.
- Criar políticas públicas que atendam favelas e periferias.

Demais propostas do Fórum

Plano Diretor estratégico e regional

INDICADOR - Cumprimento das metas do plano diretor e do plano de governo - *monitoramento das ações governamentais em relação ao Plano Diretor e ao Programa de Governo segundo as metas estabelecidas.*

- IMPEDIR a Revisão do Plano Diretor (Estratégico e Regionais) nas questões que não estejam, à época da revisão, regulamentadas ou implementadas.
- As revisões do Plano Diretor (Estratégico e Regionais respectivamente), devem ser feitas com ampla participação da população de cada uma das 31 subprefeituras. Para isso, é urgente a implantação dos Conselhos de Representantes, eleitos pela

população, que darão legitimidade a essa participação.

- Cumprir os compromissos da Agenda 21.
- Criar canais de participação popular para desenvolvimento e promoção de políticas públicas.
- Implementar integralmente o ECA em todas ações, programas, projetos, orçamento do município.
- Agilizar mecanismos de atendimento a denúncias.
- Ampliar a participação popular na elaboração do Plano Diretor e na gestão da cidade.
- Ter transparência na prestação de contas do governo.
- Constituir Fóruns sócio-ambientais nas subprefeituras.
- Firmar compromisso com a Agenda HABITAT para Municípios.
- Operacionalizar suas diretrizes de forma descentralizada nas subprefeituras.
- Firmar compromissos de fortalecimento das instâncias participativas, especialmente na constituição e operação dos Conselhos Municipais, possibilitando a participação ampliada da sociedade, nas instâncias regionais e setoriais, para o planejamento e a gestão urbana.
- Dar continuidade ao Programa Modernizando a Gestão Pública da Prefeitura Municipal de São Paulo, com o objetivo consolidar a 1ª etapa do projeto e buscar o crescimento sustentado da receita Municipal e a redução dos gastos municipais. Também otimizar a utilização dos recursos por meio do desenvolvimento de novas ferramentas de gestão.
- A Prefeitura e outros órgãos devem levar em consideração as questões e soluções apresentadas pela Ouvidoria, especialmente no que tange às subprefeituras.
- Criação de Ouvidorias nas subprefeituras, independentes, só prestando contas e encaminhamentos para a Ouvidoria Central.
- Incluir no site da Prefeitura – SAC – sugestões, reclamações e elogios.

Conselho de representantes

INDICADOR - Funcionamento dos conselhos municipais de representantes - *acompanhamento sistemático dos Conselhos, inclusive dos Conselhos de Representantes junto às subprefeituras da cidade de São Paulo, segundo seus próprios critérios e regimentos de funcionamento, assim como suas contribuições para as políticas municipais.*

- Mover ação contra o Poder Executivo por estar agindo contra a Lei nº. 13.399/02, que instituiu as 31 subprefeituras na cidade de São Paulo, ao centralizar Serviços e Coordenadorias.

- Mover ação contra o Poder Executivo por estar agindo de forma irregular, desrespeitando o Artigo 78 da Lei Orgânica Municipal (LOM), ao permitir o funcionamento das 31 subprefeituras sem os respectivos Conselhos de Representantes.
- Realizar ações para que o Poder Executivo implemente os Conselhos de Representantes junto a cada uma das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo.
- Implantar os Conselhos de Representantes nas subprefeituras de São Paulo.
- Promover ações no sentido de que o Superior Tribunal de Justiça decida pela improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) interposta contra os artigos 54 e 55 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e da Lei 13.881/04, que instituiu os Conselhos de Representantes junto a cada uma das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo.
- Estudar a viabilidade de coincidência entre a área geográfica de cada uma das Zonas Eleitorais e os distritos estabelecidos pela municipalidade.
- Estabelecer proporcionalidade entre o número de habitantes de cada uma das 31 subprefeituras e o número de membros dos respectivos Conselhos de Representantes, com limite máximo e mínimo no número de membros de cada Conselho.
- O Movimento Nossa São Paulo deverá acompanhar e apoiar a experiência da implantação da democracia direta e participativa no Município de Santo André, com plebiscito local em que se escolhe o Conselho Distrital de Cidadãos. Isso está previsto na emenda 47 à Lei Orgânica da cidade.

Conselhos municipais

- Constituir Conselhos Municipais Regionais paritários (servidores públicos locais de áreas de interesse dos conselhos e sociedade civil) voltados para o debate, implementação e monitoramento de políticas públicas específicas para a população negra, notadamente saúde, educação e trabalho e renda.
- Comprometer-se com Agenda HABITAT para Municípios, operacionalizando suas diretrizes de forma descentralizada nas subprefeituras e fortalecendo as instâncias participativas, especialmente na constituição e operação dos Conselhos Municipais, possibilitando ampla participação da sociedade nas instâncias regionais e setoriais, no planejamento e gestão urbana.
- Reforçar o trabalho do Fórum de Desenvolvimento Local do Glicério e sua articulação em rede.
- Implantar mais um Conselho Tutelar na subprefeitura do Butantã (e, se necessário,

em outros bairros).

- Proporcionar cursos e atividades de capacitação a Conselheiros Municipais, Locais e Regionais, em todas as áreas.
- Constituir Conselhos Municipais Regionais voltados para o debate, implementação e monitoramento das políticas públicas específicas da população negra.
- Que a maioria dos integrantes dos Conselhos Municipais seja da sociedade civil, já que no sistema paritário o poder Executivo acaba dominando o Conselho.

Orçamento participativo

- Implantar mecanismos efetivos de Democracia Participativa, como o Orçamento Participativo, respaldado em um Conselho Municipal do Orçamento Participativo, de cunho deliberativo.
- Retomada do Orçamento Participativo de São Paulo.

Associações

INDICADOR - Utilização das instâncias de participação ou consulta popular direta - *monitoramento dos processos de funcionamento e informação, divulgação e convocação das instâncias de participação, e consulta popular na gestão pública.*

- Criar associações mais fortes e estruturadas que atendam aos interesses de todos.
- Criar comitês de articulação comunitária formando uma rede local, envolvendo governo, iniciativa privada, sociedade civil organizada e a comunidade, em áreas geográficas definidas, com objetivo de melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Democracia direta e participativa

- Rejeitar veto interposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº. 151/05, que regulamenta o exercício dos instrumentos de Democracia Direta: Plebiscito, Referendo e Lei de Iniciativa Popular.
- Cada um dos 31 subprefeitos de São Paulo deve ser eleito diretamente pela população ou referendados por ela.
- O Movimento Nossa São Paulo poderia instituir uma rotina de levar à Câmara Municipal sugestões de projetos vindos da sociedade civil.

INDICADOR - Audiências públicas - *acompanhamento de suas convocações, do respeito às normas estabelecidas e de seus resultados.*

- Modificar o texto inicial do Artigo 41 da Lei Orgânica Municipal (LOM), acrescentando à obrigatoriedade das duas Audiências Públicas Gerais já estabelecidas, uma Audiência Pública por Macro-Região e uma Audiência Pública por subprefeitura.

Transparência, Fiscalização e Controle Social

INDICADOR -Transparência orçamentária - *acompanhamento do cumprimento à Lei 13.949/2005 pelas 31 subprefeituras, pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas do Município. (Obriga estes órgãos públicos a divulgar mensalmente, em local público de suas dependências, a prestação de contas).*

- Criar sistema integrado de informações com funcionamento independente das Secretarias Municipais, possibilitando o diagnóstico, a avaliação e a fiscalização de políticas públicas pela sociedade, de forma transparente e clara.
- Escrever os projetos de leis de modo a permitir fácil entendimento ao cidadão e com todas as informações e desdobramentos sobre o tema, dentro do conceito de marco regulatório.
- Ampliar os mecanismos de monitoramento, avaliação e acompanhamento do impacto das políticas de saúde para mulheres e negros.
- Que a Secretaria Municipal da Saúde e as demais secretarias municipais garantam o exercício do controle social em todas suas instâncias, capacitando seus representantes nas questões étnico-raciais.
- Pareceres técnicos sobre Constitucionalidade e Legalidade dos Projetos de Lei, em trâmite na Câmara Municipal de São Paulo, deverão ser transparentes e de fácil acesso a cidadãos, vereadores, assessores, jornalistas e interessados.
- Mais rigor na fiscalização para que haja o devido cumprimento da Lei do Psiu.
- Que seja criado no portal da Prefeitura um meio de rastrear os protocolos de reclamação feitos ao Psiu, pois muitos deles são simplesmente ignorados pelo administrador público, sendo o rastreamento um meio legítimo de fiscalização.
- Promover, incentivar e fortalecer os canais de participação popular para desenvolvimento e promoção de políticas públicas.
- Agilizar os mecanismos de atendimento a denúncias.
- Ampliar a participação popular na elaboração do Plano Diretor e na gestão da cidade.
- Incentivar a criação de mecanismos mais transparentes de prestação de contas do

governo sobre suas ações e gastos.

- Que todos os clubes, igrejas e templos de qualquer culto, que utilizem equipamento elétrico/ eletrônico como microfone e instrumentos musicais ao vivo, sejam obrigados a manter suas dependências isoladas acusticamente, de forma que seus vizinhos não sejam incomodados.
- Deve-se proibir e multar carros de passeio com caixas de som e volume além do razoável, coibindo inclusive escapamentos estridentes e afins.

Descentralização, Transparência e Acesso a Informações

- Transparência no processo de aprovação e discussão do Orçamento pela Câmara Municipal, com realização das audiências regionais e por subprefeituras previstas em leis, atendendo à convocação para a participação popular e à descentralização de governo.
- Realizar audiências regionais e por subprefeituras, descentralizando a gestão e discutindo prioridades com as organizações da sociedade civil e membros do Poder Legislativo.
- Levar ao conhecimento dos moradores locais os projetos que envolvem a referida região e de autoria do Poder Executivo para o ano em questão, o orçamento e os investimentos previstos.
- Referendar as decisões pelo voto dos interessados, moradores, usuários, empresas e demais.
- Criar algum tipo de indicador e curso de capacitação nos órgãos públicos sobre o atendimento a petições de qualquer tipo por informações e por escrito.
- A Prefeitura e seus órgãos devem levar em consideração as questões e soluções apresentadas pela Ouvidoria, especialmente no que tange às subprefeituras.
- Criar Ouvidorias nas subprefeituras, independentes, só prestando contas e encaminhamentos para a Ouvidoria Central.
- Fazer com que o site da Câmara Municipal de São Paulo se torne de fácil acesso e pesquisa, e que inclua informações completas sobre o processo legislativo e a organização administrativa da CMSP, a exemplo de importantes portais como os das Assembléias Legislativas de São Paulo e Minas Gerais.
- Incluir no site da Prefeitura informações detalhadas e completas sobre todas as secretarias municipais.
- Incluir no site da Prefeitura o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).
- Divulgar no site da Prefeitura todos os estabelecimentos abertos ao público e suas respectivas licenças de funcionamento.

- Criar canais alternativos de comunicação entre a população local e as subprefeituras.
- Criar algum tipo de indicador e curso de capacitação nos órgãos públicos para o atendimento de petições de qualquer tipo, por informações e por escrito.
- Criar mais condições para que os Cidadãos possam ter acesso a Assistência Jurídica Gratuita.
- Criar um indicador sobre as mudanças e impactos positivos e negativos da capacitação de funcionários públicos.

INDICADOR - Funcionamento do e-governo - *acompanhamento da utilização dos meios eletrônicos para a divulgação de informações, indicadores e para a prestação de serviços à População.*

- Propor diretrizes para um governo eletrônico em que o cidadão seja o centro da atenção e os serviços sejam direcionados pelo seu perfil e por suas escolhas e necessidades.
- A customização e a personalização no relacionamento com a e-democracia deverão ser levadas a um novo patamar de possibilidades, na direção de um Estado transparente.

Propostas de ações locais

- Regularizar o uso da Associação da Vila Nova Cachoeirinha, localizada na Rua Joaquim Alves Torres.
- Criar um Parque Tecnológico da cidade de São Paulo, para inovar e mobilizar ações de ciência, tecnologia e habitat para a cidade.
- Criar o Observatório Social de da Subprefeitura de Santo Amaro, para o acompanhamento das licitações e compras da prefeitura, organizando-o da mesma forma que o Observatório Social de Maringá.
www.cidadaniafiscal.org.br/index.php?validacao=observatoriosocial
- Criar o Fórum de Desenvolvimento Local do Glicério.

Democracia e diversidade

- Promover o tratamento igualitário entre todas as religiões por parte dos funcionários dos órgãos públicos, que deverão ter curso de sensibilização sobre o tema.
- Reconhecer a existência de sacerdotes e sacerdotisas das religiões de matriz africana, como acontecem em outras religiões existentes em nosso país.

- Incentivar a total liberdade de culto da religiosidade de Matriz Africana, que sofrem preconceitos devido à falta de conhecimento da cultura Afro-Religiosa e da Cultura Africana de um modo geral. Para isto propomos que aja maior abertura por parte do município e uma maior difusão da Cultura Africana existente em nosso país.
- Garantir a todas as organizações religiosas os benefícios fiscais garantidos por lei (isenção de IPTU, taxa de lixo, etc.).
- Criar programa público para aumento efetivo de mulheres e negros nas esferas de poder.

Outras propostas

- Estruturar o trabalho no Núcleo de Proteção Especial (NPE) e encaminhar os jovens para Adolescentes em Liberdade Assistida, programa que foi implantado nas subprefeituras.
- Efetuar a instalação de unidades de juizados especiais cíveis nos terminais de ônibus da cidade, a exemplo da experiência bem-sucedida dos aeroportos. A realização de audiências de conciliação para resolver impasses provocados por cancelamentos, atrasos e outras questões pode ajudar a minimizar os problemas enfrentados por cerca de 30% da população de São Paulo, que se locomove diariamente por meio do transporte coletivo.
- Adequar as funções dos auxiliares de juventude nas subprefeituras. Atualmente a maioria dos auxiliares de juventude atua como "serviços gerais", deixando de lado sua função primordial - contribuir com a juventude.
- Promover a Educação Política em escolas e outros equipamentos, tendo algumas matérias básicas como: O que são direitos fundamentais, democracia, interesse público, organização do estado brasileiro (federalismo, executivo, legislativo, judiciário - o que faz um vereador, por exemplo), orçamento público, indicadores da cidade, formas de participação, entre outros temas.
- Realizar o orçamento participativo via Internet.
- Fazer e disponibilizar o mapeamento das prioridades vinculativas.
- Revisar os procedimentos de seleção e contratação de projetos pelos poderes competentes, segundo a Lei nº 8666.
- Divulgar no site da Prefeitura todos os estabelecimentos abertos ao público e suas respectivas licenças de funcionamento, possibilitando busca por endereço. Esta medida possibilitará a identificação simples e rápida de estabelecimentos ilegais, além de iniciar um processo de valorização da legalidade e de combate à corrupção nas subprefeituras.

- Estimular a criação de Comitês de Articulação Comunitária em toda cidade de São Paulo como espaços de articulação, formando uma rede local e envolvendo o Governo, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e a comunidade em áreas geográficas definidas, com objetivo de melhoria da qualidade de vida da comunidade. Será um espaço de discussão, articulação e encaminhamento de ações comunitárias, organizado em rede, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas de uma determinada comunidade local.
- Promover campanha sobre o Voto Consciente, com eventos, filme publicitário e palestras realizadas por personalidades e formadores de opinião, identificados com os diferentes segmentos da sociedade.
- Desenvolver um padrão único de comunicação para a cidade de São Paulo, com cores e símbolos institucionais aprovados no Legislativo. Não podemos gastar milhões de reais trocando cores de partidos em pontos de ônibus, uniformes escolares, etc.
- Implantação do governo eletrônico com tecnologia Web 2.0.

Acompanhamento da Câmara Municipal

- Publicar a pauta da semana com antecedência (mínimo de uma semana), para que eleitores, eleitoras, organizações sociais, movimentos e imprensa possam, em tempo, se organizar para assistir e colaborar nos assuntos de seu interesse, e do interesse da cidade.
- Publicar os gastos e orçamento dos gabinetes dos legisladores, referentes às suas prerrogativas, equipamentos, recursos técnicos e humanos. Quanto aos assessores, informar quanto recebem efetivamente, formação e especificação de funções.
- Publicar balanço da função fiscalizadora em relação ao Poder Executivo, realizado por cada legislador e por cada Comissão Técnica da Casa.
- Dar direito de oportunidade para que organizações, previamente inscritas, se manifestem no pequeno expediente, no âmbito das sessões plenárias, com sugestões, críticas, perguntas, testemunhos e moções.
- Helicópteros: que a prefeitura chame os órgãos e entidades que se manifestaram na Consulta Pública sobre a matéria há mais de um ano, para que possam discutir e estabelecer as regras quanto ao respeito às rotas, proibição de vôo pairado, obediência à altura de 500m, horário de vôos, distância entre helipontos, prioridade para helipontos em hospitais.
- Alteração do 156 (Serviço de atendimento ao Consumidor). Passar a separar por subprefeitura e serviços, e que o acompanhamento seja feito por endereço e tenha

continuidade. Hoje não há acompanhamento dos serviços realizados.

- Estabelecer para todos os órgãos do município a mesma divisão de território usado pelas subprefeituras. Hoje órgãos e empresas como CET, Eletropaulo e Sabesp têm cada um uma divisão. Isso ajudaria a normatizar os indicadores de cada região e a estabelecer critérios e metas.
- Escolas e universidades devem propiciar que estudantes freqüentem a Câmara Municipal.
- Empresas devem promover visitas de seus colaboradores à Câmara Municipal.
- Empresas devem estimular e incentivar seus funcionários a participarem de movimentos de cidadania e do Movimento Nossa São Paulo.
- Que todo Projeto de Lei mencione em seu conteúdo e justificativas as leis já existentes sobre o tema, o conteúdo completo do tema proposto, e não apenas parte em mudança, contribuindo para que tenhamos leis dentro do conceito de marcos regulatórios.
- Os Projetos de Lei devem ser elaborados e escritos para fácil entendimento do cidadão, incluindo de forma responsável o marco legal de todas as demais leis sobre o tema, esclarecendo suas inovações e impactos, bem como apresentando as explicações e pesquisas que os justifiquem.
- Os Projetos de Lei devem prever punição, regulamentação e tempo de implementação e, assim, o compromisso do legislador, no sentido de fortalecimento do Poder Legislativo.
- Que a discussão da constitucionalidade e legalidade de todos os Projetos de leis em tramitação na Câmara Municipal, com os respectivos pareceres dos técnicos nesta análise, seja de acesso a todos os vereadores, assessores, funcionários, cidadãos, entidades e jornalistas. E que façam parte dos documentos as justificativas do projeto e seu conteúdo, em toda sua tramitação.
- Portal do Cidadão - que o site da Câmara Municipal de São Paulo seja transformado e seja de fácil acesso e pesquisa, com todas as respostas às dúvidas de como acontece o processo legislativo e a organização administrativa da casa, para todos os cidadãos interessados. Deve apresentar:
 - Organograma da parte administrativa da Câmara Municipal de forma completa, com os respectivos departamentos técnicos e administrativos e as formas de contato para resposta ao cidadão, acompanhados dos orçamentos anuais com execução atualizada mensalmente.
 - Perfil dos vereadores com descrição de área de atuação e experiências anteriores, propostas para o mandato, conquistas de leis, projetos mais importantes, comissões de que fazem parte, seus trabalhos em andamento na casa e seus dados para contato.

- Atas de todas as reuniões realizadas pelos vereadores no parlamento, como: comissões, CPIs, audiências públicas, sessões solenes, reuniões conjuntas de comissões e de lideranças.
- Atas de todas as atividades e votações em Plenário, e não apenas as Votações Nominais.
- Orçamento dos gabinetes, salários dos vereadores, verbas adicionais aos salários que compete a cada vereador, funcionários de gabinetes e funções, contatos para o cidadão.
- Processo de acompanhamento de todos os projetos que tramitam na casa, onde se encontram, e cópia de todos os pareceres emitidos por técnicos e vereadores, nas respectivas comissões.
- Banco de dados com todas as leis aprovadas, atualizado e de fácil consulta pelo cidadão, por tema, número, e também consulta por nome do vereador proponente.

Educação

Propostas das Crianças e Adolescentes

Qualidade da Educação

- Escola pública gratuita e de qualidade para todos.
- Desenvolvimento de planos pedagógicos mais completos e coerentes com a realidade desta geração, que promovam maior integração de crianças e adolescentes na sociedade.
- Erradicar o analfabetismo da cidade.
- Que as crianças aprendam a ler e escrever nas escolas.
- Que a educação propicie a todo adolescente condições justas e igualitárias de conseguir acesso à universidade pública e ao mercado de trabalho.
- Escolas diferentes onde o estudante pode passar todo o dia para realizar atividades como aulas de dança, música, culinária, mecânica, desenho, pintura, teatro, banda da escola, círculos de leitura e esporte.
- Obrigatoriedade da disciplina de educação sexual nas escolas do ensino fundamental e médio.
- Fortalecimento de uma imagem positiva dos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais na sociedade.
- Prova mensal sobre todas as matérias, SARESP aplicado duas vezes ao ano, com resultados disponibilizados com rapidez para que se possam realizar mudanças.
- Manter o programa Escola Aberta/ Escola da Família, porém com maior estrutura e manutenção (funcionários, manutenção dos objetos etc).
- Buscar a Cultura de Paz dentro e fora da escola.

Infra-estrutura

- Mais transporte público escolar.
- Toda escola deve dar acesso a portadores de todo tipo de deficiência.
- Todas as escolas devem estar equipadas com salas de vídeo, informática (com acesso à Internet), mapas, biblioteca e laboratório de química.
- Usar os recursos disponíveis da escola como espaço para horta e quadras de

maneira integrada com as matérias e não apenas para diversão.

- Coleta seletiva e campanhas pela reciclagem nas escolas.
- Merenda escolar para todos os anos, todos os dias, em todos os períodos, com qualidade.

Participação

- Criar um Fórum de decisões para a Educação com representação de pais, estudantes, professores, diretores, comunidade e Secretaria de Ensino onde sejam discutidos os assuntos de interesse da escola.
- Promover conselhos de classe participativos.
- Organizar mutirões para pintar as escolas e fazer pequenos reparos, tornando o ambiente mais bonito.
- Envolver os estudantes para manter a escola organizada, com respeito aos ambientes de ensino, e incentivar os estudantes a colaborar com professores e funcionários.
- Dar mais autonomia para as escolas.

Valorização dos professores e funcionários

- Garantir a formação continuada dos professores.
- Os salários dos professores e funcionários devem ser compatíveis com o custo de vida na cidade e dar condições para que eles tenham qualidade de vida.
- Capacitar os professores em informática.
- Criar um cargo de monitor de informática para cuidar dos laboratórios de informática na escola, disponibilizando-os para os estudantes fora do horário de aula com o uso de cadastro, e para auxiliar os professores em atividades diversificadas etc.

Demais propostas do Fórum

Gestão e Financiamento

- Contribuir para a construção de um Sistema Nacional de Educação, com definições legais quanto à cooperação entre esferas de governo nos aspectos de planejamento da oferta, organização da demanda, financiamento e orientação pedagógica, em especial quanto ao regime de colaboração estado-município, envolvendo também as

equipes das escolas.

- Assegurar que o poder público proceda a convocatória para a construção do Plano Municipal de Educação, com participação ampla da sociedade e previsão de mecanismos de monitoramento periódico.
- Restabelecer a obrigatoriedade da aplicação de 30% das receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), prevendo mecanismos específicos de financiamento dos gastos que estão fora desse conceito. O que já está estabelecido na legislação.
- Produzir informações atualizadas e acessíveis a todas as pessoas sobre orçamento e financiamento da educação na cidade.
- Ampliar a participação da sociedade civil nos conselhos relacionados à educação, tais como os conselhos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) e o Conselho Municipal de Educação (CME).
- Atribuir ao Conselho Municipal de Educação o poder de fiscalização da execução orçamentária.
- Assegurar, por meio de legislação, a adoção do reajuste automático da verba de custeio - pelo IPCA ou outro índice que o substitua -, a concessão de verba adicional e de isenções de taxas municipais às creches conveniadas.
- Revisão geral das disposições legais (leis, decretos, portarias) que disciplinam os convênios e a atuação das organizações conveniadas.
- Estabelecer Lei municipal de incentivo a projetos sociais de educação. Assim como fazem por meio da Lei Rouanet, as empresas poderiam abater IR proporcional aos investimentos sociais que realizam em programas sociais de educação.
- Fortalecer e ampliar os espaços de gestão democrática nas escolas do município, especialmente os Conselhos Escolares.
- Garantir às comunidades escolares a plena autonomia nas decisões político-pedagógicas, administrativo-financeiras e operacionais a serem adotadas pela escola.
- Criação e legitimação de fóruns regionalizados de debates, elaboração de propostas, avaliação e acompanhamento de políticas públicas na área de educação.
- Comitês de articulação comunitária Bairro-Escola nas subprefeituras e nos bairros, por meio da atuação de educadores comunitários, com objetivo de desenvolver o Bairro-escola como uma rede local, envolvendo o poder público, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e a comunidade.
- Garantir a descentralização da gestão educacional no município, fortalecendo as Coordenadorias de Educação nas subprefeituras.
- Levantar dados estatísticos para desenvolvimento de políticas públicas no campo das ações afirmativas em educação, específicas para cada região ou núcleo educacional.

- Democratizar a gestão e controle social do sistema “S” para que este seja totalmente aberto à comunidade. Inclusão do Centro Paula Sousa no debate sobre o ensino profissionalizante por meio de fóruns de discussão.
- Criar incentivos fiscais para empresas que apóiam projetos / programas educacionais nas escolas e de escolas.
- Criar incentivos fiscais para que empresas apóiem a educação e alfabetização de seus colaboradores.
- Incentivar as empresas a oferecerem creche ou auxílio creche para os filhos de seus colaboradores – independentemente do porte da empresa.
- Metas propostas pelo Movimento Todos pela Educação:
 - Meta 1 - Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
 - Meta 2 - Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
 - Meta 3 - Todo aluno com aprendizado adequado à sua série;
 - Meta 4 - Todo jovem com Ensino Médio concluído até 19 anos;
 - Meta 5 - Investimento em Educação ampliado e bem gerido;
 - As metas devem ser acompanhadas utilizando-se as ferramentas e metodologias do TPE, que já o faz em todos os municípios do País (pelo site www.deolhonaeducacao.org.br).
- Propomos estabelecer com o governo do Estado de São Paulo um regime de colaboração estado-município, mediante instrumento jurídico, de forma a dar maior sinergia e eficiência aos gastos públicos de financiamento da educação básica e aos esforços de co-responsabilização por políticas direcionadas à qualidade desse nível de ensino (incluindo gestão de pessoas, matriz curricular, entre outras).
- Propomos a elaboração de um Plano Municipal de Educação com metas para os próximos dez anos, com a participação representativa dos três setores.

Mapeamento e atendimento da demanda educacional

- Garantir o registro da demanda por creches e escolas de educação infantil na cidade, disponibilizando a informação em diferentes meios de comunicação.
- Elaborar diagnóstico sobre a oferta e distribuição de vagas nas creches e escolas de educação infantil no município.
- Ampliar vagas em creches e escolas de educação infantil, mantendo o tempo integral, sem superlotar as unidades já existentes que atendem em sua capacidade máxima, de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 a 6 anos e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das crianças de 4 a 6 anos, priorizando as

regiões mais vulneráveis.

- Rever a questão do sistema EOL com relação à demanda inscrita nas creches, para que a entidade conveniada tenha autonomia para realizar as visitas e matrículas, preenchendo assim as vagas com mais agilidade e rapidez. Isso para atender a quem reside nas imediações e necessita da vaga com urgência, sem deixar que este sistema deixe de cumprir com uma de suas prerrogativas que é mapear a demanda pelo serviço, neste caso o atendimento em CEIs.
- Implantar projeto alternativo que possibilite o atendimento educativo imediato de todas as crianças de 3 a 6 anos, aplicado simultaneamente ao sistema formal, mas que, de acordo com as possibilidades, possa substituído pelo sistema formal em alguns anos.
- Criar um serviço similar ao "nourrice", que existe em Paris, para cuidar de crianças até 3 anos. São mulheres que trabalham nas suas próprias casas, têm uma licença da prefeitura para cuidar de crianças pequenas. Após uma avaliação e capacitação, receberiam uma verba da prefeitura para fazer este tipo de atendimento. Isto ajudaria muita gente desempregada e crianças que ficam abandonadas.
- Mapear as crianças e adolescentes com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento de modo a garantir acesso à escola regular comum para todos, bem como garantir o atendimento em serviços especializados.
- Recensear população de jovens e adultos que não têm ensino fundamental completo, divulgar oferta de vagas e incentivar a matrícula.
- Ampliar o atendimento escolar a jovens e adultos na educação básica e educação profissional, de forma a: erradicar o analfabetismo até o final da década; em 5 anos, garantir a oferta de EJA equivalente às quatro primeiras séries do ensino fundamental para 50% da população com mais de 15 anos que não tenha atingido este nível de escolaridade e, até o final da década, garantir a oferta de EJA equivalente às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população com mais de 15 anos que concluiu as quatro séries iniciais.
- Expandir a oferta de vagas no Ensino Médio nos períodos diurno e noturno em estabelecimentos que tenham condições adequadas de infra-estrutura física, administrativa e pedagógica. O objetivo é atender, no prazo de dois anos, todos os egressos do ensino fundamental e incluir os alunos com defasagem série-idade e os alunos que possuem necessidades especiais de aprendizagem; no prazo de 5 anos, expandir o atendimento para atingir 50% da demanda por ensino médio e, em dez anos, 100% da demanda.
- Ampliar o atendimento a jovens e adultos no ensino profissionalizante, com concessão de bolsas e cursos com duração mínima de dois anos.
- Expandir a oferta de vagas em universidades públicas, com ações afirmativas que

promovam a equidade no ingresso e permanência.

- Expandir a rede física das creches e escolas municipais e estaduais de forma a atender a demanda extinguindo estratégias de acomodação que prejudicam a qualidade (terceiro turno diário, superlotação de turmas, salas de lata).
- Estabelecer plano de expansão e melhoria da rede física das escolas municipais e estaduais, com metas e prazos intermediários definidos, de modo a que todas as escolas disponham de salas de aula, bibliotecas, salas multifuncionais, laboratórios de informática, laboratórios de ciências, espaços e equipamentos adequados para prática de esportes e práticas culturais, condições de acessibilidade.
- Organizar nas escolas grupos de monitoramento e apoio a alunos faltosos ou evadidos, com equipes de trabalho interdisciplinar.
- Implantar a escola em período integral para o ensino fundamental e o ensino médio.

Qualidade social da educação infantil e ensino fundamental

- Suprir todas as escolas de educação básica com um número suficiente de profissionais qualificados, com remuneração adequada e dedicação exclusiva.
- Adotar um teto máximo de 25 alunos por turma na pré-escola e nas duas primeiras séries do ensino fundamental e de 35 alunos nas séries seguintes.
- Extinguir o turno intermediário (das 11h às 15h) em todas as escolas do Município de São Paulo.
- Assegurar o atendimento integral de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses em Centros de Educação Infantil, incluindo 100% da demanda até 2010.
- Monitorar o número de faltas e remoções de professores e demais profissionais nas diversas unidades, de forma a poder atuar nas escolas em que esse problema é mais agudo, tomando esse dado como um indicador de problemas específicos de funcionamento nessas unidades.
- Suprir todas as escolas com profissionais capacitados e dedicados à manutenção e desenvolvimento das bibliotecas e laboratórios de informática, prevendo horários regulares de frequência dos alunos a esses espaços.
- Criar conselhos gestores nas escolas públicas. Conselho que seja deliberativo e que tenha uma parte que seja representante da comunidade sem vínculo muito estreito com a escola em que se eleger (exemplo: que não tenha filhos estudando na escola que se eleger).
- Criar ações de enfrentamento à utilização de funcionários e equipamentos públicos para manutenção de política partidária, e sua transformação em cabo eleitoral.
- Realizar concurso para contratação de professores de Educação Física e Educação

Artística, assim como assumir a centralidade dessas disciplinas em todos os níveis de ensino.

- Piso salarial para professores de 10 salários mínimos para jornada de trabalho plena (40 horas semanais, incluídas aulas-atividade e reuniões pedagógicas).
- Garantir formações específicas quanto aos direitos da criança e do adolescente, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente para os profissionais da educação.
- Associar o aprimoramento profissional dos profissionais da educação à progressão na carreira.
- Criar ações para promoção de saúde dos profissionais da educação, em especial na área de saúde mental, em projetos que contemplem o cuidar do cuidador / educador.
- Tempo remunerado para que os profissionais de educação desenvolvam efetivamente trabalhos integrados de planejamento e atividades de formação continuada na unidade escolar, assim como participem de cursos de formação, atualização e enriquecimento cultural periodicamente.
- Garantir formações específicas quanto aos direitos da criança e do adolescente com base no Estatuto da Criança e do Adolescente para os profissionais da educação, envolvendo profissionais de serviço social e psicologia.
- Estruturação das escolas e formação dos educadores e profissionais para apoiar os adolescentes inseridos em medidas sócio-educativas.
- Criar ações para promoção de saúde dos profissionais da educação, em especial na área de saúde mental, em projetos que contemplem o cuidar do cuidador / educador.
- Melhorar a qualidade do atendimento na educação infantil, elaborando diagnósticos por escola e estabelecendo metas de melhoria, no sentido de corrigir as discriminações de idade, de cor / raça e econômicas que caracterizam a oferta da educação infantil. Promover a integração entre os cuidados e a proposta pedagógica, de forma a atender as necessidades específicas desta faixa etária e respeitar a natureza deste segmento da educação básica.
- Garantir condições para que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas ao concluir o primeiro ciclo (séries iniciais) do ensino fundamental e tenham desenvolvido plenamente suas habilidades de leitura e escrita ao concluir o ensino fundamental.
- Desenvolver projetos de incentivo à leitura nas escolas de Ensino Fundamental, envolvendo também as bibliotecas das escolas e as bibliotecas municipais ou comunitárias das diferentes regiões.
- Desenvolver e aplicar no município um sistema livre para empréstimos de livros, brinquedos e ferramentas, garantindo o compartilhamento e o respeito ao bem de uso comum.
- Inclusão de disciplinas em escolas públicas e privadas que tratem de temas

relacionados à ética e cidadania.

- Todas as escolas de Ensino Fundamental da cidade deverão oferecer jornada igual ou superior a 5h diárias de aulas, para todos os estudantes.
- Garantir condições materiais e pedagógicas para a implementação da educação integral, contemplando de imediato as regiões com maiores índices de vulnerabilidade social, atingindo ao menos 40% dos alunos de Ensino Fundamental nos próximos três anos.
- Incentivar a introdução de inovações na organização e nas metodologias de desenvolvimento da educação infantil e ensino fundamental, para garantir a participação ativa e a autonomia do aluno no processo de sua formação e aprendizagem.
- Elaborar planejamento pedagógico coletivo nas escolas e creches, com efetiva participação dos alunos e familiares, buscando o desenvolvimento de propostas pedagógicas constituídas a partir das especificidades locais.
- Organizar os sistemas de ensino em todas suas instâncias e unidades para garantir aos alunos com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, acesso às escolas comuns regulares de ensino, participação e aprendizagens em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Garantir o direito ao Atendimento Educacional Especializado extra-turno aos alunos com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, de preferência na rede pública de ensino como forma de romper com as barreiras de acessibilidade.
- Priorizar a matrícula de crianças com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento na educação infantil regular até que se atinja a universalização nesse nível de ensino, garantindo também a oferta de Atendimento Educacional Especializado em estimulação precoce.
- Garantir a formação de educadores, pais e demais agentes públicos, formalizando uma política pública específica para esse fim, na perspectiva do direito à diversidade na educação, bem como em relação aos saberes específicos aos professores do Atendimento Educacional Especializado e aos pais dos alunos com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento.
- Incentivar a prática da auto-avaliação das comunidades escolares, capacitando equipes escolares para a prática de avaliação contemplando tanto o rendimento acadêmico, quanto à formação pessoal e social dos alunos.
- Divulgar os indicadores de avaliação externa, acompanhados de análises e interpretações que auxiliem os educadores responsáveis pelo trabalho da escola em suas práticas de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.
- Sistematização periódica dos instrumentos de avaliação existentes acerca do

desempenho e fluxo escolares, medidos por alunos e escolas, sobre matrícula, permanência, evasão, aprovação, distorção, idade / série / ciclo e concluintes acima de 15 anos de idade, com introdução da variável demográfica cor / raça.

- Tratamento dos resultados das avaliações de sistema na perspectiva da equidade socioeconômica e racial.
- Promover a recuperação pedagógica para as crianças e adolescentes que concluem o Ensino Fundamental sem domínio das matérias exigidas para esses anos de estudos.
- Promover a obrigatoriedade da disciplina Cidadania.
- Instituir a obrigatoriedade da disciplina Sustentabilidade, desde os anos iniciais, devendo ser tratada como tema transversal.
- Criar programa obrigatório de atividades culturais em ambientes de biblioteca e museus.
- Introduzir no currículo a matéria: Cidade de São Paulo, história, dados, indicadores, problemas, poluição, funcionamento da prefeitura, câmara dos vereadores, legislação etc.
- Promover um trabalho sério com a disciplina da Educação Física para melhorar a saúde, o esporte e a sociabilidade.
- Promover o ensino em tempo integral.

Qualidade social no ensino médio, ensino profissionalizante, ensino superior e educação popular

- Alterar o currículo do Ensino Médio: proposição de um currículo básico, aberto às especificidades dos alunos e das comunidades, avaliado continuamente de maneira participativa pelos jovens, no âmbito das escolas e do sistema, para orientar medidas de aperfeiçoamento e apoio.
- Incentivar a introdução de inovações na organização e nas metodologias de desenvolvimento do ensino médio, de tal modo que se enseje a participação ativa do aluno no processo de sua formação e aprendizagem.
- Preparar o aluno para o trabalho, particularmente alargando sua compreensão sobre a dinâmica do mundo do trabalho, as demandas profissionais presentes e futuras e a formação necessária para atendê-las, mediante a contextualização dos conteúdos curriculares e a diversificação.
- Fortalecer a formação dos educadores que atuam no ensino médio, propiciando-lhes contato com o mundo do trabalho e o mundo acadêmico das universidades públicas, mediante a participação em debates, a realização de visitas, e o conhecimento de

estudos relativos à juventude, trabalho e educação, no município de São Paulo.

- Monitorar o número de faltas e remoções de professores e demais profissionais nas diversas unidades, de forma a poder atuar junto às escolas em que esse problema é mais agudo, tomando esse dado como um indicador de problemas específicos de funcionamento nessas unidades.
- Cumprir o dispositivo constitucional de garantir a oferta de ensino noturno regular adequado às condições dos alunos, boa parte dos quais jovens e adultos trabalhadores sem qualificação.
- Promover a recuperação pedagógica para as crianças e adolescentes que concluem o Ensino Médio sem domínio das matérias exigidas para esses anos de estudos.
- Levar orientação e informações sobre paternidade e maternidade responsáveis às instituições de Ensino Médio, de maneira integrada às demais políticas públicas para a infância e adolescência.
- O setor público deve realizar pesquisa de demanda social envolvendo entidades de pesquisa, universidades, comunidades e empresas com vistas à atualização dos currículos dos cursos profissionalizantes. A idéia é incluir nos currículos uma formação crítica para a autogestão, como formulação de cooperativas, de forma a fortalecer o vínculo escola-universidade e aperfeiçoamento do trabalhador.
- Integrar as políticas de educação profissional às políticas de desenvolvimento locais, regionais e nacionais, e às políticas de geração de emprego e renda.
- Incentivar alunos de escolas públicas para continuidade dos estudos no nível superior, procurando elevar seu interesse e empenho em apreender os conteúdos curriculares, a divulgação de informações sobre seleção, cursos e carreiras de nível superior, contatos com o ambiente universitário e experiência de testes e exames simulados.
- Estabelecer parcerias com universidades públicas e organizações comunitárias e não-governamentais para a oferta opcional de horas adicionais de estudos para os exames de acesso ao ensino superior público.
- Produzir material didático-pedagógico e garantir constituição de acervo bibliográfico, ancorados em análise de especialistas na área em questão e monitorados constantemente, para auxiliar os professores na implementação da LDB Art. 26-A, (modificado pelas leis 10.639/03 e 11.645/08) que torna obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.
- Produzir informações atualizadas, por unidade escolar, sobre a situação de implementação da LDB -Art. 26 (modificado pelas leis 10.639/03 e 11.645/08) e do cumprimento da Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de dezembro de 2004, que institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e

para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Definir indicadores da institucionalização da Lei na gestão educacional, assim como fortalecer e/ ou criar Grupos de Trabalho na estrutura da Secretaria que sejam responsáveis por seu cumprimento e Comitê Consultivo composto por membros da Secretaria, militantes de entidades negras e indígenas e representantes de universidades e do Conselho Municipal de Educação.

- Desenvolver um sistema de Educação de Jovens e Adultos - EJA (Fundamental e Médio) com diferentes formatos de curso (seriado, modular, por projetos etc), adaptados às condições e necessidades de jovens e adultos trabalhadores.
- Criar cursos de EJA (Fundamental e Médio) e educação profissional para moradores de rua e famílias em situação de risco, que se encontram nos abrigos, ampliando também sua capacidade de atendimento.
- Incentivar a prática da auto-avaliação das comunidades escolares que contemplem tanto o rendimento acadêmico quanto à formação pessoal e social dos alunos.
- Divulgar os indicadores de avaliação externa, acompanhados de análises e interpretações que auxiliem os educadores responsáveis pelo trabalho da escola em suas práticas de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.
- Organizar os sistemas de ensino em todas suas instâncias e unidades para garantir aos alunos com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, acesso às escolas comuns regulares de ensino, participação e aprendizagens em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Garantir a formação de educadores, pais e demais agentes públicos, formalizando uma política pública específica para esse fim, na perspectiva do direito à diversidade na educação, bem como em relação aos saberes específicos para os professores do Atendimento Educacional Especializado e os pais dos alunos com deficiência, altas habilidades / superdotação e transtornos globais do desenvolvimento.
- Desenvolver critérios para avaliar as faculdades e universidades, visando à qualidade do ensino, com critérios avaliativos relevantes e pertinentes capazes de diagnosticar os aspectos negativos e fortalecer os positivos.
- Definir metas de melhoria dos cursos de formação inicial de professores (Pedagogia e Licenciaturas), respeitando a autonomia universitária, no sentido de garantir formação política, filosófica, científica e pedagógica aos futuros professores e a integração entre ensino, pesquisa e extensão, estimulando a investigação da realidade das escolas públicas da cidade e a proposição de ações de melhoria.
- Garantir a re-qualificação e a formação dos educadores de Educação Infantil das creches conveniadas frente às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (exigência de formação em nível superior).
- Conhecer, apoiar e valorizar as práticas da educação popular e estimular a

participação da universidade na pesquisa das mesmas, pois tanto o conhecimento acadêmico quanto o conhecimento popular têm contribuições para oferecer à educação.

- Modificar o perfil dos programas de alfabetização (Mova, Brasil Alfabetizado), radicalizando sua função de educação popular.
- Criar Centros de Educação e Cultura Popular, com salas para cursos, bibliotecas e telecentros.
- A prefeitura deve fazer um convênio com o MEC para criação da Uni Sampa. De acordo com a proposta do GT de juventude, esta universidade teria cinco campi (um em cada zona territorial da cidade). Além de contribuir para o atendimento de uma ampla demanda, cada campi também teria a função agregada de promover conhecimento e contratar profissionais qualificados para o auxílio ao desenvolvimento regional em sintonia com os planos diretores.
- Promover a volta do ensino médio técnico.
- Promover o ensino em tempo integral.
- Promover a obrigatoriedade da disciplina cidadania no ensino médio.
- Criar programa obrigatório de atividades Culturais em ambientes de biblioteca museus.

Diversidade Cultural

- Produzir informações atualizadas sobre a situação de implementação da LDB - Art.26 (modificado pelas leis 10.639/03 e 11.645/08) na rede pública de ensino e do cumprimento da Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de dezembro de 2004, que institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Adquirir material didático que possibilite o trabalho dos professores na área em questão, tendo como meta que cada unidade escolar tenha um acervo bibliográfico adequado à idade do público que atende, bem como outros materiais didáticos e pedagógicos que dêem suporte à implementação adequada da LDB, Art.26^a.
- Incluir nos currículos e programas dos cursos de formação de profissionais da educação temas específicos da história, da cultura, dos conhecimentos, das manifestações artísticas e religiosas do segmento negro e das sociedades indígenas e dos trabalhadores rurais e sua contribuição na sociedade brasileira.
- Indicar aos Conselhos de Educação Estadual e Municipal a produção de Parecer Orientativo para a implementação da LDB, Art. 26 A.
- Criar mecanismos de monitoramento para escolha do material didático, no sentido de

que o mesmo não contenha representações negativas de negros e de outras minorias nos textos e ilustrações.

- Proporcionar condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças.
- Assegurar a participação de grupos do Movimento Negro e Indígena e de grupos culturais negros e indígenas, bem como da comunidade em que se inserem as unidades escolares, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial.
- Constituir um grupo de trabalho com a Secretaria Municipal de Educação, composto por todas as organizações religiosas interessadas, visando garantir o princípio do pluralismo religioso na disciplina de ensino religioso.
- Assegurar que os CME e CEE estimulem as universidades a incluírem em seus currículos e nos programas de formação temas relativos à implementação da LDB Ar.26-A (modificado pelas leis 10.639/03 e 11.645/08) de acordo com o previsto na - Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de dezembro de 2004, que institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Incluir na publicidade da secretaria a diversidade racial / étnica.
- Produzir material informativo que prepare a comunidade escolar para identificar e combater as várias formas de exclusão e discriminação presentes na escola.
- Incentivar, por meio de prêmios, a realização de pesquisas feitas pelas unidades escolares, tendo como norte a implementação da LDB- Ar.26 A (modificado pelas leis 10.639/03 e 11.645/08).

Educação – propostas sobre investimento na rede conveniada

- Re-qualificar e formar os educadores frente às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (exigência de formação de nível superior).
- Revisar a relação entre o número de educadores e de crianças por sala.
- Incentivar a participação na formulação das políticas públicas para a área e na elaboração do Plano Municipal de Educação.
- Assegurar, por meio de lei, a adoção do reajuste automático da verba de custeio, pelo IPCA ou outro índice que o substitua, a concessão de verba adicional e de isenções de taxas municipais.
- Promover a revisão geral das disposições legais (leis, decretos, portarias) que

disciplinam os convênios e a atuação das organizações conveniadas.

- Rever a questão do EOL com relação à demanda inscrita no CEI, para que a entidade tenha autonomia para realizar as visitas e matrículas, preenchendo assim as vagas com mais agilidade e rapidez. Desta forma poderão atender quem reside nas imediações e necessita da vaga com urgência, sem deixar que este sistema deixe de cumprir com uma de suas prerrogativas, que é mapear a demanda pelo serviço, neste caso o atendimento em CEIs.

Educação - propostas de ações locais

- Perus - Construir escolas e creches na Chácara Maria Trindade, área pertencente à subprefeitura de Perus, município de São Paulo, Distrito Anhanguera, localizada na altura do KM 27,5 da Rodovia Anhanguera (SP 330).
- Perus - Construir uma creche, EMEI e EMEF em Chácara Santa Maria.
- Perus - Ampliar o número de creches no Bairro do Mangalot.
- Perus - Construir escolas técnicas na subprefeitura de Perus.
- Perus – Construir áreas de lazer para as crianças.
- Butantã - Construir mais creches, especialmente no Distrito do Rio Pequeno.
- Butantã - Construir uma creche em espaço próximo à Favela do Jd. São Remo.
- Butantã – Ampliar os recursos para as creches comunitárias da Vila Dalva, que atendem em sua capacidade máxima.
- Butantã - Construir e viabilização de uma Escola Técnica na região do Distrito Raposo Tavares.
- Cidade Ademar - Ampliar o número de creches e pré-escolas na subprefeitura.
- Cidade Ademar - Construir uma Escola de Ensino Fundamental (ciclos I e II) no Jd. Apurá.
- Cidade Ademar - Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos na região.
- Capela do Socorro - Construir escolas de educação infantil, ensino fundamental e escola técnica no distrito do Grajaú.
- Ipiranga - Construir creches e EMEIs nas vilas Jd. Maria Estela, Vila das Mercês, Parque Bristol.
- Ipiranga – Implantar Núcleos Sócio-Educativos nos bairros do Ipiranga e arredores.
- Ipiranga - Viabilizar a construção de creches e ENEN's nas J. Maria Estela, Vila Mercês, Parque Bristol, para atender as crianças desta região que é de alta vulnerabilidade social.
- Itaquera - Concretizar a construção de um campus da UNESP em Itaquera, nas proximidades do metrô, conforme o Governador Serra e o Prefeito Kassab

divulgaram pela imprensa que iriam construir. A prefeitura entraria com o imóvel e as despesas de manutenção e o governo estadual com a construção e a contratação dos corpos docente e administrativo, valor calculado de R\$ 273 milhões.

- Freguesia do Ó - Investimento no Centro Cultural da Freguesia do Ó "Salvador Ligabue" para o devido aproveitamento para a população, incluindo um centro de inclusão digital.
- Pacaembu – Prover transporte para que a EMEI Tenente José Maria Pinto Duarte leve os alunos para atividades físicas e esportivas no Estádio do Pacaembu, como se fosse um CEU.
- Pacaembu - Criar alternativa para os alunos da EMEI Tenente José Maria Pinto Duarte, na via entre a Av. Sumaré e a Emei, que não coloque em risco os alunos, pois na Sumaré e na rua Olavo Freire não há faixa de pedestre e o transito é livre.
- Pacaembu - Desapropriar terreno galpão de área vazia junto ao viaduto general Olimpio da Silveira para construção de uma creche.
- M'boi Mirim – Construir um CEU na Av. José Estima Filho, na altura do nº 220.
- M'boi Mirim – Criação de uma coordenadoria de ensino na região.
- M'boi Mirim – Criar uma extensão da USP no Jardim Ângela.
- M'boi Mirim – Construir na rua Achaira, viela 19, uma creche, uma EMEI e uma EMEF, aproveitando todo quarteirão, e um parque ecológico aproveitando a nascente e toda sua extensão existente na rua Achaira com Miguel Luongo.

Acessibilidade

- Informar e divulgar para a sociedade sobre a surdocegueira, reconhecendo-a como uma deficiência única e não a soma de duas deficiências.
- Capacitar profissionais em geral, para o atendimento dos surdocegos em locais públicos como hospitais, delegacias, clínicas, bem como os profissionais da educação para o atendimento dessa população, respeitando suas diversas formas de comunicação como fibras tátil, fibras em campo reduzido, tadoma, escrita na palma da mão, fala ampliada, braile, braile tátil, entre outros.
- Garantir aos deficientes auditivos/surdos o acesso à Educação através da Libras – Língua Brasileira de Sinais (lei 10.436/2002), e não incluir os alunos nas escolas sem que haja uma estrutura organizada com profissionais formados para trabalhar com essa população.
- Onde houver um surdo, que exista um intérprete ou um professor bilíngüe, garantindo de fato essa inclusão.

- Garantir acessibilidade da pessoa surdocega, por meio de profissionais capacitados, o guia-intérprete, para que o surdocego possa se tornar autônomo e independente.
- Garantir permanência de jovens, criança com deficiência em cursos extra-curriculares.
- Garantir a acessibilidade dos materiais, comunicação e acessibilidade arquitetônica de todos os espaços nas novas unidades escolares e as adaptações necessárias às atuais.

Outras propostas

- Agregar como proposta extracurricular aos sábados ou quinzenalmente a criação de atividades que propaguem a cultura da paz, da não violência, nas escolas.
- Propiciar o acesso à história dos líderes pacifistas, como Gandhi e Luther King, desenvolvendo ações para resolução de conflitos na escola, nas associações, construindo uma sociedade promotora da cultura de paz.
- Ouvir os educadores sociais para formulação de proposta pedagógica que contemple o trabalho escolar e amplie o desenvolvimento de cidadãos e das crianças.
- Utilizar salas de aula da rede pública que estejam ociosas para disponibilizar ensino técnico profissionalizantes descentralizado, em convênio com a Fundação Paula Souza.
- Criar lan houses dentro do ambiente escolar, buscando fomentar a inclusão digital e o desenvolvimento curricular integrado com a informática.
- Utilizar os CEUs para ensino técnico profissionalizante no período noturno, tempo em que ele se encontram ociosos.
- Implantar o sistema de Biblioteca Livre. Cada pessoa pode pegar um livro e quando devolvê-lo poderá pegar outro. Sem prazo, sem cobrança, sem punições; enfim sem nenhum impedimento ou inibição para a retirada de um livro ou coação para devolvê-lo, apenas o único estímulo necessário para que o leitor volte: poder pegar um novo livro. Promove a ética, cidadania e respeito ao bem comum, baseado na valorização do ser humano por meio de um dos seus valores mais fundamentais: a confiança.
- Ampliar em 50% os programas Mova e EJA.
- Implantar a educação inclusiva nas escolas públicas e conveniadas, com foco na gestão democrática, planejamento, avaliação constante, materiais apropriados, valorização e capacitação continuada dos professores.
- Desenvolver as atribuições do Educador Comunitário das Escolas Municipais, incluindo em sua função estimular a criação e promover a animação dos Comitês de Articulação Comunitária – Bairro Escola em toda cidade de São Paulo, como espaços

de articulação. Deve ser formada uma rede local, envolvendo a escola, o Governo, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e a comunidade em áreas geográficas definidas, com objetivo de desenvolver as potencialidades educativas da comunidade.

- A Prefeitura deveria firmar convênios com as faculdades privadas com as seguintes condições: - concessão de x% desconto no valor do IPTU para disponibilizarem x% das vagas para os alunos que estudaram todos os anos na rede municipal. O processo de seleção seria por meio do vestibular e da análise de currículo escolar.
- É preciso rever a grade de aula do ensino médio para oferecer mais tempo para o processo ensino-aprendizagem. As aulas geralmente não ocorrem às sextas-feiras. É preciso, além do aumento da carga horária, ter aula. É necessário que exista diálogo entre os jovens, educadores e Governo do Estado para definir o que estudar. Os jovens acreditam que é necessário ter educadores mais qualificados e seguros para ensinar o conteúdo das matérias.
- Que o plano municipal de educação inclua uma aula de leitura no programa para todas as escolas municipais, para todo o período de ensino fundamental. Isto significa que pelo menos uma vez por semana o aluno da rede pública tenha um horário dentro da grade da escola para ler com acesso a biblioteca da escola ou do bairro.
- Contribuir para a construção de um Sistema Nacional de Educação, com definições legais quanto à cooperação entre esferas de governo nos aspectos de planejamento da oferta, financiamento e orientação pedagógica.
- Incluir disciplinas em escolas públicas / privadas que tratem temas relacionados à ética e cidadania, e educação financeira.
- Para a melhoria do ensino em colégios públicos, pode ser realizado o projeto Reforço de Vestibular. O objetivo seria incentivar o aluno que almeja passar em um vestibular a se dedicar nos estudos, com um apoio ou reforço de professores das escolas públicas.
- Criar um curso técnico profissionalizante na área de cultura, buscando contribuir com a profissionalização de jovens que busquem carreira nesta área.
- Criar um festival cultural, semelhante aos jogos da cidade, que tenha como pólo irradiador e motivador as escolas públicas.
- Como a demanda por construção de Casas de Cultura é muito grande, o GT de juventude propõe a criação de salas de cultura. Cada escola cederia uma sala de aula para que ela se transformasse numa casa de cultura dentro da escola. Os professores da matéria de artes seriam os coordenadores no período de aula e nos finais de semana a sala seria aberta à comunidade local.
- Criar um programa municipal em que as escolas públicas, e todos os seus atores, se

- envolvam institucionalmente, em todas as suas ações, com a agenda 21 local.
- Reeditar o projeto da Escola Aberta, buscando a participação da comunidade e participação de outros programas e secretarias municipais. Garantir orçamento próprio para a gestão do programa.
 - Bolsa Cidadania - Criar um programa municipal de bolsa de estudos para o ensino superior (com características do PROUNI e Escola da Família), tendo como contrapartida dos jovens a atuação em frentes de cidadania, promovidas pela subprefeitura local ou ONGs, no bairro em que moram. As ações seriam desenvolvidas de acordo com o curso e as horas contabilizadas como estágio.
 - Criar unidades móveis (trailers ou ônibus) que levem oficinairos e educadores a pontos de grande concentração de jovens moradores de rua. As unidades também teriam acompanhamento de assistentes sociais, psicólogos, e, dependendo da necessidade, médicos. A idéia é que esta equipe possa reintegrar os jovens ao convívio familiar e lhes dar oportunidade de seguir um novo caminho, saindo das ruas.
 - Criar um centro de tecnologia, comunicação e novas mídias para a juventude, estimulando o desenvolvimento de uma nova geração.
 - Promover a participação da comunidade escolar nos fóruns de participação popular.
 - Incentivar as escolas públicas e privadas para a formação de agendas 21 escolares.
 - Promover a capacitação de agentes públicos, munícipes, professores, alunos e agentes comunitários de saúde como multiplicadores de informações e como educadores ambientais.
 - Promover os projetos de educação ambiental e desburocratização dos recursos destinados a este fim.
 - Criação pelo poder público em parceria com a sociedade civil da Política Municipal de Educação Ambiental.
 - Reforçar a implementação da Educação Ambiental aos valores culturais, morais, combate à discriminação de gênero, combate ao racismo, valorização da cidadania, das culturas tradicionais, bem como promover a sustentabilidade da cultura indígena.
 - Promover a Educação Ambiental por meio de eventos e multimídia.
 - Ampliar o investimento em educação formal, para termos escolas públicas básicas de qualidade, e que reforcem a implementação dos temas transversais como pressupõem os Parâmetros Curriculares Nacionais.
 - Ampliar a divulgação de projetos para as associações de bairro e capacitar os moradores para elaboração dos projetos.
 - Sensibilizar as comunidades sobre o descarte correto do lixo domiciliar para coleta, principalmente em relação ao horário da coleta na região.
 - Promover a educação ambiental nos parques.

- Promover campanhas sobre a posse responsável de animais.
- Criar campanha de conscientização para a população sobre a importância da preservação fauna e da flora.
- Criação pelo poder público no presídio da Cratera de escola /museu de história natural e meio ambiente.
- Criar viveiro para produção de mudas no parque municipal do Guarapiranga como parte de um programa de educação ambiental e apoio ao programa de arborização.
- Ampliar as ações do poder público para valorização e inserção do idoso na comunidade.
- Construir escolas de educação infantil, ensino fundamental e escola técnica em todos os distritos. Garantir atendimento integral de crianças de 0 até 6 anos de idade nas escolas de educação infantil.
- Ampliar convênios entre entidades e poder público, adequando os documentos às possibilidades reais das instituições.
- Ampliar os espaços educativos existentes para zerar a demanda por vagas.
- Estabelecer canais de diálogo entre as redes municipal e estadual de ensino, envolvendo as equipes das escolas com objetivo de garantir o acesso e organização do atendimento de acordo com a demanda.
- Reduzir o número de alunos por sala de aula - alguns colégios têm 50 alunos em sala e muitos chegam a eliminar biblioteca e sala de informática para usá-las como salas de aulas.
- Disponibilizar equipamentos e funcionários para atendimento em salas de informáticas e bibliotecas.
- Substituir salas de aula de lata por alvenaria.
- Ampliar a qualificação e formação continuada e a disponibilidade dos professores nas redes.
- Incluir profissionais do serviço social e psicologia para a implementação do ECA nas escolas e sua inserção na grade curricular.
- Contra a progressão automática e pela qualidade no ensino.
- Promover a estruturação das escolas e formação dos educadores e profissionais para apoiar os adolescentes inseridos em medidas sócio-educativas.
- Promover o atendimento aos portadores de necessidades especiais e adequação de equipamentos e transportes para cadeirantes.
- Capacitar os policiais para o atendimento digno de adolescentes infratores.
- Implantar coleta seletiva de lixo em todas as escolas do município.
- Divulgar o conhecimento e as atividades cotidianas do ser humano mediante linguagens dinâmicas reais, apoiadas na dinâmica da linguagem natural que todos nós falamos na cidade.

- Incluir aulas semanais sobre saúde (já aprovado na Conferência Mundial de Saúde da População Negra).
- Incluir aulas de Ábaco – melhora o raciocínio, concentração e memória.
- Incluir aulas de leitura de jornais e revistas, para melhorar capacidade de raciocínio e análise social.
- Implementar cursos extracurriculares para a resolução de conflitos por meio da não-violência para promoção de uma cultura de paz.
- Incentivar a inclusão digital com laboratórios de informática em cada escola.
- Construir propostas de inclusão digital no eixo qualidade da educação.
- Incluir projetos de Educomunicação no currículo escolar, permitindo que crianças e adolescentes tenham acesso à produção de mídia.
- Introduzir o componente curricular Direitos Humanos, tanto para formação dos professores quanto dos alunos.
- Assim como houve a proposta para entrar nas diretrizes curriculares o estudo étnico-racial com relação à população afro-descendente, importante também se faz implementar o estudo do holocausto.
- Utilizar prédios e locais abandonados para construção de centros de educação.
- Desenvolver programa para acompanhar o desenvolvimento dos alunos (EUA tem provas para cada ano, para cada aluno de todas as séries e professores).
- Reformar as escolas municipais e estaduais com criação de áreas verdes.
- Aumentar o número de vagas para bolsistas em universidades.

Esporte

Propostas das crianças e Adolescentes

- Criação de clubes públicos perto do lugar onde as pessoas moram.
- Mais áreas para prática de esportes.
- Quadra de esportes para deficientes físicos.

Demais propostas do Fórum

Plano Municipal de Esporte e Atividade Física

- Realizar a organização e sistematização, pela SEME, dos dados e informações do esporte e atividade física na cidade, por subprefeituras e distritos, incluindo:
 - Equipamentos Esportivos / Unidades Esportivas
 - Número de Vagas / Ocupação das Vagas
 - Educadores
 - Integração dos Dados da Educação (Municipal e Estadual) e Esporte (Sub-Prefeituras e SEME)
- Promover a construção coletiva do Plano Municipal de Esporte, integrando poder público e sociedade, incluindo:
 - Secretaria Municipal de Esporte
 - Secretarias Municipal e Estadual de Educação
 - Subprefeituras
 - Redes Sociais Locais e Municipais
 - ONGs, Entidades e Grupos Representativos Locais e Municipais.
- Promover a organização das redes sociais de esporte, para participação junto com o poder público – ONGs, entidades locais, escolas, CEUs, universidades, jovens, a partir de Fóruns / Grupos já organizados ou criando novos (diferentes realidades nas diferentes subprefeituras).
- Promover a integração entre as redes locais: empoderamento das comunidades e troca de experiências.
- Promover a participação de representantes da área de educação física e esporte na elaboração do Plano Municipal de Educação, visando:

- A construção de currículo da educação física escolar
- Adequação dos objetivos e metodologia das atividades extra-curriculares
- A Integração Escola e Comunidade
- Promover a construção de políticas públicas da saúde – prevenção de doenças, promoção de saúde articulada com a Secretaria Municipal da Saúde.
- A Prefeitura Municipal deve disponibilizar dados e indicadores da prática esportiva na cidade.

Ampliação das vagas e Qualificação dos atendimentos

- Promover a distribuição das vagas equilibradas por demanda;
- Atender a todas as idades e interesses (educacional, participação, saúde, competição comunitária, escolar, rendimento).
- Criar estratégias para envolvimento da comunidade (entidades e redes sociais locais) na implantação e operacionalização das atividades, a partir de políticas de sustentabilidade local.
- Promover a qualificação do atendimento (pedagógico, gestão e sustentabilidade) com foco na capacitação de:
 - Agentes esportivos (facilitar o acesso de membros da comunidade) e jovens
 - ONGs, entidades e redes sociais locais

Propostas de ações gerais

- Construir e implantar pelo menos 10 equipamentos esportivos por distrito.
- Construir e implantar unidades para prática de Skate, Bike e Roller nos equipamentos já existentes e nos novos.
- Dispor alguns equipamentos com funcionamento 24 horas.
- Promover o envolvimento da comunidade (Redes Sociais Locais) na gestão dos espaços.
- Organizar e promover eventos esportivos nas Escolas e CEUs aos finais de semana.
- Integrar espaços esportivos a atividades sócio-culturais (biblioteca, laboratório de informática etc).
- Realizar torneios esportivos regionalizados e posterior evento com os campeões de cada região.
- Craque da Escola - Buscar parcerias com os grandes grupos esportivos da cidade, principalmente os clubes de futebol, para a criação de "escolas de esporte", como contrapartida social, nas periferias da cidade. Os jovens seriam selecionados nas

escolas públicas de acordo com seu desenvolvimento escolar. Os "craques" serão estimulados com bolsa de estudo. Os times formados das escolas participariam dos jogos da cidade.

- Criar uma olimpíada estudantil entre as escolas públicas.
- Oferecer alimentação para os praticantes de atividades esportivas nos equipamentos públicos.
- Promover olimpíadas cooperativas de cidadania, iniciando nas escolas, posteriormente bairros e cidades, com o apoio da empresas da região.
- Fazer uso dos espaços das escolas municipais aos finais de semana e feriados, e de clubes nos períodos em que ficam ociosos, para atividades esportivas, recreativas e de lazer, abertas às comunidades locais orientadas por profissionais devidamente qualificados, como o programa escola da família do estado que foi extinto.
- Construção e reforma de Clubes Desportivos Municipais (CDMs), totalizando pelo menos 10 unidades por Distrito, com a existência de quadras poliesportivas, pistas de skate e bike e roller, pistas de cooper ou corrida, e não mais somente campo de várzea.
- Criar parques com playground, brinquedotecas, pista de skate e ciclovias.
- Fomentar a prática das várias atividades já existentes na região como; skate park, bike park, roller, basketbol, futebol de salão, voleibol, futebol de várzea, com torneios, campeonatos regionalizados (por distrito ou subprefeitura), que venham a se unir posteriormente a um torneio, e ou campeonatos da cidade.
- Considerar estudos científicos sobre a prática da atividade física e os níveis de poluição na cidade de SP.
- Verificar projetos existentes nas Secretarias da Saúde e Esportes que não são potencializados pela atual administração.
- Promover jogos cooperativos ao invés de jogos competitivos.
- As escolas públicas devem ter maior atenção para aprimorar e fortalecer as aulas de educação física.
- É necessária uma política de gênero para o uso dos espaços e equipamentos esportivos, já que atualmente ela é desigual.
- Promover atividades esportivas que possam unir os jovens dos bairros periféricos e centrais, fazendo uma “costura social” das diversas classes sociais.
- Reverter nas escolas públicas a cultura de que educação física é recreação somente.
- Trabalhar culturalmente a valorização da mulher no esporte.

Propostas de ações locais

- Construir e implantar Centros de Esportes nas regiões do Anhangabaú, Aclimação, Santana e Tucuruvi.
- Construir e implantar ciclovias na Região Central, Av. Sumaré e Pacaembu.
- Sumaré - Construir e implantar pista de Cooper na Av. Sumaré.
- Cidade Ademar - Construção de um centro esportivo na região.
- Jardim Miriam - Melhorias no campo de futebol localizado na Rua Sebastião Afonso, com programa de esporte e lazer para todas as idades.
- Celebrar convênio com o Clube da APCEF (Associação dos Profissionais da Caixa Econômica Federal) na Av. Yervant Kissajikian, para que a população possa utilizar o espaço para a prática de esporte e lazer durante os dias úteis, quando as instalações são subutilizadas.
- Jaçanã – Tremembé – Construir um centro esportivo, com muito verde, onde as pessoas possam passear, praticar esportes e se divertir. No Horto Florestal, por exemplo, não é permitido passear com animais domésticos nem andar de patins ou skate.

Habitação

Propostas das Crianças e Adolescentes

Habitação

- Habitação digna para todos.
- Programas de apoio aos moradores de rua.
- Oferecer aos moradores de favelas prédios com áreas de lazer, próximo às escolas, postos de saúde, centros culturais, áreas de comércio e com acesso fácil e rápido para o local de trabalho dos moradores.
- Melhoria da qualidade das casas da COAB, CDHU, Cingapura e prestações menores que o salário mínimo.
- Controle da permanência das famílias para evitar a venda das casas.
- Retirada das famílias de favelas e ocupações apenas quando houver moradia digna para elas.
- Promover melhores condições de habitação e saneamento para as populações ribeirinhas.
- Impedir a construção de lixões próximos às moradias e ocupações.
- Dar maior esclarecimento para população acerca das áreas de manancial.
- Pagar indenização justa nos casos de desapropriação.
- Implantar mais albergues.

Urbanismo

- Instalar semáforos sonoros para deficientes visuais.
- Construir ciclovias unindo os principais pontos da cidade.
- Criar mais áreas verdes, parques e praças em todos os bairros da cidade.
- Regularizar áreas de ambulantes.
- Instalar pisos táteis próximos a pontos de ônibus, metrô, trem e telefones públicos.
- Fazer o recapeamento das ruas.
- Planejar a cidade para os pedestres e ciclistas.
- Construir calçadas adaptadas para os deficientes.
- Melhorar as vias públicas e revisar as obras antigas.
- Instalar caixas de correio e postes de iluminação com espaço para passagem para cadeira de rodas.

Demais propostas do Fórum

Legislação e Gestão

- Implementar os instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade: instituição de Zeis* (Zonas Especiais de Interesse Social) e projetos integrados de habitação e urbanização (Habitação de Interesse Social) e regularização fundiária.
- Implementar as diretrizes previstas no Plano Diretor Estratégico e revisá-lo com participação ampla da sociedade.
- Construir novas unidades habitacionais, especialmente com diretrizes que possibilitem o acesso a terra com recursos municipais, estaduais e federais.

** Zeis -áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.*

- Atendimento à demanda localizada – georeferenciar o déficit habitacional no município a partir das subprefeituras e Bairros. Oferecer apoio técnico que oriente a população a se organizar, identificar alternativas de moradia e formação de cooperativas ou associações de moradores - Lei de Assessorias Técnicas.
- Criar política pública habitacional que garanta acesso a mecanismos de financiamento e programas de atendimento habitacional ao movimento de moradia organizado, e criar espaço para discussão das estratégias da política habitacional.
- Emergência habitacional para famílias com renda de até 3 salários mínimos.
- Destinar o máximo de moradias possíveis, por meio do Programa Bolsa Aluguel, para famílias em situação de despejo, moradias precárias e / ou em situação de rua.
- Promover a regularização fundiária.
- Re-urbanizar todas as favelas, iniciando pelas que estão em situação mais precária;
- Fornecer cesta de material para quem possuir espaço para construir e / ou carta de crédito para compra de moradia ou reforma.
- Os projetos habitacionais e sociais devem:
 - Ser desenvolvidos em parceria com o Movimento Social Organizado, que indica a demanda e supervisiona a implantação dos programas.
 - Garantir a participação e controle pela comunidade atendida.
 - O grupo de famílias deve contribuir e acompanhar a execução do empreendimento por meio da auto-gestão.
 - Que seja constituída uma Associação de Moradores para dar continuidade

aos programas de desenvolvimento social. Esta Associação, ligada a seu movimento social de origem, será responsável pela gestão do espaço, após a entrega do projeto aos moradores.

- Desenvolver projetos habitacionais em larga escala para impedir a continuidade das ocupações nas regiões de proteção ambiental.
- A exemplo do Fundo Municipal de Habitação, criar o Fundo Estadual e Federal de Habitação Popular, canalizando todos os recursos do Governo Federal, Municipal e outros, com o objetivo de executar os programas habitacionais do Município.
- Promover a discussão e implantação da construção de Condomínios Eco-Sustentáveis como também da Permacultura.
- Estimular as incorporadoras por meio de linhas de crédito bancário e políticas de isenção fiscal a investirem na requalificação de edifícios existentes subutilizados no centro de São Paulo.
- Reduzir a área urbana, impedindo construção sem critério.

Programas Complementares aos projetos habitacionais populares

- Promover projetos educacionais: cursos de alfabetização, supletivos e profissionalizantes nas comunidades organizadas para atender os trabalhadores de baixa renda.
- Implantar plano de emergência para desempregados e trabalhadores de baixa renda: estímulo à formação de cooperativas, frente de trabalho, bolsa-trabalho e renda mínima para apoiar os moradores de rua.
- Assegurar o ingresso nas escolas e creches de todos os filhos de trabalhadores com renda de 0 a 3 salários mínimos.
- Criar Escolas Técnicas para os jovens, filhos de famílias de baixa renda para concluírem o ensino médio, e que ensinem línguas e informática.
- Implantar espaços culturais e equipamentos sociais que viabilizem a participação dos jovens e de todos os integrantes das famílias de baixa renda.
- Construções populares devem ser feitas com isolamento térmico e acústico e iluminação adequada, visando o conforto e a economia de energia.

Instrumentos de Política de Desenvolvimento Urbano

- Aprovar Instrumentos de Política de Desenvolvimento Urbano pautando-se pelo Estatuto da Cidade/ Lei 10.257/2001, cujas diretrizes devem orientar a utilização do estoque de propriedades imóveis, assegurando a função social da propriedade urbana, destinando-as para fins sociais.

- Incidência de imposto predial e territorial fortemente progressivo para imóveis vazios, sem utilização por mais de um ano.
- Rever a isenção do IPTU pelo tamanho e valor do imóvel. Cobrar pela quantidade de imóveis, sendo um imóvel de até 50 metros quadrados isento, e para os demais valores progressivos.
- Que a valorização dos imóveis, decorrente de investimentos públicos, seja tributada pela Contribuição de Melhoria, e que estes recursos voltem para ser utilizados em moradia popular e outros fins sociais.
- Que os proprietários inadimplentes, devedores de impostos da Prefeitura, sejam obrigados a ceder sua propriedade em troca dos débitos tributários. Esses imóveis só poderão ser utilizados para fins sociais. Utilizar as normas existentes no Estatuto da Cidade, Código Civil, Plano Diretor, e construir legislação para esse fim.
- Que todas as propriedades imóveis provenientes de enriquecimento ilícito (da corrupção, sonegação de impostos) sejam desapropriadas sem indenização a seu possuidor e destinadas a investimentos sociais, especialmente moradia popular.
- Que em toda cidade urbanizada, especialmente nas áreas centrais da cidade, sejam reservadas áreas para assentamento de população de baixa renda (ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social).
- Que os imóveis de outras instâncias governamentais (Estado, Governo federal), Autarquias e Fundações Estatais existentes no Município, sem destinação específica, sejam utilizados para projetos de moradia popular e equipamentos sociais.
- Criar indicadores para avaliar a qualidade das construções e manutenção dos equipamentos públicos municipais.

Política Habitacional

- Destinar os prédios vazios do centro da cidade a programas de moradia. Deverão ser reformados e oferecidos de forma organizada para acabar com as invasões.
- Implantar / ampliar o Programa de Parceria Social – Município, Estado e União - para a construção de moradias.
- Aplicar os instrumentos de política de desenvolvimento urbano já existentes e criar novos dispositivos que disciplinem o uso da propriedade urbana, colocando-a em prol do bem coletivo, implantando a função social da propriedade.
- Realizar programa de desenvolvimento local para impedir deterioração dos conjuntos habitacionais ("favelização").
- Criar um plano de habitação para o idoso e toda a população.
- Para enfrentar problema do abandono e venda de terras, elaborar leis que estabeleçam um tempo mínimo de carência para venda da terra.

- Firmar compromisso com ROLAC (ROLAC – Regional Office for Latin America and Caribe) - e com agenda Habitat para municípios (Prefeitura e subprefeituras).
- Cercar e prover vigilância nas áreas desocupadas pela prefeitura.
- Fiscalizar com energia para evitar os processos de implantação de favelas ou habitações irregulares.
- Cabe à gestão pública da cidade garantir subsídios para criação de habitações para população de renda baixa com qualidade e em áreas com ampla disposição de infraestrutura urbana e equipamentos públicos.
- Promover a regulamentação e aplicação efetiva dos instrumentos do PDE / Estatuto da Cidade para garantia da função social da propriedade urbana, inclusive o IPTU progressivo.
- Projeto de Lei que exija a instalação de obras de arte nas fachadas dos novos prédios residenciais e comerciais.

Habitação e Meio Ambiente

- Promover a desocupação de áreas de mananciais e alocação das famílias em conjuntos habitacionais na região, em terrenos legais. Definir prazo e cronograma para que isso seja executado por parte do poder público. Após a retirada das famílias das áreas de mananciais, a Prefeitura deve cercar e prover vigilância nestas áreas, e desenvolver com participação popular projetos para seu uso.
- Implantar Programa de Fiscalização para evitar novas ocupações e usos incompatíveis com os mananciais, nas áreas de influência do rodo-anel, na zona sul de São Paulo, evitando repetir o processo evidenciado no trecho oeste da mesma rodovia.
- Criar Lei Municipal impedindo construção de novos acessos no município de São Paulo ao rodoanel. Esta medida deve-se ao fato da rodovia ser projetada em área de mananciais e a criação de tais acessos estimularia novos fluxos de deslocamento, que poderiam estimular novas ocupações na região.
- O poder público deve sensibilizar a população sobre os prejuízos das moradias à beira de represas, córregos e áreas de risco e posterior re-alocação dessas famílias com envolvimento das Universidades, sobretudo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP.
- Isentar do IPTU iniciativas de permeabilidade urbana.
- Ampliar o plantio de árvores na região central.
- Estimular o plantio de árvores por casa, com desconto no IPTU.
- Incentivar o uso de Telhados Verdes.
- Os projetos habitacionais que integram os projetos de urbanização em áreas de

mananciais devem considerar a fragilidade ambiental destas regiões, buscando soluções técnicas e sistemas construtivos adequados aos serviços ambientais ali prestados, e não apenas reproduzir projetos pré-desenvolvidos que são executados em qualquer outra região da cidade.

- Promover a discussão e implantação da construção de condomínios eco-sustentáveis, como também da Permacultura.
- Intensificar e fiscalizar as áreas de mananciais e outras áreas verdes.
- Incentivar a permeabilidade do solo urbano.
- Realizar recapeamento e pavimentação das ruas com asfalto ecológico.
- Promover a educação ambiental.
- Incentivar cooperativas de construção de moradias para a desocupação das APP's
- Incentivar projetos para construção de moradia ecologicamente correta.
- Efetuar parceria entre o poder público e a sociedade civil para capacitar mão-de-obra para construção de moradias ecologicamente corretas.
- Definir e/ou aumentar percentual dentro do orçamento para projetos habitacionais para construção de moradias ecologicamente corretas.
- Priorizar e ampliar divulgação de informações sobre construção popular para órgãos ligados a demandas ambientais.
- Incentivar o uso de energia solar, especialmente as tecnologias acessíveis às populações de baixa renda.
- Promover parceria entre o Estado e a Prefeitura para liberação de áreas do CDHU, para construção verticalizadas de novos assentamentos, evitando que população de baixa renda venha a ocupar mais ainda as margens da represa Guarapiranga já comprometidas.
- A prefeitura deve ter um programa de Habitação que atenda a necessidade de moradia dos que estão irregularmente em áreas de mananciais.
- Utilizar o cadastro de moradores, realizado pelas varias organizações não-governamentais existentes na região, para a regularização mobiliária nas áreas determinadas pelo Plano Diretor Estratégico.
- Desburocratizar, agilizar e baratear o processo de avaliação e aprovação de plantas para obras civis incentivando a legalização das obras no município.
- Fazer a conservação e manutenção de praças públicas.
- Atuação das empresas:
 - Incentivar as construtoras para adotarem medidas sustentáveis na implantação e nos projetos focando consumo de água, energia, materiais e na qualidade do ar do espaço habitado.
 - Normatização desses itens também para empresas e prédios, a médio e longo prazos.

- Incentivar para que o setor se auto-regule, buscando construções sustentáveis.
- Incentivar construtoras a assumirem projetos sociais paralelos aos novos empreendimentos.

Habitação e Acessibilidade

- Promover a construção e adaptação de habitações segundo o conceito do desenho universal de moradias adaptadas para pessoas com deficiência.
- Determinar nível mínimo de acessibilidade em edificações habitacionais, permitindo o acesso e a visita de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, fornecendo parâmetros técnicos à adequação das edificações existentes.
- Dispor às imobiliárias um critério para a criação de banco de dados específico para habitações com características acessíveis, facilitando sua localização por parte do público interessado.
- Promover as habitações com desenho universal entre os empreendimentos imobiliários existentes e que serão lançados, regulamentando a legislação existente - Decreto 45.990, de 20 de Junho de 2005, que Institui os Selos de Habitação Universal e de Habitação Visitável para unidades habitacionais unifamiliares e multifamiliares já construídas ou em construção.
- Aplicar o Protocolo de Intenções entre a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Secretaria Estadual de Habitação, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (Asbea) para a construção de conjuntos habitacionais adequados às pessoas com deficiência.
- Fazer cumprir as leis e normas já existentes, aprovando somente a construção de edificações que estiverem plenamente de acordo com as normas (rampas, elevadores, largura das portas, banheiros etc). Assim, uma pessoa com deficiência poderá adquirir sua moradia em qualquer condomínio, conjunto habitacional (CDHU) entre outros que venham a ser construídos no município.
- Apresentar cronograma de implantação de habitação universal nos projetos da COHAB Companhia Metropolitana de Habitação – SP.

Urbanismo

- Promover a recuperação do convívio urbano em áreas abertas (em contraponto ao isolamento dos shoppings e condomínios fechados).
- Efetuar a descentralização dos serviços públicos de forma que haja em cada distrito

(ou subprefeitura?) da cidade: Fórum, Centro Integrado de Cidadania – CIC, Poupatempo, Biblioteca Pública e Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais.

- Promover a otimização do sistema de águas pluviais bem como o tratamento e reuso de águas servidas - Calçada Viva.
- Conceder isenção de IPTU por um período que permita o ressarcimento do investimento, feito por pessoas físicas ou jurídicas, em construção ou reforma de imóveis, para melhorar a permeabilidade da cidade e reduzir o problema das enchentes.
- Instalar sistemas de tratamento de esgoto local e de pequeno porte.
- Melhorar a qualidade do serviço de implantação das calçadas padronizadas na cidade, que em vários locais deixa muito a desejar.
- Melhorar a Iluminação pública na região central.
- Melhorar a iluminação pública nos terminais e pontos de ônibus.
- Implantar iluminação pública com energia solar.
- Melhorar o serviço de poda das árvores, para evitar que prejudiquem a iluminação e a segurança.
- Revitalizar os eixos virtuosos do centro de São Paulo: iluminação eficiente, segurança efetiva, calçadas adequadas para pedestres, bom paisagismo, estímulo por meio da redução de impostos para a instalação de bares, restaurantes, lazer e, na parte superior dos edifícios, o uso residencial.
- Instalar nos bairros residenciais placas: “Não buzine! Zona residencial”.
- Promover o uso misto nos bairros, para moradia, trabalho, cultura, visando menor deslocamento das pessoas.
- Priorizar a contratação de mão-de-obra junto dos moradores próximos ao local das obras.
- Promover um programa de plantio de árvores por casa, com desconto no IPTU.
- Construir banheiros públicos por meio de parcerias no centro.
- Construir e reformar praças, para terem facilidade de acesso e mais opções de lazer.
- Captação de energia solar para locais públicos com pouca iluminação.
- Ampliação do programa de revitalização de calçadas em toda a cidade.
- Construir mais centros esportivos e CEUs.
- Impedir o aumento da área urbana (o êxodo para as grandes metrópoles precisa ser debatido e revertido).
- Reduzir a área urbana com políticas de retorno das pessoas às suas cidades de origem, ou ajudando-as transladar para locais onde possam ter espaço no mercado de trabalho e viver mais dignamente.
- Reduzir a área urbana impedindo novas construções, que na sua maioria ocorrem por ganância do mercado imobiliário.

- Reduzir a área urbana reorganizando as construções populares de modo a distribuir a mão-de-obra de base com vistas a evitar o deslocamento de um lado para outro da cidade.
- Reduzir a área urbana com o resgate das áreas de preservação ambiental, cada dia mais atacadas por construções clandestinas (populares, de luxo e altíssimo luxo), sem falar de motéis, casas de shows, fábricas etc.

Habitação e Urbanismo - propostas de ações locais

- Construções de HIS (Habitações de Interesses Sociais) que podem ser casas geminadas no próprio bairro (Cidade Nova América - Estrada da Barragem).
- Construções de HIS (Habitações de Interesses Sociais) na ZEIS 4 no Jardim Silveira que poderão ser prédios com 3 ou 4 andares
- Desapropriar favelas (Jd. Pery, Jd. Maristela, Jd. Damasceno, Carimbé, Brasilândia entre outras) e construir conjuntos habitacionais, com moradias decentes e seguras.
- Criar programa de atendimento para a favela Moinho.
- Urbanizar as favelas da rua Francisco de Alvarenga e da rua Brás de Abreu, Cidade Júlia e Santa Terezinha.
- Revitalizar a passagem de pedestres Maria Eugênio, no Jardim Icarai.
- Instalar poço para captação do esgoto do bairro Cidade Nova América.
- Instituir programa de locação social para a Favela da rua Sebastião Afonso.
- Melhorar as calçadas na Alameda Barão de Limeira e Rua Eduardo Prado.
- Negociar terrenos na região de Cidade Ademar e adjacências para viabilizar moradias populares dentro do Programa de Auto Gestão (mutirão).
- Realizar obra de cobertura e construção de complexo esportivo, no piscinão da Rua Rui de Moraes Apocalipse, no Jardim Tiro ao Pombo.
- Construir ciclovias ao longo da Rodovia Raposo Tavares.
- Finalizar a ponte de acesso à Estação Jaraguá.
- Canalizar o córrego do Jd. Brasília.
- Construir parque público e um centro cultural no Jardim Paulistano.
- Fazer a conservação dos logradouros públicos e melhorar as opções de lazer, como quadras esportivas na Vila Teresinha e Jardim Guarani.
- Facilitar a passagem de moradores da Favela Jardim Icarai sobre o córrego Rio das Pedras.
- Criar ciclovias próximo às avenidas São João, Av. Angélica e Av. Ipiranga.
- Melhorar a iluminação pública na região dos metrô Marechal Deodoro, Santa Cecília, Barra Funda e Anhangabaú.

- Construir áreas de lazer na Lapa.
- Construir Ciclovia Palmeiras – Ibirapuera.
- Construir Ciclovia na Av Água Espraiada.
- Construir Ciclo-rede de Pinheiros.
- Melhorar a conservação do piscinão localizado na Av. Penha Brasil.
- Melhorar a calçada da Alameda Barão de Limeira e Rua Eduardo Prado.
- Reformar o Parque da Água Branca.
- Ampliar a iluminação na Av. General Olímpio da Silveira (Minhocão).
- Melhorar a iluminação no Bairro de Santana, próximo a R: Marechal Hermes da Fonseca.
- Construir áreas de lazer em Perus.
- Melhorar a calçada da Alameda Barão de Limeira.
- Urbanizar a favela do Moinho, situada em baixo da Ponte da Av. Rio Branco.
- Perus – asfaltar as vilas mais pobres da região.
- Sé - Aumentar a iluminação pública na região próxima aos metrô Marechal Deodoro, Santa Cecília, Barra Funda e Anhangabaú;
- Sé - Reformar o Elevado Costa e Silva e remover os moradores de rua para alojamentos, e incentivar a ação social para tirá-los desta situação.
- Sé - Aumentar as linhas de ônibus na Av. Angélica e ruas auxiliares em direção à Av. Paulista.
- Sé - Criar ciclovias próximas às avenidas São João, Angélica e Ipiranga.
- Sé - Reformar as fachadas dos prédios e comércio na região da Marechal.
- Sé – Melhorar as calçadas de toda a região.

Indicadores

Propostas do Fórum

- A Prefeitura de São Paulo deve implementar uma política municipal de produção e divulgação de indicadores de qualidade de vida e de serviços públicos apresentados por distritos e subprefeituras da cidade, de modo que atenda a Emenda n.30 à Lei Orgânica do Município, conhecido como Programa de Metas.
- Todos os dados e informações dos órgãos públicos e empresas concessionárias devem adotar um padrão de registro, tornando compatíveis os dados de diferentes fontes, com transparência metodológica, territorialização, periodicidade regular, séries históricas e divulgação atualizada nos portais dos responsáveis e no portal oficial da Prefeitura de São Paulo.
- Base populacional - Pactuar, entre todos os órgãos públicos e organizações que fornecem indicadores de avaliação da cidade de São Paulo, o uso da mesma base populacional para cálculo de indicadores e realização de pesquisas.
- Base territorial - Pactuar, entre todos os órgãos públicos e organizações o uso da mesma base territorial – subprefeituras e distritos administrativos - para sistematização de dados, cálculo de indicadores, realização de pesquisas e divulgação dos resultados, mesmo que continuem usando, para fins internos, outras divisões.
- Periodicidade - Pactuar, entre todos os órgãos públicos e organizações, que os dados sejam apurados e divulgados com periodicidade no mínimo anual.
- Séries históricas - Pactuar, entre todos os órgãos públicos e organizações, que até 1º de setembro de 2008 sejam resgatados e publicados todos os dados já apurados de 2003 a 2007.
- Transparência - Pactuar, entre todos os órgãos públicos e organizações, que os dados primários sejam disponibilizados de forma transparente para a sociedade, incluindo a metodologia aplicada para sua apuração, em formatos universais para *download* dos dados primários ou microdados, e que sua disponibilidade seja divulgada para toda sociedade.
- Registro público - Estabelecer um sistema eficiente de registro para todos os atendimentos públicos efetuados no município (escolas, hospitais, delegacias etc.), com todas as informações sobre o teor do atendimento, data, identificação do atendido com endereço e CEP, e, quando for o caso, também o local de ocorrência do fato, para que estes registros possam ser fontes confiáveis de informação,

incluindo a conscientização e o treinamento de todos os agentes responsáveis por estes registros, como assistentes sociais, médicos, policiais etc.

- Infra-estrutura informacional - Garantir que todos os órgãos responsáveis por qualquer tipo de atendimento público disponham de equipamento e sistema de informática apropriado.
- Infra-estrutura pessoal - Garantir que todos os órgãos responsáveis por qualquer tipo de atendimento público disponham de pessoal habilitado para efetuar com eficiência o registro de seus atendimentos, tanto na operação do sistema de registros quanto ao conhecimento das diferenças que são essenciais à qualidade do registro, como os dados pessoais, idade, etnia, cor, causa exata do registro, endereço residencial com CEP etc.
- Implementação imediata da Lei 14.173/2006, que estabelece indicadores de desempenho para vários serviços públicos municipais.
- A Prefeitura de São Paulo deve reunir-se com IBGE, Fundação Seade e Metrô (responsável pela pesquisa Origem/Destino) para realizar parcerias que resultem no aprimoramento e ampliação da base de dados e informações para a construção dos indicadores da cidade.
- As pesquisas domiciliares (especialmente PNAD e PED) devem ter amostra suficiente para garantir a desagregação consistente por subprefeitura.
- O Poder Judiciário deve fornecer dados e indicadores a respeito de processos e sentenças, com territorialização por local de moradia do réu e autor das ações.
- Os dados e informações que impliquem garantia de privacidade (envolvimento com ato infracional ou dados assistenciais, entre outros) devem ser disponibilizados em formato que permitam a territorialização, fornecendo, por exemplo, apenas o CEP de moradia de cada cidadão.
- Deve ser restabelecida a sistemática de fornecimento de informações da rede de saúde particular para o Poder Público, a fim de que as estatísticas de atendimentos e internações não se restrinjam como hoje ao atendimento público.
- A Prefeitura deve montar um sistema de acompanhamento da execução orçamentária que identifique o destino territorial de cada gasto efetuado (subprefeitura e/ou distrito), incluindo, nos casos de compras centralizadas, a definição do montante destinado a cada território da cidade.
- A Prefeitura deve disponibilizar os dados de gerenciamento de pessoal (total de funcionários, total de terceirizados, faltas, transferências, remoções etc.) em toda a rede de serviços públicos, com base territorial.
- A Prefeitura deve montar acordos com os órgãos estaduais e federais para receber, sistematizar e divulgar informações e indicadores produzidos por essas esferas de governo a respeito da cidade.

- Incluir a Emplasa entre os fornecedores de indicadores (que tem uma sistemática pontuada com os 39 municípios da região metropolitana de SP). A Emplasa recebe dados mensais de cada prefeitura e devolve às mesmas os dados dos 39 municípios da RMSP.
- ONGs vinculadas às causas relativas à gênero, cor, raça, acessibilidade, juventude etc devem ser convidadas para conhecer e opinar sobre os indicadores relativos à estes temas.
- Criar um indicador que avalie a criação de empregos na periferia.
- Colocar no grupo de esferas as instituições representantes da sociedade civil e de segmentos de minorias no processo de geração, análise e divulgação desses dados. Ou seja, somar-se ao Seade/Dieese e IBGE ONGs de gênero, cor, raça, portadores de deficiência, juventude etc.

Juventude

Propostas do Fórum

Plano Municipal de Juventude - Estatuto Municipal de Juventude

- Estatuto Municipal de Juventude
- Fundo Municipal de Apoio a Juventude
- Estação Juventude
- Adequar as funções dos auxiliares de juventude
- Implementação Integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- Municipalização da Fundação Casa.
- Passe livre para estudantes no final de semana.
- Elaboração participativa de um plano municipal de juventude que busque fomentar, articular e integrar políticas públicas de juventude, buscando intervenção no orçamento municipal.

Educação

- Ensino Técnico nos CEUs
- Salas descentralizadas
- Uni Sampa – Universidade do Município de São Paulo
- Bolsa Cidadania
- Centro de Tecnologia, comunicação e novas mídias
- Lan Houses nas escolas
- Reedição do projeto Escola Aberta
- Unidades móveis de Educação e Cultura

Trabalho

- Primeiro Emprego Paulistano

Cultura

- Salas de Cultura
- Rede de CCJs
- Festival “Sampa é Cultura!”
- Escola Técnica de Cultura

Meio Ambiente

- Agenda 21 na Escola
- Valorização de Iniciativas Ambientais

Esporte

- Craque da Escola
- Olimpíada Paulistana

Meio Ambiente

Propostas das Crianças e Adolescentes

Transporte

- Diminuir a circulação de automóveis particulares na cidade de São Paulo.
- Incentivar o uso de bicicleta e construção de ciclovias unindo os principais pontos da cidade.
- Incentivar o uso de biocombustível.
- Exigir filtros nos automóveis.
- Promover o controle da emissão de poluentes dos transportes da prefeitura.

Água e Saneamento

- Promover campanha e incentivos para que as pessoas usem menos água.
- Fazer a canalização de todos os esgotos da cidade. Promover a despoluição de rios e córregos da cidade.
- Promover campanhas para toda população sobre o saneamento básico, lembrando direitos e deveres de todos.
- Multar empresas e pessoas que poluem os rios.

Qualidade do Ar

- Filtros nas fábricas

Limpeza e Reciclagem

- Incentivar a reciclagem e a coleta seletiva em toda a cidade com construção de galpões para o trabalho dos catadores.
- Valorizar o trabalho dos catadores.
- Garantir a coleta de materiais recicláveis pelo transporte da prefeitura, que deverá levá-los para os centros de reciclagem.
- Promover palestras e campanhas sobre a coleta seletiva nas comunidades.

- Colocar cestos para materiais recicláveis nas calçadas.
- Promover a limpeza da cidade.
- Evitar construção de lixões próximos às moradias, assim como a ocupações de áreas com reserva de Mata Atlântica.
- Criar campanhas para evitar que as pessoas poluam a cidade.
- Organizar mutirões de limpeza na cidade.
- Implantar a obrigatoriedade do uso de papel reciclado pelos órgãos da prefeitura.

Áreas Verdes

- Criar mais áreas verdes em todos os bairros da cidade.
- Garantir a conservação e manutenção das áreas verdes.
- Criar ampla área de lazer nas margens do Rio Tietê com pista de skate e cooper, ciclovia, brinquedos infantis, bosques, áreas de natação, yoga, exercícios para idosos, canoagem, quadras esportivas.
- Criar mais parques e praças em toda cidade.

Demais propostas do Fórum

Disposições Gerais de Política Ambiental

- Atuar de modo transversal considerando a questão ambiental nas diversas ações e programas de todos os órgãos da administração pública, principalmente nos procedimentos de licitação.
- Estabelecer atuação política integrada com os demais municípios da região metropolitana, a fim de que as políticas ambientais sejam implementadas de modo a considerar as peculiaridades regionais e do entorno da capital.
- Intensificar a implementação da Agenda 21 nos bairros da cidade, promovendo o devido apoio técnico às comissões que já atuam neste sentido.
- Fortalecer a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, bem como as estruturas ambientais das subprefeituras, aumentando seu orçamento, equipando os profissionais e aumentando o quadro de pessoal para que estes órgãos possam desempenhar suas funções de forma mais efetiva.
- A Prefeitura deve colocar em prática o Plano Diretor Estratégico de São Paulo e Plano Diretor Regional, que já inclui diversas ações importantes.

- Dar cumprimento e superar as metas do Projeto “Município Verde”, juntamente com o Governo do Estado de São Paulo.
- Ampliar o Programa São Paulo “Amigo da Amazônia”, que restringe a utilização de madeira proveniente da Floresta Amazônica, com incentivo ao consumo de madeira certificada.
- Incentivar a pesquisa científica no âmbito das instituições de ensino Municipal em parceria com o Institutos de Pesquisa Estaduais e Federais.
- Regulamentação do projeto de lei 774/07. Que seja cumprido o decreto 48.799.

Conselho Municipal de Meio Ambiente e Participação da Sociedade Civil

- Garantir participação paritária nos conselhos e instâncias participativas no município de São Paulo.
- Aprimorar e divulgar os canais de comunicação já existentes no âmbito da SVMA, para propiciar ampla participação aos munícipes acerca de seus direitos e deveres.
- Garantir fácil acesso dos cidadãos a bancos de dados públicos e indicadores sócio-ambientais.
- Fortalecer a Comissão Permanente de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para agir em conjunto com a população na fiscalização e cumprimento das leis.
- Fortalecer a participação da sociedade civil por meio dos Conselhos ligados às subprefeituras.
- Promoção pelo poder público de políticas integradas relacionadas às questões ambientais.
- Implantar política municipal de saúde ambiental com discussões sobre aspectos de contaminações e poluições.

Educação Ambiental

- Estimular a relação comunidade x escola, com a perspectiva de se desenvolver uma cidadania ecológica em que cada um sinta o pertencimento ao seu habitat (bairro).
- Investimento do poder público para formação dos membros dos Fóruns socio-ambientais, especialmente das comunidades, com conteúdos que incluam também a legislação, para que estes possam qualificar ainda mais as suas atuações e contribuições nestes espaços em parceria com o poder público.
- Implantar Centros de Educação Ambiental na região das subprefeituras Butantã, Cidade Ademar e Pedreira.

- Promover a distribuição de sacolas para carros, para evitar lixo na rua.
- Ampliar a instalação de Delegacias Ambientais, com a capacitação de profissionais para o atendimento das demandas ambientais da Região Sul.
- Consolidar um Programa Municipal de Educação Ambiental envolvendo educadores formais e não formais, ampliando a capacitação de multiplicadores por meio das Secretarias Municipais de Educação e do Verde e Meio Ambiente.
- Estimular a criação e implementação da Agenda 21 escolar, incentivando a troca de experiências entre as escolas municipais que já desenvolveram o processo e as que não desenvolveram ainda.
- Fortalecer, apoiar e integrar ao Programa Municipal os espaços e iniciativas de educação ambiental já existentes.
- Inserir no currículo escolar da Rede Municipal disciplina transversal de Educação Ambiental voltada para a Sustentabilidade, que trate das questões socio-ambientais, objetivando a formação de um cidadão social e ambientalmente consciente.
- Capacitar o corpo administrativo e gestores das escolas municipais para que se tornem também cidadãos conscientes e agentes multiplicadores na comunidade escolar, numa iniciativa integrada entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Educação.
- Harmonizar as políticas de educação, saneamento e saúde, cujos objetivos devem ser convergentes e a implementação transversal e integrada.
- Estender os programas de palestras e cursos da UMAPAZ, ligada a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, para todos os parques, clubes públicos, bibliotecas, centros comunitários, associações de bairro e subprefeituras, em dias e horários que possam atender o maior número de usuários.
- Realizar palestras de conscientização ambiental para as populações que residem em regiões próximas à represas ou sistemas de abastecimento de água.
- Implantar linha gratuita de transporte para incentivar a visita aos parques, recursos hídricos e aos pontos culturais das regiões de mananciais.
- Incluir no site da Prefeitura informações relevantes sobre plantio, manutenção, cuidados com as árvores – criar link para manuais de arborização e poda, e um texto sobre as conseqüências do corte e da remoção de árvores, para a cidade.
- Promover Curso Técnico de Agentes de Meio Ambiente para atuarem prioritariamente nas áreas de mananciais em programas de educação ambiental, de incentivo a formação de comunidades sustentáveis e projetos de urbanização sustentável para favelas. O público prioritário deverá ser os jovens que residem nas áreas de conflito ambiental. Para ocupar esta mão de obra a prefeitura deverá abrir concorrência pública para a implantação de projetos socio-ambientais dentro das áreas de conflito ambiental.

- Promover atividades coletivas para os moradores ajudarem a limpar calçadas, parques, vias públicas, com foco na coleta de lixo.
- Criar em cada bairro a "comitiva verde", que arrecadará em cada residência qualquer contribuição em dinheiro. Isso seria revertido em mudas e, nos finais de semana, com a ajuda das subprefeituras e empresas de jardinagens, seriam plantadas por crianças com boas notas na escola em áreas do bairro.
- Propomos o projeto "Deixe o meio ambiente mais verde", visando valorizar o espaço em que vivemos por meio da realização palestras para conscientização da população sobre a importância do meio ambiente, reciclagem, recursos naturais etc.
- Conscientizar a população que o lixo precisa ser tratado como Material de Transformação.
- Projeto ECO-IPTU - projeto de Lei no qual cada proprietário de imóvel tenha um percentual de desconto no IPTU por árvore adulta plantada. Esse desconto deverá ser proporcional a cada árvore adulta e entende-se como imóvel também a área institucional, ou seja, a calçada.
- Que em cada parque da cidade exista uma "Oca Ambiental", exclusivamente para crianças de 5 a 12 anos. Cada Oca abordaria um assunto - água, energia, reciclagem, animais, responsabilidade social, consumo sustentável, construção sustentável, dicas sustentáveis, aquecimento global, mata atlântica, Amazônia etc. Existiria uma rotatividade entre os parques, dando oportunidade para todas as classes sociais e os moradores de cada região de São Paulo.
- Nas regiões onde existem muitas áreas de preservação ambiental, mesclar a questão da defesa do meio ambiente com a cultura, melhorando as condições dos parques, para que ofereçam além de lazer, cultura e muita informação.
- Incentivar a cremação.
- Promover a Educação Ambiental sobre Lixo e Reciclagem:
 - Implantar campanhas e programas de educação ambiental sobre importância da geração, reciclagem e destinação do lixo.
 - Promover a redução de lixo e o consumo consciente por meio de campanhas de educação ambiental.
- Promover a Educação Ambiental para Catadores e Catadoras.
 - Elaborar e desenvolver programa contínuo de Educação Ambiental com foco na coleta seletiva com inclusão de catadores e catadoras.
 - Promover programas de apoio à coleta seletiva feita pelos catadores, para os alunos do ensino fundamental da rede pública de ensino.

Qualidade do Ar

- Racionalizar o investimento em transporte público, privilegiando novas tecnologias menos poluentes.
- Fiscalizar e controlar a emissão de poluentes pelos veículos automotores, dando eficácia ao Programa de Inspeção Ambiental Veicular, nos termos da legislação correspondente.
- Fiscalizar e coibir a queima de resíduos sólidos a céu aberto.
- Criar calçadas em ruas da área central da cidade e outras medidas de estímulo à utilização de transportes alternativos nessa região.
- Atuar em conjunto com a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) em ações específicas de fiscalização e controle da qualidade do ar, bem como nas campanhas relativas ao tema.
- Reativar o investimento em ônibus elétricos (troleibus); desenvolvimento de ônibus híbridos (motor a combustão / elétrico – similar ao sistema utilizado pela Toyota em seu veículo Prius); incentivar do uso de ônibus a gás natural.
- Impedir que os ônibus, municipais, estaduais ou privados, permaneçam parados com o motor ligado nos pontos finais, terminais ou rodoviárias da cidade.
- Ampliar a obrigatoriedade da Inspeção Ambiental Veicular para veículos de outros combustíveis, como gasolina, álcool, B2, GNV; além do diesel; e categorias tanto de veículos terrestres – carros, motos, ônibus e caminhões, como também de veículos náuticos.
- Ação local - Implantar postos de medição e monitoramento da qualidade do ar e instalar uma estação automática de meteorologia na região da Cidade Ademar.

Poluição Visual

- Promover campanhas para que a população participe da fiscalização do programa Cidade Limpa, denunciando infrações pelos canais de comunicação da Prefeitura.
- Restaurar e revitalizar áreas, monumentos e edifícios que façam parte do patrimônio histórico e artístico, continuando com o processo de revitalização do Centro Antigo por meio de parcerias.
- Promover e estimular a implantação de projetos paisagísticos com o plantio de árvores, arbustos e forrações da Mata Atlântica.
- Envolver os pichadores em projetos artísticos e culturais, estimulando outras formas de arte de rua, como o grafite.

Poluição Sonora

- Fiscalizar o uso do escapamento original em perfeitas condições nos veículos automotores, inclusive motocicletas, e a emissão de ruídos, principalmente dos veículos de transporte coletivo.
- Responsabilizar, nos termos da legislação vigente, todos aqueles que fizerem uso de alto-falantes em veículos com finalidade comercial, política ou publicitária.
- Intensificar a fiscalização da emissão de ruídos em obras realizadas em vias públicas ou em prédios particulares.
- Manter a fiscalização de casas noturnas, bares, igrejas e templos que disponham de som amplificado ou ao vivo, para verificar se contam com o obrigatório revestimento acústico exigido em lei, bem como se atendem aos padrões de emissão de ruído.
- Proibir o uso de carros de som para uso comercial, na cidade.

Poluição (exceto água) – legislação e ações

- Criar legislação impedindo a utilização de produtos que agridam o meio ambiente.
- Incentivar a discussão e implantação de uma Política Municipal de Saúde Ambiental.
- Criar incentivo para atrair a instalação no município de empresas não poluidoras e com tecnologia limpa.
- Conscientizar a população sobre relações entre contaminações, e os vários tipos de poluição.
- Estimular a arborização de edifícios de mais de três andares como instrumento de combate ao aumento da temperatura e da poluição.
- Pesquisar novos produtos menos poluentes.
- Propor que toda casa, indústria e comércio sejam obrigados, por lei, a ter uma árvore, objetivando uma cidade menos poluída e mais verde.
- Realizar controle e fiscalização de agentes poluentes.
- Ampliação dos postos de medição e monitoramento do ar.
- Promover o treinamento de funcionários públicos para fiscalização de acordo com as leis ambientais e especificamente na área de poluição sonora.
- Cumprir o Plano Diretor da Cidade de São Paulo, sinalizando em todas as ruas onde haja concentração de residências pedindo ao motorista que não buzine. As placas poderiam conter desenhos mostrando crianças dormindo, momentos de curtição em família, adultos lendo, jovens estudando ou meditando, idosos procurando sossego, assistindo TV etc.
- Promover a reabilitação de áreas contaminadas e respeitar os padrões internacionais para substâncias contaminantes do solo.

- Promover o combate permanente às várias formas de poluição urbana.
- Promover o aproveitamento da energia solar para aquecimento de água em blocos residenciais. Solução simples e que fomenta criação de novos empregos e cooperativas para produção e instalação de tais equipamentos. Ex: Israel.

Política de Uso e Conservação do Solo

- Reforçar a participação e a fiscalização comunitária na gestão do uso do solo urbano, bem como aprimorar a gestão de assentamentos humanos nos termos do Plano Diretor do Município.
- Aumentar a integração dos órgãos municipais de planejamento urbano, a iniciativa privada, ONGs e universidades, com o intuito de revitalizar áreas abandonadas e recuperar áreas degradadas pelos lixões da cidade.
- Ampliar o programa de revitalização do centro para os bairros de importância histórica, privilegiando a restauração e utilização dos imóveis abandonados ou desocupados no Município.
- Fiscalizar áreas de risco, de relevante interesse público e outras suscetíveis à invasão, a fim de preservar os recursos naturais, não colocar em risco a vida de eventuais ocupantes e coibir a crescente prática de especuladores imobiliários.
- Criar a Câmara Técnica de Cobertura Vegetal no âmbito do CADES - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Arborização

- Implementar uma campanha permanente de cidadania e valorização da cidade, de cuidado com os espaços públicos, as áreas verdes e o respeito ao outro, usando como tema as aves que ocorrem em São Paulo.
- Elaboração de campanha por meio da mídia em torno dos temas aves e meio ambiente, cidadania e valorização da cidade.
- Formulação do Plano Diretor de Arborização Urbana.
- Criar legislação sobre uso de madeira certificada.
- Criação de um portal sobre as aves da cidade, com informações e fotos das aves por região, subprefeitura e áreas verdes.
- Os programas e projetos de Arborização Urbana deverão envolver a comunidade local desde a etapa de formulação, planejamento até a execução final.
- Definir as exigências de arborização para os novos condomínios.
- A execução das iniciativas pela Arborização Urbana deverá integrá-las e contemplar

os seguintes temas: Educação Ambiental, Participação Democrática e Desenvolvimento Social, Conservação da Biodiversidade, com especial atenção à Avifauna, Mudança Climática, Cidadania, Preservação Ambiental e Saúde.

- Envolver a comunidade em campanhas como "Embeleze sua cidade", que significa o cidadão plantar árvores, flores e também pintar suas casas, com participação dos meios de Comunicação.
- Desenvolver iniciativas em que a população possa participar do cuidado com os parques e demais áreas verdes, incentivando o plantio de árvores e arbustos e premiando as pessoas e empresas que mantiverem mais bonitas as áreas verdes.
- Criar lei obrigando que seja plantada pelo menos uma árvore na frente do imóvel, sujeito a sanções e multas.
- Implantar Lei Municipal sobre incentivo fiscal – desconto de IPTU - para manter parte da área arborizada nos imóveis residenciais.
- Mobilizar as subprefeituras, associações de bairros, associações comerciais, escolas, faculdades, com apoio da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, nas ações de arborização.
- Instituir área verde mínima por habitação, de forma a aumentar absorção de água e área verde na cidade.
- Implementar projetos racionais de arborização urbana, priorizando espécies nativas da Mata Atlântica, visando compor um sistema conectado de ruas, praças e parques.
- Implantar um programa de manejo da arborização urbana em conformidade com a melhor técnica, substituindo árvores que representem risco aos transeuntes e, quando possível, transplantando árvores de locais inadequados.
- Remover da página web da Prefeitura Municipal de São Paulo a expressão “corte/poda e remoção de árvores” - pois indiretamente se está induzindo a quem entra no site a ter como única opção ou o corte / poda ou a remoção da árvore. A opção seria fazer uma ligação (link) para os Manuais de Arborização e Poda.
- Rediscutir o marco legal que cria incentivos fiscais para a criação e a manutenção da área arborizada nos terrenos com área construída ou a construir na Cidade de São Paulo.
- Criar incentivos fiscais para preservação, recuperação e manutenção de áreas arborizadas, vegetação nativa e APPs, Áreas de Preservação Permanente.
- Criar e implantar parques municipais naturais de maneira ágil, evitando assim, especulações e aumento da pressão sobre a ocupação destas áreas.
- Destinar parte do recurso de compensação ambiental para a criação e manutenção de parques e áreas verdes.
- Estimular a formação de corredores verdes que colaborem para a proteção da biodiversidade, diminuindo a presença de massas fragmentadas de vegetação.

- Implantar Corredores Verdes associados a metas e ao mapeamento, integrando áreas verdes estaduais, municipais, parques lineares e outros.
- Recuperar áreas que tenham sofrido degradação ambiental por mau uso e conservação do solo.
- Recuperação de áreas degradadas com plantio de árvores nativas pelo poder público em parceria com a sociedade civil para re-introdução da fauna silvestre.
- Implantar Parques Ecológicos.
- Incentivar a valorização da riqueza da avifauna realizando um concurso público de fotografia entre as escolas.
- Incentivar a produção literária de divulgação de árvores históricas e fauna da região.
- Implementar o Programa de Arborização da Cidade de São Paulo.
- Ampliar a fiscalização ao desmatamento pelo poder público.
- Incentivar a prática da agricultura orgânica.
- Implantar uma brigada de incêndio para as áreas florestadas.
- Incentivar a arborização de edifícios de mais de 3 andares, utilizando a área do último andar como um “boulevard” e com uma quantidade mínima de área verde a partir do conceito de telhados ou terraços verdes, que reduzem os efeitos da impermeabilização e ajudam a diminuir a temperatura.
- Criar Cinturões Verdes ao redor das escolas Municipais e Estaduais da Cidade de São Paulo, tanto as construídas como as que estão projetadas para serem construídas, assim como áreas verdes no interior das escolas, creches e CEUs.
- Destinar uma proporção obrigatória de área verde, na forma de parque ou praças, em áreas da cidade projetadas para serem urbanizadas.
- Criar, implantar e conservar Parques Municipais, principalmente em áreas periféricas e regiões de alta impermeabilização do solo.
- Conservar e recuperar áreas verdes degradadas, firmando parcerias com a iniciativa privada e estimulando a participação da população local.
 - Desenvolver parcerias entre a prefeitura e proprietários de áreas verdes na cidade. A prefeitura forneceria mudas de árvores e os proprietários arcairiam com a mão-de-obra de paisagismo e manutenção.
- Implantar um programa de incentivo à plantação de árvores e cultivo de jardins - ex: Viña del Mar, no Chile.
- Os estacionamentos abertos seriam obrigados a plantar, ao redor dos muros e nas cercas, mudas de árvores tipo palmeiras ou outra planta que não prejudicasse os veículos estacionados. Uma vez que eles cimentam tudo, esta seria a contribuição para minimizar esta cobertura de concreto e dar maior absorção ao solo quando das chuvas.

- Incentivar, por meio de parcerias, o uso público de áreas privadas e vice-versa para formação de área verde, a fim de aproveitar as áreas sub ou mal utilizadas.
- Regularizar o arrendamento de terrenos ociosos para as associações usarem para formação de hortas comunitárias.
- Criar áreas de preservação permanente de Mata Nativa.
- Promover a arborização nas calçadas e passeios públicos.
- Implementação de calçadas e passeios públicos ecológicos.
- Reflorestar encostas e áreas de risco.
- Revitalizar nascentes e córregos e criar Parques Lineares sobre os mesmos.
- Criar praças ecológicas, com identificação do nome comum, nome científico e procedência de cada árvore plantada.
- Usar energia solar para iluminar as praças públicas em locais ermos.

Arborização – ações locais

- Sé – melhorar a divulgação da praça Charles Miller.
- Sé – criar mais praças e áreas verdes na região.
- Sé – aumentar a manutenção das árvores na região, principalmente em Higienópolis.
- Jardim Guarani - arborizar o bairro, suas calçadas, jardins e praças e os equipamentos públicos, como as Unidades Básicas de Saúde do bairro.
- Butantã – Criar o Parque Cohab Raposo Tavares. A comunidade, assessorada por estudantes da FAU USP, propõe que toda a área verde que circunda a Cohab Raposo seja transformada em um Parque Municipal. O projeto deste parque envolve área para lazer ativo, quadra, parque infantil, grandes praças e mirante, passeios calçados que percorrem e circunscrevem todo o bairro, passeios não calçados em meio à vegetação, e duas travessias entre a Cohab e o bairro vizinho Conceição. Também compreende a recuperação da vegetação existente, rearborização de grandes áreas, e horta comunitária. A prefeitura de Genebra se dispôs a financiar a obra.
- Cantareira - Recuperação e manutenção da Mata da Cantareira, cada vez mais invadia e destruída. A região é também utilizada pelo tráfico e pela criminalidade.
- Cidade Ademar – Implantar parques na região.
- M´BoiMirim - Construir 4 Parques Ecológicos: Parque Santa Bárbara, Parque do Largo com Jardim dos Reis, Jardim Raniere e Parque Cerejeira.
- Pacaembu – promover o rebaixamento da iluminação, recuperar e plantar árvores que faltam no bairro, e instituir a obrigatoriedade de uma árvore na calçada por imóvel.

- Pacaembu - reforma da Charles Miller, com recuperação da iluminação e plantio de árvores, além da retirada de elementos estranhos à arquitetura. Promover o retorno das estátuas e a criação das pistas de Cooper e ciclismo. Reservar 30% das vagas de estacionamento de carros para bicicletas.
- Pacaembu - Montar um projeto de gestão ambiental no Estádio do Pacaembu para melhoria dos bairros como Pacaembu, Centro, Santa Cecília e Vila Buarque, utilizando como mão-de-obra moradores da região.

Água - criação de legislação e instrumentos

- Elaborar o Plano Municipal de saneamento para a prestação de serviço de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, em cumprimento à lei de saneamento.
- Criar instância municipal para implantar e gerir um Fundo Municipal de Saneamento utilizando recursos da compensação ambiental, multas, cobrança pela água, TAC.
- Promover consórcios entre governos federal, estadual e municipal para garantir um gerenciamento integrado dos recursos hídricos.
- Criação/ elaboração de um contrato de concessão de serviço de água e esgoto com a Sabesp. Tal documento deveria conter metas para: redução de perdas na rede; melhoria da qualidade da água; retirar consumo mínimo das contas (cobrar apenas consumido); coleta e tratamento de esgoto (metas progressivas); e destinação do lodo.
- Efetuar controle rigoroso e permanente sobre a potabilidade da água.
- Promover campanha municipal permanente para a conscientização sobre a importância do saneamento para a saúde pública e meio ambiente, sobre perdas e desperdício, com estímulo para auto-fiscalização da população.
- Instituir incentivo fiscal e campanha para troca de válvulas de descargas por modelo econômico.
- Instituir lei que regulamente a venda dos sistemas de descarga sanitária, permitindo apenas as válvulas de baixo consumo.
- Instituir lei que regulamente a implantação de cisternas para captação de água da chuva em residências, empresas e setor público.
- Instituir lei que regulamente o uso de mangueiras para limpeza de calçadas.
- Criar conselho gestor municipal para acompanhar atividades da Sabesp.
- Alterar a legislação para permitir coletas e tratamento de esgoto com técnicas alternativas (mini estações, wetlands, tratamento biológico, biodigestores etc).
- Incentivar o uso de sistemas de tratamentos biológicos.

- Criar lei que institua o 1º domingo de junho como o Dia do Abraço à Represa de Guarapiranga.
- Criar lei para que hotéis acima de 3 estrelas, bancos, condomínios e restaurantes tenham um “Departamento de Gestão Ambiental”.
- Instituir lei que regule edificações feitas em áreas com lençol freático raso.
- Criar instrumentos de controle e fiscalização do uso das águas subterrâneas e do lençol freático por empresas.
- Implantar programa de orientação em saneamento para populações de baixa renda, fomentando o uso de biodigestores.
- Estabelecer políticas públicas para criar rede de proteção e incentivo à preservação das nascentes e margens dos cursos d’água.
- Promover a limpeza sistemática dos córregos.
- Promover acesso às informações técnicas produzidas sobre os mananciais, em vocabulário acessível, para divulgação nos fóruns socioambientais.
- Criar campanha municipal para a conscientização sobre a importância do saneamento para a saúde pública e meio ambiente.
- Fortalecer projeto 40 córregos SABESP – Prefeitura – parque linear.

Água - manutenção da cidade

- Exigir agilidade por parte da SABESP para sanar vazamentos de água.
- Melhorar a limpeza da rede de drenagem na região, galerias, bocas de lobo etc.
- Fiscalizar as caixas de óleos e gorduras em estabelecimentos comerciais.
- Implantação e ampliação pela SABESP de rede de esgoto e tratamento com biotecnologia, sem despejo na via pública.
- Combater o desperdício de água por meio de investimentos na manutenção das redes de distribuição de água, fiscalização rigorosa nas indústrias e áreas de manancial, bem como cursos de capacitação sobre o uso racional da água e campanhas públicas educativas.
- Manter campanha permanente sobre os problemas da água parada: os riscos para a saúde pública e a prevenção de doenças.
- Incentivar políticas públicas de reúso da água e captação de águas pluviais.

Água - manutenção e aprimoramento de políticas vigentes

- Ampliar a rede de coleta e tratamento de esgoto.
- Dar continuidade às ações de despoluição dos córregos, ampliando a comunicação.
- Ampliar a implementação de Caminhos Verdes e Parques Lineares

- Implantação e ampliação de rede de esgoto e tratamento com biotecnologia.
- Executar a lei 13.369/02, sobre a obrigatoriedade das edificações estarem ligadas à rede de esgoto em locais onde houver acesso.
- Implementar o Parque Linear do Rodoanel e os demais 4 parques previstos na compensação ambiental, nas subprefeituras Capela do Socorro, M'Boi Mirim e Parelheiros.
- Ampliar campanhas de conscientização e sensibilização ao uso da água, coleta seletiva, plantio de árvores etc.
- Apenas permitir a construção de condomínios "Eco-Sustentáveis".
- Cumprir a Portaria n. 518/04 (ANVISA), sistematizando e interpretando os dados gerados pelo responsável na operação do sistema de água.
- Em caso de remoção de população, promover solução habitacional adequada e a recuperação das áreas, com participação popular.
- Efetivar controle para evitar novas ocupações urbanas (incluindo todo e qualquer uso), principalmente em áreas de mananciais. Oferta de terra e moradia em áreas já consolidadas, mais centrais e com infra-estrutura para população de baixa renda (de 0 a 6 salários mínimos).

Água - novos programas e políticas

- Criar um Conselho de Gestão Ambiental, paritário (com participação da Sociedade Civil), para propor e acompanhar as Políticas Públicas com democracia participativa na região, divulgar e constituir os Fóruns socioambientais nas subprefeituras da cidade.
- Solicitamos que sejam cumpridos os artigos 16 parágrafos 1º e 2º, artigos 17 e 18 do capítulo VII da Lei 13.136 de 09 de junho de 2001 (Lei da APA), providenciando a remoção das Famílias que estão em duas Áreas de Risco, APPs e ZEPAM.
- Implantar e /ou estimular calçadas verdes, telhado verde, desimpermeabilização de solo, instalação de hidrômetros individuais em condomínios, troca dos sistemas de descargas, criação de programa de reuso da água, e captação de água de chuva em todas as edificações.
- Estimular o uso de energia solar no aquecimento de água e iluminação de espaços públicos.
- Diversificar os sistemas de tratamento de esgoto, principalmente em áreas de mananciais.
- Incentivar e promover subsídios para os agricultores das regiões de mananciais para a produção da agricultura orgânica.
- Promover o reflorestamento no entorno das Represas Billings e Guarapiranga.

- Implementar coleta e tratamento do necrochorume.
- Criar mecanismo de suspensão de atividades do sistema flotação, enquanto não forem identificadas e estabelecidas soluções para os passivos ambientais de saneamento existentes no rio Pinheiros e nos mananciais.
- Fiscalizar as áreas de interferência do Rodoanel a fim de evitar novas ocupações e usos incompatíveis com os mananciais.
- A Prefeitura de São Paulo deverá acompanhar as remoções de população nas obras do Rodoanel e sua correta destinação, com solução habitacional adequada.
- Nos programas de urbanização, incluir projetos de despoluição e recuperação de córregos com arborização urbana, áreas verdes com usos comunitários e sistema agro-florestal, além de equipamentos de cultura e lazer.
- Elaborar o Plano Municipal em cumprimento à Lei de Saneamento. Fazê-lo a partir de diagnóstico da situação, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos. É fundamental apontar: as causas das deficiências detectadas; os objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, identificando fontes de financiamento; as ações para emergências e contingências; os mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.
- Efetuar o controle de águas vendidas / usadas fora do sistema.
- Estabelecer política para caminhões-pipa.
- Incentivar a cooperação da comunidade para manutenção dos córregos.
- Ampliar a fiscalização; coibir as ações para aterramento de nascentes, incentivar os municípios a promover denúncias ao Ministério Público deste crime ambiental.
- Fazer com a CETESB e a Prefeitura o levantamento e divulgação de informações sobre áreas contaminadas no município.
- Fazer o planejamento integrado das ações que envolvem recursos hídricos, áreas verdes e o plano diretor, considerando o conceito de bacia hidrográfica.
- Promover parceria entre poder público e sociedade civil em políticas de identificação, criação de rede de proteção e incentivo preservação de nascentes e margens de cursos d'água.
- Estabelecer uma Política Municipal de Saúde Ambiental, com ação inter-secretarial (SVMA, Sec. Educação, Sec. Saúde, entre outras).
- Implantar instância municipal para criar e gerir um fundo Municipal de Saneamento, utilizando recursos da compensação ambiental, multas, cobrança pela água, TAC.
- Dar atenção especial às regiões de Mata Virgem – áreas de manancial onde vivem milhares de pessoas, mas que o poder público parece ignorar.
- Realizar campanhas para que os serviços hoteleiros só troquem toalhas e roupas de cama quando hóspede solicitar.

Água - fiscalização, monitoramento e transparência de informação

- Ampliação e instalação de medidores do nível das represas que abastecem a Cidade, da qualidade destas águas e dos índices pluviométricos destas regiões.
- Divulgar as informações técnicas produzidas sobre os mananciais em vocabulário acessível.
- Divulgar os resultados e informações obtidas na “Operação em Defesas das Águas”.
- Dar continuidade aprimorar as intervenções previstas.
- Divulgar os dados sobre o estado do saneamento municipal – Cumprimento da execução do Plano de Bacia e do Plano de Drenagem.

Água - ações locais

- Parelheiros - Cidade Nova América - que a SABESP construa uma fossa para captação do esgoto do bairro e gerencie a mesma, ou seja, quando encher a SABESP deverá transportar os dejetos para um destino final.
- Efetivar a canalização de córrego na Aclimação e em Perus.
- Jd Maria Trindade - evitar a implantação de um aterro na região (Rodovia Anhangüera, km 27) para depósito de material retirado dos rios Pinheiros e Tietê.
- Executar projeto de alargamento e aprofundamento dos córregos Aricanduva e Tiquatira.
- Perus - Realizar obras de cobertura e construção de complexo esportivo, no piscinão da Rua Rui de Moraes Apocalipse.
- Canalizar o córrego que passa pela Vila Penteado e Cachoeirinha (córrego que corta a Av. Parada Pinto).
- Canalizar o Córrego das Corujas e criar um parque linear.
- Implantar coleta seletiva programada nas avenidas Imirim e Eng Caetano Álvares.
- Parelheiros – Construir HIS (Habitações de Interesses Sociais) na APA (Área de Proteção Ambiental) Capivari - Monos, que podem ser casas geminadas no próprio bairro. Existem aproximadamente 120 lotes ociosos e com pouca vegetação. Os lotes são acima de 420 metros quadrados, que podem ser construídas 2 casas em cada lote.
- Parelheiros – Construir HIS (Habitações de Interesses Sociais) na ZEIS 4 no Jardim Silveira que poderão ser prédios com 3 ou 4 andares.
- Pirituba – Canalizar o córrego na Rua Manoel Álvares Passos (ao lado do Parque Rodrigo Gasperi) e Rua da Conquista, entre outras na mesma região.
- Melhorar a conservação do piscinão localizado na Av. Penha Brasil. As grades de proteção foram violadas facilitando a entrada de animais.

- Pacaembu - Estabelecer e dar conhecimento ao calendário de limpeza do piscinão, e fazer a dedetização para baratas e ratos.
- Pacaembu – Promover a erradicação de besouros e dedetização de formigas, ratos e baratas.
- Pacaembu - Enterrar canalização no Cemitério do Araçá. Com o desnível do terreno, algumas saídas de água estão na altura da cabeça dos pedestres.
- Sé - Melhorar saneamento básico no Bairro do Bom Retiro, principalmente água e esgoto.

Resíduos Sólidos - políticas públicas, regulamentação e controle social

- Todo o lixo da cidade deverá ser reciclável.
- Implantar medidas para redução de volume e geração de resíduos.
- Implantar medidas para combater a poluição urbana.
- Coibir distribuição de folhetos e materiais de propaganda em residências e no trânsito, em especial no que se refere a empreendimentos imobiliários.
- Universalizar a coleta de resíduos domésticos visando à ampliação do Programa de Coleta Seletiva para 100% do território municipal.
- Capacitar garis e trabalhadores da área de coleta e limpeza a serem também agentes educadores (promotores de campanhas educativas, orientadores...) e não apenas recolhedores.
- Promover parcerias com a iniciativa privada (ou estimulá-la por meio de incentivos fiscais) para a criação de mais postos de coleta de lixo reciclável, re-aproveitável ou que deva ter destinação especial, tais como: óleo, pneus, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias.
- Promover oficinas de reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos, enfocando o poder econômico destas atividades como fontes alternativas de geração de renda.
- Incentivar a aquisição de matérias-primas recicláveis por meio de incentivos fiscais, bem como aumentar o apoio a cooperativas de catadores de lixo e de processamento de resíduos sólidos.
- Elaborar uma política de redução máxima de resíduos para os órgãos e repartições públicas, bem como campanha educativa com o intuito de sensibilizar a população acerca da importância do consumo responsável.
- Instalar mais lixeiras nas ruas, avenidas e pontos de ônibus da cidade, dando atenção à coleta regular dos resíduos.
- Implantar políticas de gestão de resíduos sólidos com foco na inclusão social, como as cooperativas.

- Implementar Plano de Controle Social em política pública de meio ambiente e coleta seletiva com catadores, envolvendo o poder judiciário.
- Criação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS.
- Elaborar um Plano Municipal de Saneamento, que inclua, além das questões hídricas, o manejo dos resíduos sólidos.
- Descentralizar a gestão dos resíduos para as subprefeituras.
- Constituir um Conselho Gestor deliberativo e paritário para elaborar, implementar e acompanhar democraticamente, a política pública de coleta seletiva de São Paulo.
- Criar colegiados com a participação de órgãos públicos e organizações da sociedade civil, em âmbito regional, para dar suporte e capacitação aos catadores e catadoras.
- Incentivar as empresas para adotar ações de redução de embalagens dos produtos fabricados que não são recicláveis ou biodegradáveis.
- Criar políticas públicas para implantação de um programa permanente de coleta seletiva em pequenos e médios geradores (restaurantes, consultórios, escritórios), por meio de parcerias entre o Poder Público e entidades privadas, envolvendo a participação de agentes da Sociedade Civil com experiência comprovada. Os serviços seriam prestados exclusivamente por cooperativas auto-sustentáveis sócio e economicamente.
- Criar no âmbito municipal, à semelhança do Decreto Federal, legislação que discipline a coleta seletiva dos órgãos públicos.
- Implantar coleta seletiva em todos os Condomínios.
- Implantar coleta seletiva nas Escolas Municipais.
- Implantar coleta seletiva obrigatória em todos os estabelecimentos, condomínios e empresas.
- Implantar programas de gestão ambiental e reciclagem por meio da criação de lei para hotéis, bancos, condomínios de luxo e restaurantes.
- Criar incentivo financeiro (desconto nos impostos, serviços públicos) para que o cidadão adquira o hábito da reciclagem.
- Criar Coleta Seletiva “porta a porta” com incentivo fiscal.
- Aprimorar o sistema e agilização de medidas dos órgãos gestores de resíduos sólidos.
- Aumentar os postos de coleta seletiva.
- Promover o uso de mão-de-obra de presidiários no processo de reciclagem de entulho – experiência de São Carlos - SP.
- Criar indicadores de quantidade coletada de lixo por região para depois monitorar resultados da coleta seletiva.
- Criar postos de compra de material reciclável que atendam a população em área de risco de enchente.

- Implantar Ecopontos para descarte de bagulho em todos os distritos da cidade.
- Criar programa junto aos supermercados integrando a recepção de resíduos recicláveis e o uso de sacolas biodegradáveis ou reutilizáveis.
- Criar uma lei que obrigue os supermercados a não fornecer saquinhos plásticos. As pessoas levariam as embalagens de casa ou teriam a opção de comprar bolsas para carregarem as compras.
- Criar campanhas em escolas e universidades para limpeza em seus respectivos bairros, com grupos de estudantes.
- Garantir o dinheiro para incentivo da cultura por meio da coleta seletiva e de materiais feitos recicladamente.
- Providências com relação à interpretação da Lei 14.146, que trata da apreensão dos carrinhos dos catadores.

Resíduos Sólidos - gestão de cooperativas e redes

- Capacitar as cooperativas para gestão dos recursos humanos.
- Criar medidas para que cooperativas empreguem pessoas de mais idade ou jovens que ainda não conseguiram o primeiro emprego.
- Ceder às cooperativas e associações, enquanto estas se estruturam financeiramente, equipamentos como prensa, balanças e empilhadeiras que funcionem conforme normas técnicas.
- Criar medidas para incentivar empresas a investirem em cooperativas e associações de catadores e catadoras.
- Disponibilizar linhas de crédito para grupos de catadores.
- O poder público deve fornecer às cooperativas de catadores ferramentas necessárias para que o processo seja feito de maneira digna. Ex: carrinho elétrico ao invés de carroças.
- Definir estratégias para comercialização direta das cooperativas com as indústrias recicladoras.
- Ampliar as Centrais de Triagem.
- Criar Centros de Triagem em todas as subprefeituras
- Estruturar adequadamente o ambiente de trabalho dos Centros de Triagem (galpão, sanitários, cozinha, escritório, instalações elétricas e hidráulicas, de ventilação e outros).
- Identificar e ceder áreas públicas municipais para funcionamento das cooperativas / associações por tempo indeterminado.
- Liberar caminhão da coleta seletiva do rodízio municipal, e de outras restrições.

- Incentivar a criação e sustentabilidade de cooperativas de coleta seletiva, comercialização e reciclagem.
- Incluir no Programa Oficial de Coleta Seletiva os catadores e catadoras.
- Remunerar os catadores pela Coleta Seletiva.
- Organizar grupos de catadores autônomos para a realização de Coleta Seletiva.
- Incluir grupos de interesse (catadores e outros) na implantação de sistemas de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo/MDL.

Coleta Seletiva - reciclagem de materiais variados

- Incentivar a reciclagem de PET pela sua multiplicidade de uso.
- Incentivar o uso de revestimentos de PVC e fibra de vidro nos tanques subterrâneos de combustíveis nos postos de gasolina.
- Implantar Unidade Recicladora de Madeira – coleta, triagem, reciclagem e comercialização de resíduos de madeira, incluindo podas.
- Planejar medidas para readequação e reciclagem de peças de vestuário.
- Incentivar a destinação correta de pneus, criar pontos de recolhimento e incentivar a reciclagem para confecção de asfalto.
- Implantar Unidades Recicladoras, para coleta, triagem, reutilização, reciclagem e venda de material proveniente do Programa Cata Bagulho (móveis e inservíveis).
- Implantar e incentivar programas de reciclagem de óleo de cozinha, criando postos de coleta de óleo de cozinha em parceria com empresas recicladoras e supermercados de cada região.
- Incentivar indústrias a utilizarem embalagens baseadas no eco-design. Isso significa ter embalagem que usem recursos naturais, evitem componentes desnecessários e que sejam facilmente recicláveis, não mesclando materiais distintos.

Resíduos Orgânicos

- Implantar a coleta automatizada do lixo orgânico e seletivo através de containers instalados nas esquinas, como já é feito em Caxias do Sul (RS).
- Implantar Unidade de Compostagem de orgânicos para resíduos de feiras e podas.
- Elaborar plano de coleta seletiva e compostagem de resíduos orgânicos, possibilitando o trabalho das cooperativas / associações nos pátios de compostagem.
- Criação e ou ampliação, pelo poder público, de sistemas de reaproveitamento de gases dos aterros sanitários.
- Incentivar a compostagem de resíduos orgânicos domésticos e difundir as técnicas para execução eficiente.

- Executar a secagem do lodo das ETES, que hoje vão para os aterros. Com o uso do equipamento adequado esse lodo seco se torna Classe A pela norma Conama 375, podendo ser usado na agricultura. A secagem cessa a emissão de carbono, fazendo com que a Prefeitura economize com o transporte do lodo para os aterros.
- Criar mecanismos para controlar os serviços da Prefeitura ou dos terceirizados (aterro, incineração), disponibilizando informações sobre: quantidade e tipo de lixo.

Resíduos da Construção Civil – entulho

- Implantar Unidade Recicladora de Resíduos da Construção Civil / RCC, utilizando-se o modelo de gestão da cidade de São José do Rio Preto.
- Ampliar a implantação de Ecopontos para descarte de entulho e promover o incentivo da reciclagem de Resíduos da Construção Civil/ RCC.
- Fiscalizar a utilização de caçambas para entulhos, bem como os locais de despejo dos mesmos, aumentando o número de estações de recolhimento dos resíduos da construção civil.
- Reciclar entulho da construção civil para utilização em projetos de calçadas e blocos de construção.
- Promover o desenvolvimento de cooperativas de reciclagem de entulho.
- Usar o entulho para produzir blocos para habitações populares.
- Regulamentar a utilização de caçambas e fiscalizar a atuação dos caçambeiros.

Resíduos Eletrônicos

- Criar Central de coleta de resíduos eletrônicos – computadores, rádios, celulares – com programas de reaproveitamento voltados à inclusão digital.
- Criar locais para recepção de baterias e equipamentos eletrônicos, à semelhança dos Ecopontos.
- Criar incentivo para a criação e divulgação de postos de recolhimento de materiais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e outros.

Parceria Público Privada para programas de sustentabilidade ambiental

- Efetuar parceria entre governo e iniciativa privada para coleta seletiva em todas as regiões.
- Realizar parceria entre governo e empresas privadas para disponibilização de “containeres” para coleta seletiva em pontos estratégicos.

- Desenvolver parcerias entre o poder público e empresas privadas para viabilizar a implantação das normas e certificações.
- Promover educação ambiental, por meio de oficinas, cursos de capacitação e eventos, em busca de uma relação sustentável com o meio ambiente.
- Propor políticas de inspeção e criação de rede empresarial para estímulo ao empreendedorismo.
- O processo de reciclagem nas empresas deve ser internalizado à cadeia produtiva.
- Empresas devem reduzir resíduos e tratar efluentes na produção.
- Empresas devem detectar as possibilidades de reduzir consumo.
- Empresas devem estabelecer critérios para a produção e consumo consciente.
- Empresas devem agregar tecnologias e pesquisas para a redução de impactos ambientais.
- Empresas devem fornecer parceria aos fornecedores que não estiverem adequados às normas socioambientais, desenvolvendo o mercado fornecedor.
- Empresas devem capacitar público interno e conscientizar público externo, inclusive do seu entorno, para práticas sustentáveis, assim como divulgar e premiar as práticas inovadoras e impactantes.
- Empresas devem promover a coleta seletiva na comunidade do seu entorno, assim como o uso renovável dos recursos hídricos.
- Devem ser criados mecanismos para destino de produtos e embalagens que se tornam obsoletos, como computadores, celulares, pet, pneus etc.
- Deve ser criada legislação para obrigar empresas a cuidar de resíduos do produto final.
- Deve ser criado um sistema de balanço de impacto ambiental com certificação.
- Criar lei de incentivos fiscais para empresas socialmente responsáveis, mediante indicadores objetivos.
- Devem ser incentivadas pesquisas no ambiente acadêmico para desenvolvimento de produtos sustentáveis.
- Devem ser incentivadas as ações de boicote a empresas em desacordo com os princípios de sustentabilidade.
- Devem ser criadas políticas públicas para implantação de um Programa Permanente de Coleta Seletiva em pequenos e médios geradores com participação do setor privado – PPP.
- Universidades (como o Mackenzie) podem auxiliar a Prefeitura a implantar ações para a reciclagem de lixo na subprefeitura da Sé.
- Desenvolver um projeto (uma parceria entre a Prefeitura e a Universidade Mackenzie), que colocaria seus quadros docente e discente a serviço do objetivo de alcançar pelo menos 75% de aproveitamento do lixo reciclável dentro da área da

subprefeitura da Sé. Esse projeto seguiria a metodologia de pesquisa-ação, portanto, com resultados teóricos e práticos aplicáveis experimentalmente para nos bairros em questão. A prefeitura daria suporte informacional sempre que necessário e a universidade faria o restante.

- Incentivar as empresas para reciclarem produtos e para o uso de material reciclado.
- Incentivar empresas a adotarem ações de redução de embalagens que não sejam recicláveis ou biodegradáveis.
- Aumentar o uso de matéria-prima reciclada no processo industrial.
- Criar medidas para ampliar o parque de Indústrias Recicladoras.
- Criar leis de incentivo às empresas para reciclarem produtos.
- Criar programas de incentivo à reciclagem de garrafas PET.
- O Departamento de Limpeza Urbana/LIMPURB deve realizar parceria com Órgãos Públicos Federais para auxiliar na implementação da coleta seletiva destinada aos catadores, conforme Decreto Federal 5940/06.
- Criar banco de dados de geração e destinação de resíduos, com publicização das informações.

Metas

- Resultados esperados da Coleta Seletiva na cidade.
- Aumento progressivo na recuperação de materiais recicláveis.

Metas Físicas

- 50% em 4 anos
- 100% em 8 anos

Metas Sociais

- Até o 2º. ano: inclusão de 3.000 catadores
- Até o 4º. ano: inclusão de 7.000 catadores

Resíduos – ações locais

- Colocar mais lixeiras públicas nas ruas de maior circulação
- Melhorar limpeza das ruas da cidade.
- Promover medidas para evitar destinação de lixo nos bueiros.

- Perus - A Prefeitura deve se comunicar melhor com a população sobre instalação de aterros sanitários.
- Casa Verde e Perus - Melhorar a comunicação por parte da Prefeitura sobre ruas que têm coleta seletiva e os dias que esses serviços são prestados.
- M'Boi Mirim, Campo Limpo e Perus - Promover medidas para esclarecer objetivos do Programa Cidade Limpa e do Programa de Coleta Seletiva.
- M'Boi Mirim - Formar cooperativas de catadores na região de M'Boi Mirim, ministrando cursos profissionalizantes sobre doces e salgados, pães e biscoitos, bolos e tortas, cabeleireiros, manicure e pedicure, corte e costura, reparo de eletrodomésticos, artesanato, entre outros.
- Sé, Aclimação e Liberdade - Desenvolver frentes de trabalho na área de reciclagem.
- Aclimação - Incentivar famílias a separar o lixo e participar da coleta seletiva.
- Sé e Mooca - Implantar Unidade Recicladora de Resíduos Têxteis, com coleta, triagem, reciclagem e comercialização de resíduos têxteis.
- Implantar e/ou ampliar o Programa Cata-Bagulho na região sul nas subprefeituras da Região Sul.
- Campo Limpo, Capão Redondo e Aclimação - Organizar mutirões para coleta de lixo e entulho, com reciclagem do material.
- Brasilândia - Fomentar a criação de cooperativa de reciclagem no bairro.
- Promover a instalação de máquina de reciclagem de entulho nas subprefeituras da região sul.
- Jardim Comercial e Cohab Adventista - transformar o morro próximo aos bairros, onde se acumula lixo e ratos, em uma área de lazer para a comunidade.
- Cidade Ademar – paralisar as atividades do Transbordo do Aterro de Itatinga ou a remover a escola de Educação Infantil existente no território.
- Executar o saneamento básico nas comunidades Favela do Sapé, Favela do Caramazal, Favela da Assunção e Favela 1010.
- Perus – impedir a instalação de um lixão que virá do Rio Pinheiros e uma parte do Rio Tietê, no Km 27 da Rodovia Anhanguera, região de Jardim Maria Trindade. É muito próximo ao bairro e poderá transmitir doenças aos moradores.

Habitações Sustentáveis

- Aprovar o Projeto de Lei Municipal 66/08 que dispõe sobre a construção da “edificação sustentável” ou “construção verde”.
- Elaborar diretrizes que estabeleçam parâmetros para aplicação de tecnologias sustentáveis em construções já estabelecidas.

- Elaborar um Programa de Habitação Popular que privilegie tecnologias sustentáveis para implantação de reuso de água, iluminação natural, captação de energia solar etc.
- Incentivar as boas práticas ambientais nas diversas etapas dos projetos habitacionais, a fim de promover a conservação e gestão da água, práticas de eficiência energética e seleção adequada dos materiais.

Consumo Sustentável

- Incentivar e estimular um mercado responsável para consumo de produtos que possuam certificados de qualidade e origem.
- Incentivar a sociedade civil a adotar práticas da economia solidária, com a criação de espaços informativos e ambientes de troca de experiências que visem a difusão da cultura do consumo responsável em todos os seus aspectos.
- Ampliar a adoção de critérios ambientais que visem especificações para produtos e serviços a serem adquiridos pelo poder público.

Incentivos Fiscais

- Criar políticas de incentivos fiscais às empresas que comprovarem atuar em programas voltados a melhorar a qualidade ambiental no Município.
- Adequar a política tributária do Município, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar, bem como dar maior publicidade aos incentivos já existentes.

Animais Domésticos e Abandonados

- Fortalecer a estrutura e gestão dos Centros de Controle de Zoonoses - CCZs, para que se faça cumprir recente dispositivo legal que proíbe a eutanásia em animais saudáveis.
- Ampliar e dar maior divulgação às campanhas públicas de castração de cães e gatos.
- Criar espaços em áreas públicas para abrigar campanhas de doação de cães e gatos recolhidos ou vítimas de maus tratos.

Energias Alternativas

- Incentivar o mercado da construção civil e as edificações mais antigas a instalarem placas de energia solar.
- Incentivar pesquisas em energias alternativas para equipamentos públicos.

Orçamento

Propostas do Fórum

- A lei orçamentária da cidade de São Paulo e sua execução, em todas as dotações orçamentárias, deverá conter a identificação do local onde a despesa será efetuada, agregando aos números de identificação já utilizados os códigos que são usados para identificar a subprefeitura.
- Promover a descentralização regional do orçamento e execução orçamentária anual, para facilitar a mobilização do cidadão para controlar os recursos de sua região.
- A lei orçamentária anual da cidade de São Paulo, no que tange às suas receitas, deverá determinar a identificação da arrecadação pelo local onde a receita é auferida, utilizando-se as subprefeituras como referência geográfica.
- Sobre a chamada Lei de Transparência, (Lei Municipal nº 13.949 de 21/01/05), que obriga todas as subprefeituras colocarem os dados do orçamento visíveis, a proposta é que estes dados sejam escritos sobre um painel que obrigatoriamente tenha uma dimensão mínima de 1,5m de altura por 0,80 m de base para que todas as pessoas possam lê-lo.
- As informações técnicas contidas no quadro devem ter logo abaixo uma “versão” que qualquer pessoa possa entender. Exemplo:
 - Serviço de Terceiros R\$
 - i. Contrato com empresa de tapa buraco R\$
 - ii. Material de Consumo R\$
 - iii. Compra de gasolina R\$
- As licitações deverão ser acompanhadas por um conselho da comunidade em cada subprefeitura.
- Nos editais de licitação deve haver a especificação completa do produto ou do serviço, seu preço de mercado e o preço que a prefeitura se propõe a pagar.
- Em relação à Câmara Municipal, definir que todas as audiências públicas sejam realizadas em dia e horário compatível com os horários livres da maioria das pessoas. Por exemplo: de 2ª a 6ª feira, depois das 18hs, ou sábado de manhã e marcadas com uma semana de antecedência.
- As audiências públicas, com secretários municipais, e outras de interesse público, precisam ser divulgadas com antecedência de pelo menos uma semana, e de forma que a população tome conhecimento, por meio das emissoras de rádios, televisão e pelo site da Câmara Municipal.

- Colocar terminais do Novo SEO na biblioteca da Câmara Municipal. Criar a Sala do Cidadão nas subprefeituras onde terá um terminal do Novo SEO para consulta da população. O Novo SEO deverá também e principalmente ser colocado na internet.
- Na elaboração da Proposta Orçamentária, as subprefeituras têm que ser obrigadas a convocar a população do bairro. Em conjunto com os técnicos da Prefeitura, as demandas locais de associações de bairro e dos munícipes em geral precisam ser levadas em consideração e entrar na Proposta Orçamentária. A divulgação das convocações também deve ser feita com antecedência e pelos jornais do bairro ou locais com maior visibilidade. Retomar o Orçamento Participativo e o Conselho de Representantes.
- O processo de aprovação e discussão em audiências regionais do Orçamento na Câmara Municipal precisa ser transparente e com a realização de audiências regionais e por subprefeituras, previstas em leis. Também deve atender à convocação para a participação popular e descentralização de governo.
- Na elaboração da proposta orçamentária devem ser convocados os Conselhos Municipais respectivos, e as entidades e pessoas interessadas no tema.
- Técnicos da Prefeitura devem ministrar aulas de orçamento público para os conselheiros eleitos dos diversos Conselhos Municipais.
- A administração pública municipal deve implantar nas escolas municipais um programa de acompanhamento dos orçamentos das secretarias e das subprefeituras, no sentido de desenvolver a cidadania entre os alunos.
- O percentual de remanejamento de verbas que o Executivo pode fazer, sem pedir autorização para o Legislativo, deve ser de 5%, no máximo, do total do orçamento.
- Deve haver um indicador publicado pela Prefeitura, que seja o orçamento per capita, que envolva todas as dotações orçamentárias por subprefeitura.
- Projetos e investimentos que envolvam cada região devem ser amplamente divulgados para moradores, associações, empresas etc.
- Promover a implementação de mecanismos efetivos de Democracia Participativa na Cidade de São Paulo, como o Orçamento Participativo, respaldado em um Conselho Municipal do Orçamento Participativo, de cunho deliberativo, em consonância com a Legislação Vigente.
- Retomar o Orçamento Participativo, por meio de eleições de delegados por subprefeitura, com a participação de representantes do Poder executivo e dos Conselhos municipais.
- Orçamento, Transparência e Democracia Participativa para a cidade toda, com a reformulação e implantação do Orçamento Participativo, independentemente de gestão ou plano de governo. Trata-se de uma das formas de controle social e participação popular na cidade de São Paulo. Além do Orçamento Participativo,

devem ser consideradas outras experiências de participação popular como, por exemplo, a implementação do desenvolvimento local.

- O quadro de funcionários de cada subprefeitura também precisa ser redimensionado levando em consideração as necessidades da população. Exemplo: o número de funcionários da subprefeitura da Cidade Ademar é três vezes menor que o da subprefeitura de Santo Amaro. Indicadores: Orçamento por subprefeitura per capita.
- Destinar 2% do valor da elaboração dos projetos de obras para a contra-avaliação dos serviços, por organização da sociedade civil sorteada.
- Destinar 2% da verba de publicidade para a contra-avaliação dos serviços contratados, por organização da sociedade civil sorteada.
- Propor legislação que obrigue a Prefeitura a utilizar x% do seu orçamento de publicidade oficial na TV, radio etc, para apresentar informações básicas sobre Orçamento. No caso de Orçamento Participativo, deverá ser divulgada a sua programação.
- Deve ser criado um grupo técnico privado para examinar todos os contratos quanto à qualidade, quantidade, preço etc. Também devem ser examinados os incentivos fiscais.
- O Executivo tem que realizar audiências públicas para a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e para a LOA (Lei Orçamentária Anual). O critério de divulgação tem que ser o mesmo do Legislativo.
- Necessário definir claramente a forma de representar a população de maneira a não criar duplicidade de instâncias: Conselho de Representantes X Conselho do Orçamento Participativo X Conselho de Comunidade.
- O percentual de remanejamento deve ser sobre os investimentos e custeio, e não sobre o total do orçamento.
- O Orçamento Participativo deve também tratar da questão de infra-estrutura, pessoal e capacidade operacional dos órgãos municipais.
- Orçamento per capita deve levar em conta não só a população, mas também o número de pessoas que circulam pelas subprefeituras.
- O orçamento da cidade precisa apresentar de maneira transparente a dotação específica para cada obra.
- Mudança no artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias da cidade de São Paulo que trata das audiências públicas.
- A prefeitura não deve pagar preço de mercado em suas compras, pois o consumo em grande quantidade permite custos muito mais baixos.

Saúde

Propostas das Crianças e Adolescentes

Prevenção e educação

- Criar programas de saúde voltados para orientação sexual.
- Criar programas e campanhas para ajudar fumantes, alcoólatras e usuários de substâncias psicoativas a abandonarem seu vício.
- Implantar mais áreas de esporte e cultura para evitar envolvimento de crianças e adolescentes com drogas e violência.
- Criar serviço de prevenção para filhos de dependentes químicos.
- Garantir que toda população tenha alimento e que não aconteça desperdício de alimentos em feiras e restaurantes; garantir que sobras sejam usadas para alimentar a população.
- Eliminar a exigência de cadastro para pegar pequenos números de preservativos nas UBS.

Infra-estrutura

- Criar cadastro informatizado único de leitos hospitalares públicos, para que se possa saber onde há vagas disponíveis e não se tenha que ir de hospital em hospital procurando atendimento.
- Disponibilizar medicamento gratuito para a população, com garantia de estoque.
- Liberar verbas para construção, manutenção e compra de equipamento para postos de saúde em todos os bairros.
- Disponibilizar veículo adaptado, devidamente equipado para realizar atendimento médico nas comunidades. Os profissionais capacitados devem prestar serviços de atendimento e também de prevenção, conscientizando a população por meio de palestras.

Qualidade do Atendimento

- Contratar mais médicos e melhorar a distribuição dos profissionais de saúde nos postos de saúde e hospitais.
- Melhorar o atendimento nos hospitais e postos de saúde.

- Oferecer atendimento de ambulância mais rápido e garantido.
- Ter mais profissionais (médicos e enfermeiros) nas Unidades Básicas de Saúde para situações de emergência nas regiões em que há falta de hospitais.
- Expandir o atendimento odontológico para todas UBS.
- Disponibilizar acompanhamento médico e psicológico qualificado para moradores de rua.
- Formar profissionais na área de saúde, psicanálise e psicologia, aptos a trabalharem com as temáticas do público GLBT, com respeito à diversidade e ao código de conduta ética e profissional.
- Oferecer atendimento garantido e com sigilo para adolescentes sem acompanhamento dos responsáveis, nas UBS e nos Hospitais.
- Realizar terapia comunitária para agentes de saúde e capacitação contínua.

Atendimento especializado

- Criar postos de saúde especializados no atendimento de adolescentes grávidas.
- Criar postos de saúde especializados no atendimento e tratamento de jovens com DSTs.
- Construir espaços especializados no tratamento de adolescentes usuários de substâncias psicoativas.
- Nos locais de atendimento a doenças crônicas, como infecção pelo HIV, que o atendimento seja feito para adolescentes entre 14 e 18 anos também no período noturno, para evitar faltas ao trabalho e escola.
- Aumentar o número de profissionais nas UBS e hospitais capacitados para lidar com situações de stress, com adolescentes e com a população, de forma humanizada e respeitosa.
- Que as UBS tenham mais especialistas incluindo: dentista, psicólogo, psiquiatra, oftalmologista, nutricionista, e que tenha um trabalho de promoção de saúde com palestras, grupos de apoio para largar drogas, fumo etc.

Demais propostas do Fórum

Atenção Básica

Gestão

- Melhorar qualidade de atendimento em UBS da cidade inteira.
- Melhorar o atendimento dos postos de saúde e Hospitais, com mais tecnologia, melhores médicos, qualidade no atendimento, conservação e limpeza, abastecimento de remédios.

- Reativar os mutirões de saúde.
- Ampliar os mecanismos de monitoramento, avaliação e acompanhamento do impacto das políticas de saúde para mulheres e negros.
- Melhorar o sistema de informação e agendamento de consultas.

Legislação e políticas

- Respeitar as deliberações das Conferências de Saúde, em particular as deliberações da 14ª Conferência Municipal de Saúde e às deliberações do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, principalmente em relação à participação das Organizações Sociais nos serviços públicos.
- Fortalecer e respeitar as propostas dos trabalhadores da Mesa Municipal de Negociação Central e da Saúde.
- Fortalecer e respeitar os conselhos gestores das unidades de saúde do município de São Paulo, e implementar Conselhos Gestores nas unidades próprias, geridas por organizações sociais e/ou convênios com a municipalidade.
- Garantir a toda população da cidade de SP o exercício do direito de escolha terapêutica, de acordo com a Política Nacional de Práticas Integrativas, publicada em 03/05/2006, democratizando o acesso a formas de cuidado como a Homeopatia, Acupuntura e Fitoterapia, hoje restritas aos com maior poder econômico.
- Que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários aprovado pela Câmara respeite as ressalvas elaboradas pelos Sindicatos da Mesa Municipal de Negociação da Saúde.
- Dar fim ao assédio moral aos servidores públicos da saúde e à perseguição política aos trabalhadores que critiquem as políticas de saúde no município, e respeitar a liberdade sindical.
- Dar transparência à prestação de contas, em consonância com o relatório de gestão e o orçamento, com avaliação de impacto e qualidade no atendimento à população.
- Respeitar os trabalhadores da saúde, e que sejam valorizados de forma igual, independentemente da carreira, local e forma de contratação.
- Oferecer concurso público como forma de ingresso em toda e qualquer unidade de saúde, como forma de garantir transparência e qualidade nos serviços prestados.
- Exigir que os projetos prioritários da SMS contemplem a questão étnico-racial no desenvolvimento das ações de saúde.
- Ampliar os mecanismos de monitoramento, avaliação e acompanhamento do impacto das políticas de saúde para mulheres e negros.
- Efetivar a implementação e implantação das resoluções da 1ª e 2ª Conferência Municipal de Saúde da População Negra da cidade de São Paulo.
- Que a saúde da população negra seja objeto de permanente discussão, proposição e deliberação dos Conselhos Gestores nas unidades de saúde.

- Garantir a capacitação, nas questões da saúde da população negra, para todos os trabalhadores da rede pública municipal de saúde em todos os níveis.
- Fortalecer a atenção básica pela expansão do Programa Saúde da Família.
- Aumentar participação popular no Conselho Municipal de Saúde.
- Ampliar a divulgação do processo eletivo do CMS Gestão Plena – Municipalização.
- Divulgar com mais transparência o Plano Municipal de Saúde.
- Melhorar a qualificação e a valorização dos profissionais de saúde.
- Implementar políticas de prevenção de doenças e promoção de saúde de longo prazo.
- Criar programa para atendimento psiquiátrico a moradores de rua.
- Implantar o Programa Nossos Alunos Futuros Pais, com o objetivo de levar orientação e informações sobre paternidade e maternidade responsável às instituições de ensino médio, e inseri-lo nas políticas públicas, a fim de sensibilizar quanto à importância do desenvolvimento infantil, da gravidez, do parto e do aleitamento materno.
- Criar o Programa São Paulo contra as Drogas, contemplando uma ação integrada e interdisciplinar, atuando com prioridade no âmbito escolar. Deve-se construir uma grande rede de parceiros e comitês descentralizados para gerir as ações e avaliar o programa.
- É preciso que a notificação dos casos de HIV positivo se torne compulsória, e não apenas a notificação nos casos de AIDS.
- Já que o direito à saúde está legalmente garantido na Constituição de 1988, fazer valer este direito para não ser mais necessário o tão custoso plano de saúde.
- Associar o reajuste anual dos seguros de saúde com o índice oficial da inflação.
- Promover palestras para prevenção de DST e gravidez precoce e distribuição de preservativos nas escolas.

Recursos e Cobertura

- Ampliar e fortalecer o Programa Saúde da Família nos locais onde já foi implantado e implantar onde ainda não existe, de modo a cobrir todo o Município.
- Fazer campanha para atrair médicos para a periferia, com melhores condições para o trabalho.
- Implantar ambulatórios de diversas especialidades na periferia.
- Implantar Ouvidorias em todas as Unidades Básicas de Saúde para auxiliar no encaminhamento das necessidades dos usuários.
- Atender a orientação da Organização Mundial de Saúde implantando uma UBS para cada 20.000 habitantes.
- Manter todas as UBS com quadro de funcionários adequado e completo.
- Implementar atendimento à saúde bucal em 100% das equipes de PSF.

- Ampliar e divulgar as opções terapêuticas: Homeopatia, Acupuntura e Fitoterapia (Política nacional de Práticas Integrativas/2006).
- Adequar os imóveis alugados para funcionamento das UBS (padrões mínimos de exigências).
- Contratar mais farmacêuticos na rede pública.
- Contratar 2 dentistas para cada UBS.
- Completar o quadro de profissionais e estender os serviços de AD (Assistência Domiciliar) para mais bairros, ampliando a divulgação do serviço.
- Ampliar o atendimento aos idosos com Centros Médicos de Especialidades com geriatras, fisioterapeutas, fisiatras, ortopedistas e outras especialidades afins.
- Divulgar o tema da prevenção e controle do tabagismo pelos agentes de saúde no contato com a população, por meio de distribuição de material informativo e capacitação básica.
- Fiscalizar e fazer cumprir a legislação referente à proibição do fumo em ambientes fechados.
- Que seja disponibilizado atendimento de Acupuntura nas UBS.
- Ampliar o número de farmácias que dispõem de remédio de alto custo, prioritariamente nas periferias.
- Criar postos volantes de atendimento básico de saúde para orientação, promoção da saúde e triagem.
- Construir banheiros públicos, de uso gratuito, por meio de parcerias da subprefeitura da Sé, Prefeitura da Cidade de São Paulo, Corpo de Bombeiros, Sabesp, Empresas do setor de papéis (Klabin, Melhoramentos etc), Secretaria do Bem Estar Social, escolas municipais, centros de apoio e da população como um todo.
- Promover a desratização da cidade.

Recursos e Cobertura – demandas locais

- Sé - Construir uma AMA no centro.
- Perus - Equipar PS Perus e construção de UBS e AME no Morro Doce.
- Pirituba – Modernização do Pronto Socorro, melhoria no atendimento, no aparelhamento e nos diagnósticos de pacientes. O hospital precisa de profissionais mais capacitados, pois atendimento é péssimo. Melhoria na estrutura geral do Posto de Saúde de Pirituba.
- Mangalot - Construir postos de saúde para o bairro.
- Santa Cecília - Criar mais uma UBS no bairro.
- Lapa – Construir uma UBS.
- Butantã - Manter e melhorar o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS).
- Butantã – Construir uma UBS na Cohab Raposo Tavares e na Cohab Munk, segundo Plano Diretor Estratégico.

- Butantã – Implantar o Programa Saúde da Família nas duas Unidades Básicas de Saúde – Distrito Rio Pequeno: UBS Malta Cardoso e UBS Rio Pequeno.
- Freguesia do Ó – Construir uma UBS.
- Cidade Ademar – Implementar as equipes de PSF nos Jd. Selma, V. Missionária e Pantanal.
- Grajaú - Construir doze unidades básicas de saúde nas localidades: JD Reimberg, JD Lucélia/ Novo Jaú, Cantinho do Céu, Conjunto Faria Lima/Parque Cocaia, JD Novo.
- Grajaú - Completar o quadro de funcionários em todas as unidades abaixo, bem como provê-las com medicamentos essenciais (Remume), materiais e equipamentos básicos: Horizonte/JD Sabiá, JD Graúna/Guaembú, JD Prainha/Shangrilá, Vila da Paz, Varginha.
- Grajaú – Construir um CECCO (Centro de Convivência e Cooperativa)
- Grajaú - Instalar atendimento do CAPES - Álcool e Drogas; Infantil e Adulto.
- Grajaú – Dar urgência à expansão das ações de saneamento básico na região, como prevenção à saúde dos moradores.
- Parelheiros e Grajaú - Contratar equipe de Saúde Mental, AME, CAPS e CECCO.
- Jardim dos Prados e Pedreira - Contratar profissionais para os ambulatórios de especialidades. Há demora de até mais de um ano para conseguir uma consulta nas especialidades mais procuradas como Ortopedia, Reumatologia, Vascular e Urologia.
- M'boi Mirim e Campo Limpo – Implantar o funcionamento 24 horas de AMA e AME.
- M'boi Mirim – Reativar o Centro de Especialidades do Jardim Ibirapuera.
- M'boi Mirim – Implantar Centro de Especialidades no bairro Vera Cruz.
- Ampliar e recompor as equipes de Programa de Saúde da Família em: Nova América, Colônia e Vargem Grande-Parelheiros e Cidade Ademar.
- Parelheiros e Marsilac - Construir UBS em: Jd Álamos, Parelheiros, Balneário São José, Recanto Campo Belo, Jardim Santa Fé e Jaceguava, e reformar os UBS em: Iporã, Jd São Norberto, Várzea Grande e Jd. Campinas.
- Parelheiros e Marsilac - Reformar e Ampliar o PS Balneário.
- Parelheiros e Marsilac - Criar um Ambulatório de Especialidades médicas que venha resolver o grave problema que enfrentamos nos seguintes casos: Cardiologia, Cirurgia Geral de pequeno porte, Dermatologia, Oftalmologia, Ortopedia e Neurologia.
- Parelheiros e Marsilac – Criar um centro de atendimento Psicossocial Adulto, Infantil, e em álcool e drogas, e dois centros de convivência cooperativa.
- Parelheiros e Marsilac - Implantação urgente de um Centro de Reabilitação, com Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia e Serviço Social, considerando a extensão geográfica, pobreza da região e dificuldade de locomoção.
- Parelheiros e Marsilac - UBS Colônia: atualmente é um anexo do Recanto Campo

Belo que fica a 20 km da Unidade de origem. Propomos que seja transformada em Unidade Básica com seis equipes para atender plenamente a Cidade Nova América, Barragem, Bar do Pescador, Vera Lucia e Evangelista de Souza.

- Ampliar o Pronto Socorro Municipal Balneário São José (de 25 para 80 leitos) e revisar a tabela de lotação de pessoal. Informamos que este equipamento de saúde esta funcionando há mais de 15 anos como retaguarda para toda a região, inclusive áreas circunvizinhas.
- Meninópolis - Ampliar e transformar a UBS Dr. Mário Francisco Napolitano, que está em um imóvel locado, em Unidade própria, com especialidades e com equipe maior, pois atende a mais de 30.000 habitantes.

Projetos

- Executar o projeto "Consolidação da Implementação do Quesito Cor", elaborado pela Área Técnica da Saúde da População Negra e CEINFO.
- Implementar em todas as Coordenações de Saúde o Programa de Anemia Falciforme, e outras hemoglobinopatias (único programa específico para a população negra).
- Oferecer assistência psiquiátrica aos moradores de rua.
- Fazer o dimensionamento da desnutrição infantil.
- Implementar as ESF com psicólogo, assistente social, nutricionista e profissional de educação física voltado para a promoção da saúde.

Atenção Terciária

Recursos

- Construir Hospitais Barra Funda e Centro da Cidade.
- Construir Hospital na Penha para desafogar o Hospital Tatuapé.
- Construir Hospital Vila dos Remédios.
- Melhorar as condições de atendimento Hospital 21 de Julho Freguesia do Ó.
- Itaquera - Construir novo Hospital no bairro José Bonifácio, que fica mais próximo as Regiões de Ferraz, Guaianazes, Poá, Suzano, e assim "desafogar" o hospital Santa Marcelina.
- Penha - Construir um Hospital Público de grande porte para o atendimento dos moradores do bairro e região. O Hospital mais próximo é do Tatuapé, onde existe excesso de demanda e falta de infra-estrutura.
- Perus – Construir um Hospital.
- Reformar o Hospital Parada de Taipas.
- Construir um Hospital Vila dos Remédios.

- Parelheiros – Construir um Hospital Geral com 250 leitos, conforme prevê o PPA de 2006-2009, em um terreno reservado para o equipamento de saúde situado à Rua Achilles S. Guimarães, Jardim dos Alamos, setor fiscal 274, quadra 013, lote 0034, com 9.000 m3.
- Construir Hospital na região de Cidade Ademar, Pedreira e Campo Grande, que tem mais de 500.000 habitantes.
- Tornar o Hospital M'Boi Mirim referência para o Programa de Saúde da Família (PSF), Saúde da Mulher, Saúde da Criança e do Adolescente e Saúde do Idoso.
- Transformar o Hospital M'Boi Mirim em Hospital Escola.
- Lapa - Ampliar o hospital Sorocabano.

Promoção de saúde: programas para uma vida mais saudável

Saúde e meio ambiente

- Promover a gestão ambiental em grandes estabelecimentos comerciais.
- Reaproveitar os gases produzidos pelos aterros sanitários.
- Ampliar os postos de medição e monitoramento do ar.
- Fiscalizar as emissões de poluentes dos carros particulares e coletivos.
- Despoluir os Córregos.
- Fazer com que o Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) seja um programa intersecretarial (Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social) da Prefeitura de São Paulo, e definitivo.
- Incentivar iniciativas locais para a fabricação de sabão de óleo.
- Incentivar o plantio e a manutenção de mudas de árvores.
- Promover encontros de formação de lideranças que atuam com questões relativas a meio ambiente e saúde no bairro às margens da Represa Billings, com foco emergencial na recuperação e preservação das áreas do entorno da represa.
- Promover a criação de hortas comunitárias com ervas medicinais na Vila Teresinha.
- Aumentar as áreas verdes de qualidade.
- Controlar os níveis de decibéis de estabelecimentos, escolas e carros.
- Punir o uso de buzina em certos locais e horários.
- Impedir que se jogue lixo no rio.
- Canalizar os córregos: na Rua Manoel Álvares Passos (ao lado do Parque Rodrigo Gasperi) e Rua da Conquista em Pirituba.
- Canalizar o córrego que passa pela Vila Penteado e Cachoeirinha (Córrego que corta a Av. Parada Pinto).
- Melhorar a conservação do piscinão localizado na Av. Penha Brasil, que apresenta acúmulo de lixo e invasão de animais.

- Melhorar o saneamento básico no Bairro do Bom Retiro.
- Permitir o rastreamento dos protocolos de reclamação feitos ao PSIU para diminuição da poluição sonora, no portal da prefeitura.
- Multar carros de passeio com sons altos e escapamentos estridentes.
- Proibir o uso da buzina em bairros residenciais.
- Implantar sinalização educativa como: crianças dormindo, momentos de curtição em família, adultos lendo, jovens estudando ou meditando, idosos procurando sossego.
- Não implantar um lixão no Km 27 da Via Anhangüera Chácara Maria Trindade - próximo ao Morro Doce –Perus.

Saúde e transporte

- Incentivar e criar alternativas para o uso de bicicletas na cidade como opção de transporte.
- Elaborar estudo completo de todas as áreas da cidade passíveis de construção de ciclovias, e definir metas para a implementação.
- Ampliar o programa de revitalização de calçadas em toda a cidade.
- Criar solução para o acesso aos serviços públicos básicos para a população da Chácara Maria Trindade, em Perus, que tem a Praça de Pedágio no KM 26 da Via Anhanguera como barreira a este acesso.

Saúde e educação

- Realizar trabalho de conscientização ao jovem sobre maternidade e paternidade responsável.
- Organizar palestras, nas escolas e nos equipamentos de saúde, de orientação para os jovens sobre os cuidados com a saúde.
- Promover a educação ambiental com crianças e adolescentes nas escolas.
- Desenvolver ações educacionais para a economia da água.
- Investir na educação e capacitação dos profissionais públicos.
- Realizar coleta seletiva nas escolas.
- Criar postos volantes de atendimento básico de saúde, educação e promoção da saúde.
- Investir em campanhas de prevenção em todas as áreas.
- Promover palestras sobre saúde, prevenção de doenças, para os pais de adolescentes, podendo ser realizada nas escolas (Pirituba e Taipas).
- Estabelecimentos de alimentação (restaurantes, lanchonetes, bares, botecos e afins) deverão possuir opções ricas nutricionalmente e opção vegetariana. Estas opções deverão ser divulgadas com os demais pratos do cardápio e com custo inferior aos pratos convencionais.

- Prevenir e controlar o tabagismo no âmbito do Programa de Saúde da Família, com o cumprimento e fiscalização da legislação referente à proibição do fumo em ambientes fechados.
- Fazer campanha educativa regional para diminuir o índice de atropelamentos nas vias: estrada de Itapeçerica, estrada de M' Boi Mirim, José Barros Magaldi, Elias Maas, estrada de Guarapiranga.

Saúde e empresas

- Empresas devem adotar postos de saúde na comunidade local, incentivar seus colaboradores a doarem sangue, participarem de campanhas de vacinação e do banco de leite.
- Promover parceria com a prefeitura e faculdades que ofereçam cursos voltados a área da saúde, para sua realização em comunidades carentes, no entorno da empresa.
- Incentivar, por meio de regulamentação e incentivos fiscais, que as empresas apóiem o pré-natal de funcionárias.
- Convênio médico deve ser obrigatório para todos os colaboradores das empresas.
- Empresas de saúde, por meio de auto-regulação do setor, devem atuar no setor de prevenção.

Segurança Cidadã

Propostas das Crianças e Adolescentes

Prevenção

- Criar programas para acabar com o trabalho e a prostituição infantis.
- Criar projetos de informação sobre violência e drogas.
- Formar profissionais para que atuem como instrutores e conselheiros de familiares com filhos envolvidos no tráfico de drogas.
- Garantir o fechamento de bares depois das 22h para inibir consumo de álcool e violência.
- Criar mecanismos de segurança pública e treinamento de policiais que atendam à demanda da população GLBT.

Policiamento

- Tornar a polícia menos repressiva e mais solidária com a população.
- Treinar e formar melhor os policiais.
- Em situações de grande aglomeração de pessoas, como shows, aumentar a segurança tanto policial quanto de atendimento médico para emergências.
- Policiais devem ser educadores e firmes no cumprimento da lei. Isso significa não desprezar as leis nem para favorecer, nem para discriminar ou agredir pessoas.
- Implantar mais bases móveis e viaturas em todas as regiões da cidade.
- Todo policial, quando solicitado, deve ter a competência e obrigação de agir na cidade toda e não apenas na região de seu Distrito Policial.
- Implantar policiamento na região das escolas com ênfase no período noturno.
- Não permitir que policiais usem suas armas de fogo em vão.
- Melhorar o policiamento das praças.
- Melhorar a fiscalização nas estradas.

Juventude

- Ampliar o debate para evitar a redução da maioridade penal.
- Substituir FEBEM pelo Instituto da Criança e do Adolescente, que são locais de crescimento e aprendizado onde toda a família pode se reunir livremente.

- Investir em quadras esportivas, eventos culturais e instituições beneficentes para tirar as crianças da rua e diminuir violência da cidade.

Demais propostas do Fórum

Estrutura de Gestão

- Criar uma instância de gestão municipal da segurança cidadã, com autonomia orçamentária e política para o desenvolvimento e execução de programas de prevenção da violência.
- Fortalecer o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) com participação da sociedade civil.
- Criar um Observatório da Segurança Cidadã, que possibilite a realização de diagnósticos, monitoramento, avaliação e a gestão de políticas locais de prevenção da violência, com incorporação e atualização de informações de crimes e violências de naturezas distintas, como: criminais, ocorrências da GCM, violência na saúde e escolar, pesquisas de vitimização, informações sobre espaços públicos e outras.
- Fortalecer e aprimorar o trabalho dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), com a participação obrigatória das subprefeituras e da GCM.
- Buscar que os CONSEGs se tornem espaços efetivos de participação comunitária e mecanismos de controle social.
- Promover a integração entre os municípios da Região Metropolitana para o tema da segurança pública, com sua participação no Fórum Metropolitano de Segurança Pública.
- Existem duas formações de policial militar: Barro Branco ou Academia Normal. O policial que faz academia normal da PM é praticamente “jogado” nas ruas em 3 meses e acaba por aderir facilmente às práticas equivocadas ou ilegais da própria polícia. Modificar a formação do policial para algo semelhante à formação dada pelo Barro Branco é uma das saídas para a polícia.

Aprimoramento do Trabalho da GCM

- Realizar o planejamento do trabalho da GCM em conjunto e integrado a toda a política municipal de segurança.
- Integrar o trabalho da GCM com o das polícias.
- Aprimorar a formação da GCM, reforçando seu caráter comunitário e preventivo e o uso responsável da força.
- Melhorar os mecanismos de controle, criando a ouvidoria da GCM e aperfeiçoando o trabalho da corregedoria.

Ações preventivas estratégicas

- Promover a revitalização e a ocupação pacífica pela comunidade dos espaços públicos (como praças, escolas, espaços esportivos e culturais), que sirvam de referência para a cidade.
- Ampliar e manter iluminação pública em toda a cidade, com prioridade para os lugares mais vulneráveis.
- Promover ações que visem à regularização fundiária e a conseqüente melhoria da infra-estrutura urbana em áreas mais vulneráveis, com altos índices de violência.
- Instalar câmeras de monitoramento em locais com alta concentração de pessoas e de crimes contra o patrimônio, ou outros crimes contra os quais o uso da câmera seja eficaz.
- Melhorar a qualidade da manutenção das câmeras de segurança instaladas na cidade.
- Melhorar a qualidade da manutenção da iluminação pública, de forma que todos os equipamentos instalados estejam sempre funcionando e atendendo à população.
- Municipalizar e aprimorar a execução das medidas sócio-educativas em meio aberto.
- Criar grupo interdisciplinar para discutir e propor uma política de regulamentação e fiscalização de atividades que possam ter caráter informal ou ilícito, como desmanches, ferros-velhos, transporte, bares, ambulantes e implantar esta política.
- Implantar núcleos de mediação de conflitos comunitários e incentivar a justiça restaurativa em áreas vulneráveis e com altos índices de violência.
- Criar sistema de notificação, identificação e encaminhamento de casos de violência doméstica (implantar o SIVVA).
- Incentivar atitudes não-violentas por parte de todos os cidadãos por meio da promoção ativa da cultura de paz.
- Implantar programa de redução da violência no trânsito e no esporte.
- Desenvolver ações de prevenção da violência nas escolas.
- Apoiar ações de desarmamento, como a campanha de recolhimento de armas.
- Implantar uma Base Comunitária para cada 20 mil habitantes, com condição de trabalho suficientemente justa para os policiais e de segurança garantida para a população.
- Tornar obrigatório que todos os motociclistas utilizem colete com número da placa da moto. O mesmo número deve estar visível no capacete do motoclista, visando a inibição da utilização da moto para cometer crimes.
- Implantar lei municipal para que os jogos de futebol profissional sejam presenciados por somente uma torcida (como já é usual em vários países europeus), evitando desnecessárias “guerras” urbanas praticadas por gangues e torcidas rivais.

- Ampliar o policiamento ostensivo, principalmente no período noturno, e ronda escolar para ambas as forças: policiais e guardas em diversas áreas da cidade.
- Incentivar o protagonismo juvenil na identificação de fatores geradores de violência e na busca de soluções para estes problemas a partir do trabalho na escola com alunos, professores, diretores, APM e funcionários.
- Promover a cidadania de forma ampla e irrestrita, melhorar questões específicas de segurança (valorização do trabalho policial, policiamento comunitário, justiça restaurativa descentralizada, prevenção em escolas) e incentivar a participação social responsável e democrática.
- Inserir no treinamento dos policiais da guarda civil metropolitana o manual de procedimento do policial comunitário.
- Capacitar os policiais para o atendimento digno de adolescentes infratores.
- Intensificar o policiamento em universidades e colégios, principalmente no período noturno.
- Os equipamentos públicos deveriam oferecer atividades culturais e esportivas (entre outras) nos horários de maior incidência de crimes – nos períodos da noite, madrugada e finais de semana.

Ações locais

- M'boi Mirim - Estender as rondas ostensivas aos horários mais críticos na região, 01:00 hs as 05:30 hs, horário que tem apresentado número crescente de assaltos a pedestres e estupros em mulheres na faixa etária de 21 a 32 anos. Reforçar a Ronda Escolar na região, com atuação integrada com o Conselho Tutelar.
- M'boi Mirim – Instalar 3 Bases Comunitárias de segurança nos Jardim Capela, Jardim Horizonte Azul e Jardim Aracati.
- Lapa – Realizar mais rondas policiais nas escolas da Barra Funda.
- Sé – Melhorar a segurança à noite nas ruas do bairro Higienópolis.
- Penha – Colocar mais policiais e realizar mais rondas ostensivas na região, inclusive nas imediações das escolas.
- Acabar com o tráfico de drogas nas proximidades da Av. São Gonçalo do Abaeté, a 500 metros da delegacia.
- Sé - Reforçar e capacitar o policiamento na região da Cracolândia.
- Pirituba – Reforçar o policiamento e a Ronda Escolar na região, com atuação integrada com o Conselho Tutelar.

Trabalho e Renda

Propostas das Crianças e Adolescentes

- Desejamos uma cidade que valorize o trabalhador, garanta que os salários estejam de acordo com o custo de vida na cidade, ofereça trabalho digno para todos, e crie condições para que o aprendiz possa ingressar no mercado com uma boa formação.
- Propomos que a cidade de São Paulo pense no futuro profissional das crianças e adolescentes, fortalecendo a educação pública de qualidade, investindo na formação profissional e incentivando a formação de parcerias entre empresas e poder público, para dar maiores oportunidades ao jovem aprendiz.
- A Prefeitura também deve ajudar na divulgação da Lei do Aprendiz e do Primeiro Emprego para que mais empresas possam se cadastrar no programa, aumentando, desta forma, a oferta de emprego para jovens na faixa etária de 16 a 25 anos.
- Sugerimos que se ofereçam cursos de primeiro emprego na própria escola, como se fosse uma experiência de trabalho para os jovens, porque as empresas exigem experiência de no mínimo 5 meses a 1 ano.
- Propomos a criação de centros de cursos gratuitos para facilitar a conquista de empregos, com cursos de informática, administração e idiomas. Esses centros devem ter programas de estágio para ajudar a inserção do jovem do mercado de trabalho.
- Propomos que a prefeitura desenvolva projetos que propiciem simultaneamente a melhoria da cidade e a promoção de trabalho para a grande massa de desempregados. Uma das idéias é expandir a limpeza do Tietê e convocar trabalhadores nos programas de despoluição.
- Propomos que a coleta seletiva seja uma prioridade para a prefeitura, e que o trabalho dos catadores de materiais reciclados seja formalizado e valorizado.
- Os vendedores ambulantes também devem ter sua área de comércio e sua atividade regularizada, pois eles estão trabalhando em uma cidade onde emprego é cada vez mais escasso.
- Propomos que a prefeitura crie incentivos fiscais para empresas e indústrias que expandirem o mercado de trabalho na periferia.

Demais propostas do Fórum

Políticas e ações

- Promover incentivos pela Prefeitura que possibilitem o aquecimento das economias locais nos bairros periféricos:
 - Criando bolsões de emprego e formação profissional;
 - Oferecendo incentivos fiscais para micros e pequenas empresas solidárias e não poluentes;
 - Implantando Feiras Exclusivas de Artesanato, com controle de qualidade e produto, para que se garanta produtos diversificados;
 - Regularizando a utilização de áreas verdes para eventos culturais, onde moradores locais possam gerar renda com a praça de alimentação e a feira de artesanato;
 - Incentivando as cooperativas diversas de acordo com as habilidades e características da região;

- Promover política de equiparação salarial e valorização do trabalho das mulheres, com aplicação de políticas públicas que garantam geração de emprego, melhoria salarial, e combate ao trabalho escravo.
- Garantir a participação das pessoas com deficiência nos diversos projetos de geração de renda. Não apenas acessibilidade arquitetônica, comunicação e ajudas técnicas, mas considerar as singularidades na busca de equiparação de oportunidades.
- Reativar o Plano de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste, que objetiva a criação de um grande pólo de empregos da Av. Jacu Pêssego.
- Incentivar programas de geração de renda em todos os conjuntos habitacionais do crédito solidário e os demais construídos com recursos do FNHIS.
- Dar mais oportunidades para que jovens, a partir do acesso ao crédito e apoio ao desenvolvimento de seus próprios negócios.
- Prover financiamento com juros subsidiados para empreendimentos populares, bem como oferecer cursos e acompanhamento (incubação) em capacitação técnica, administrativa e comercial de empreendimentos populares.
- Prover crédito educativo para o ensino profissionalizante.
- Implantar Centros de Apoio ao Trabalhador no território de todas as subprefeituras.
- Criar cursos profissionalizantes para jovens dentro do sistema educacional, de acordo com a vocação econômica de cada região da cidade, de forma a absorver toda a demanda até o ano de 2010, com concessão de bolsa e duração mínima de 2 anos.

- Os Centros Culturais da cidade devem oferecer cursos profissionalizantes na área cultural tanto para atividades artísticas quanto para as áreas técnicas de produção.
- Oferecer cursos de qualificação e reciclagem profissional para pessoas acima de 40 anos que se estejam desempregadas.
- Promover maior articulação entre Poder Público, Universidades, Sistemas "S", SEBRAE, ONG`S e Programas de Responsabilidade Social Empresarial na concepção e execução de projetos e programas estratégicos de Trabalho e Renda adequados a cada localidade.
- Utilizar os espaços vazios dos extintos aterros para a geração de trabalho e renda, incentivando a implantação de cooperativas voltadas para o cultivo de flores não comestíveis e plantas ornamentais, cultivo de bambus para a construção de móveis e outros cultivos que forem possíveis.
- Institucionalização de locais/espços de grande circulação de pessoas (Metrô, Vale Anhangabaú, 25 de março etc) para feiras regulares e/ou permanentes, para exposição e venda de produtos de Economia Solidária e Empreendimentos Culturais, beneficiando pelo menos 170 empreendimentos e cerca de 1700 pessoas.
- Implantar políticas de estímulo à comercialização online de produtos de economia solidária, comércio justo e/ou solidário, produtos tipo "fair trade", tanto para público comum como para compras e demandas específicas do poder público e de empresas com políticas de Responsabilidade Social.
- Identificar e consolidar Arranjos Produtivos Locais -APL's – consolidando os já existentes e fomentando arranjos estratégicos em localidades com maior vulnerabilidade social.
- Realizar capacitação profissional em parceria com SESI/SENAI/SEBRAE - escolas itinerantes de capacitação técnica.
- Estabelecer cotas para contratação das minorias no mercado de trabalho. As empresas teriam obrigatoriedade de contratação de idosos, negros etc.
- Realizar projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor, por meio da criação do FPRBC -Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.
- Implantar políticas públicas efetivas e abrangentes no que tange à Gestão de Resíduos Sólidos Recicláveis orientadas para a inclusão social:
 - Desenvolvimento de Cooperativas Populares para Reciclagem de Entulho da Construção Civil, mediante produção de blocos para moradias/mutirões populares e placas para pavimentação urbana;
 - Estímulo à organização, consolidação e integração de cooperativas de catadores nos processos de coleta, triagem, reciclagem e comercialização de resíduos domiciliares urbanos, priorizando a utilização de recursos públicos/orçamento para infra-estrutura e desenvolvimento destas

cooperativas;

- Desenvolvimento de centrais de reciclagem de resíduos de podas e jardins para produção de adubo/composto orgânico (agricultura) e lenha (fornos e fogões caipiras), para fornecer aos projetos de segurança alimentar e nutricional e de geração de renda nos bairros mais pobres, incluindo hortas, padarias e cozinhas comunitárias.
- Promover Reforma Urbana que considere em sua estratégia de desenvolvimento a priorização de bairros periféricos, buscando uma distribuição mais equilibrada entre "locais de trabalho" e "residência de trabalhadore(a)s", minimizando a grande necessidade de seu deslocamento. Com isso, a idéia é re-arranjar fatores/equipamentos públicos e privados, como distritos empresariais, industriais, de universidades e centros de formação, educação e cultura.
- Adotar o modelo europeu de transporte em grandes centros, locais onde é proibida a circulação de veículos com exceção do ECOTAXI – triciclos com capacidade para dois passageiros movidos pela força humana (como bicicleta com marchas). Esses veículos ecológicos gerariam centenas de empregos diretos, priorizando jovens carentes em situação de risco e sem experiência.
- Cooperativas de transporte em "logística reversa", disponibilizando o serviço às portas da residência (origem) e do trabalho (destino) do cidadão paulistano (na forma de transbordos em raios de 4 quarteirões por exemplo) de forma que os usuários obtenham vantagens social e econômicas.
- Criar cursos de nível médio (técnico) e de nível superior (engenharia e tecnologia) nas áreas selecionadas. Criar linha de apoio à inovação, à certificação, à capacitação tecnológica e à utilização de serviços técnicos especializados.
- Implantar o Programa "8 horas para o Trabalho e Renda" no município de São Paulo. O objetivo é que empresas privadas e públicas a "cedam" 8 horas mensais para que seus funcionários se dediquem voluntariamente a práticas de geração de trabalho e renda com a população das periferias, desempregado(a)s, empreendedore(a)s populares e cooperativas populares:
 - Oficinas de Formação para melhorar as condições de Trabalho e Emprego;
 - Assessoria e Apoio a empreendimentos populares a partir do desenvolvimento de conhecimentos gerenciais e compartilhamento de ferramentas de gestão e técnicas que melhorem a qualidade dos produtos, processos produtivos, comercialização e prestação de serviços.
- Implantar uma Política de Geração de Renda Integrada e Continuada, unindo vocações do primeiro, segundo e terceiro setores. A Secretaria Municipal de Trabalho seria a coordenadora dessas ações, com diretriz transversal a todas outras secretarias municipais. Exemplos:

- Meio ambiente - políticas de geração de renda com catadores de resíduos;
 - Educação - incorporação do empreendedorismo e cooperação como temas transversais para jovens e adultos;
 - Leis para utilização de % do orçamento para compra de produtos de microempresas e empreendimentos de economia solidária;
 - Habitação popular e mutirão e cooperativas de habitação com reutilização de resíduos da construção civil etc.
- Criar uma cota que as empresas tenham que comprar de fornecedores de médio e pequeno portes.
 - Facilitar e/ou diminuir os impostos das empresas, de forma que também se diminuam as irregularidades.
 - Criar serviços de capacitação para micro-empresários, de maneira que eles não possam abrir empresas sem antes passar por essa capacitação.
 - Escolas particulares devem ser obrigadas a fazer parcerias com escolas públicas do ensino médio para repasse de tecnologias.
 - Escolas do ensino médio devem oferecer programas de formação certificados pelo CMDCA de acordo com a Lei do Aprendiz.
 - O governo deve fiscalizar melhor a efetivação da Lei do Aprendiz e todas as empresas deveriam ser obrigadas a aderir.
 - Maior divulgação por parte do governo sobre o microcrédito.
 - Primeiro Emprego Paulistano - Criação de uma rede de parceiros (Prefeitura, CIEE, Sebrae, Senai, Fiesp etc) que facilite o ingresso de jovens no mercado de trabalho via estágios, lei do aprendiz, incentivos fiscais, empreendedorismo jovem e outros. Deverá haver uma interação com as escolas públicas e todos os outros programas de esferas estadual e federal.
 - Existe uma lei que proíbe as empresas de demitir o jovem com 17 anos que é convocado para servir ao exército. Com isso, nenhuma empresa contrata jovens com 17 anos. É preciso pensar em mudar essa lei, e, em nível municipal, criar mais projetos de estágio para meninos nessa idade.
 - Estabelecer cotas para contratação das minorias no mercado de trabalho: As empresas teriam obrigatoriedade de contratação de minorias: idosos, negros etc.

Implantar o Parque Tecnológico de São Paulo

- Executar o projeto do parque tecnológico de São Paulo com oito setores que mais representam a atividade empresarial e científica da região metropolitana de São Paulo. Entre eles:

- Tecnologia de Informação
- Biotecnologia e Saúde
- Bens de Capital
- Novos Materiais
- Eletroeletrônica
- Energia
- Química Fina e Petroquímica
- Indústrias criativas

Um primeiro estudo foi realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo em parceria com o Cietec - Centro Incubador de Empresas Tecnológicas, e apontou os seguintes pontos que devem ser prioritários na proposta de implantação do Parque Tecnológico da cidade de São Paulo:

Geral

- Aprovar, regulamentar e implantar a Lei da Inovação Paulista;
- Oficializar, regulamentar e apoiar a Rede Paulista de Incubadoras, tendo como base a RAITEC;
- Apoiar a ampliação do escopo da Rede Metrológica do Estado de São Paulo, principalmente no que se refere à certificação de conformidade nacional e internacional;
- Criar um programa de extensionismo tecnológico, em parceria com o SIBRATEC do governo federal;
- Prover o Parque Tecnológico de serviços que agilizem a criação de empresas de base tecnológica e o registro de seus produtos e serviços;
- Usar o poder de compras do Estado para estimular a inovação tecnológica nas empresas paulistas, de maneira a ampliar a inserção dessas empresas nos mercados interno e externo;
- Integrar cientistas, governo e a classe empresarial, visando estabelecer uma dinâmica de transferência de tecnologia e conhecimento entre os atores;
- Criar cursos de nível médio (técnico) e de nível superior (engenharia e tecnologia) nas áreas selecionadas;
- Criar um núcleo de RH (emprego e estágio) voltado à inovação tecnológica.

Para Micro e Pequenas Empresas

- Criar linha de apoio à inovação, à certificação, à capacitação tecnológica e à utilização de serviços técnicos especializados;

- Fomentar a criação de espaços físicos de 100 m2 a 500 m2 dentro do Parque, e que as MPEs possam alugar por um período de até 10 anos;
- Estimular a criação e a ampliação da indústria de capital empreendedor (venture capital).

Para Centros de P&D&I

- Backbone de dados interligando principais datacenters de SP, e se tornando uma infra-estrutura viável para trabalho, com apoio de vídeo conferência, alta disponibilidade dos serviços oferecidos, alto nível de desempenho em taxas de transferência e estímulo a aplicação de inovações tecnológicas;
- Fomentar a criação de laboratórios de P&D&I em parceria com as ICTs e empresas públicas e privadas, voltados para as tecnologias portadoras de futuro, tais como nanotecnologia, biotecnologia, energias limpas e renováveis etc;
- Incentivar as atividades de P&D&I por meio da cooperação entre ICTs e empresas, voltadas para o desenvolvimento de produtos/serviços em convergência digital;
- Centro para prototipagem e design;
- Prédio central (ambiente centralizador) contendo correios, escritórios com os principais courriers (facilitando a importação de material biológico), escritório da ANVISA, restaurantes e pequenos auditórios;
- Empresas especializadas em estudos de toxicologia.

Avaliação das políticas de Trabalho e Renda

- A Prefeitura deve avaliar as políticas de Trabalho e Renda com os seguintes indicadores e divulgar seus resultados a cada seis meses:

Indicadores de trabalho

- PIA – População em Idade Ativa (por faixas de idade);
- PEA – População Economicamente Ativa (por faixas de idade);
- Desempregados (desemprego aberto e desemprego oculto);
- Ocupados;
- Ocupados com carteira de trabalho;
- Ocupados sem carteira de trabalho;
- Ocupados por setor (agricultura, indústria, comércio, serviços);
- Ocupados no setor privado;
- Ocupados no setor público.

Indicadores de Renda

- PIB (Municipal e por subprefeitura);
- PIB por setores (agricultura, indústria, comércio e serviços);
- PIB pela ótica da renda (salários – lucro – juro/ aluguel);
- Renda familiar per capita média;
- Salário médio;
- Renda familiar per capita média por 5 grupos de 20% (20% mais pobres até os 20% mais ricos);
- População com rendimentos até ¼ do salário mínimo;
- População com rendimentos até ½ salário mínimo.

Investimentos x Resultados para trabalho e renda (TR) no município

- Recursos públicos investidos em políticas de TR no município de SP e principais resultados obtidos (pessoas beneficiadas), realizadas por entidades governamentais com recursos federais, recursos estaduais e recursos municipais.

Instituições, Projetos e Aparelhos Sociais com finalidade de Trabalho e Renda

- Quantidade, número de pessoas/vagas, distribuição geográfica e área específica de indicadores de emprego e empreendedorismo.

Ações locais

- Região sul - Incentivo ao ecoturismo.
- Região sul - Incentivo à criação de pesqueiros e viveiros para produção de mudas nativas.
- Região sul - Criação pelo poder público de incentivos para atrair a instalação de empresas não poluidoras e com tecnologia limpa na região sul.
- Região sul - Prover infra-estrutura mínima e ecológica nas margens da represa Billings para que a população tenha acesso à represa como forma de lazer, educação ambiental e geração de renda para a comunidade local.
- Cidade Ademar - Para inserção no mercado de trabalho e acesso à cultura devem ser disponibilizados cursos de informática para jovens e adultos de 16 a 29 anos.
- Cidade Ademar - Implantar 2 espaços culturais para oportunizar aos jovens da região acesso à cultura e a possibilidade de produzir cultura, a partir da formação de profissionais nas áreas artística e cultural (música/técnicos de som, luz cenografia etc). Ambos devem ser administrados por conselhos eleitos pela comunidade local.
- Cidade Ademar – Construção e implantação de escolas profissionalizantes nos distritos de Cidade Ademar e Pedreira.
- Guaianases, Itaim Paulista e M'boi Mirim - Implantar 20 Usinas do Trabalho, em parceria com o Instituto Consulado da Mulher, que oferece meios de

produção/eletrodomésticos (Consul e Brastemp) e Metodologia, beneficiando 20 grupos/cooperativas, sendo 10 lavanderias e 10 cozinhas na região. Pelo menos 200 mulheres seriam beneficiadas.

- Guaianases e Itaim Paulista - Implementar e aplicar política de equiparação salarial e valorização do trabalho das mulheres.
- Guaianases e Itaim Paulista - Implementar e aplicar políticas públicas de emprego que garantam mais postos, melhoria salarial e o combate o trabalho escravo.
- Guaianases e Itaim Paulista - Incentivar programas de geração de renda em todos os conjuntos habitacionais, com crédito solidário e com recursos do FNHIS.
- Perus - Criação de centros profissionalizantes, para primeiro emprego, e para jovens e adultos em situação de desemprego.
- Sé - Fazer a regulamentação dos camelôs na rua 25 de março.
- Sé - Promover e institucionalizar feiras solidárias no Centro de São Paulo para comercializar produtos da Economia Solidária, bem como divulgar empreendimentos culturais.
- Promover a inclusão digital, com instalação de telecentros no Jardim Miriam, na Vila Joaniza e na Cidade Júlia.

Ações para as áreas de maior vulnerabilidade social

- A Prefeitura deve desenvolver políticas de combate à pobreza a partir da articulação e integração de diversas práticas sociais, focando essas ações em mulheres chefes de família, com baixa renda e pouca escolaridade. Práticas sugeridas:
 - Educacionais (creches, formação escolar e para o trabalho);
 - Assistência Social (programas redistributivos como Bolsa Família);
 - Saúde (da mulher, gestante e da família);
 - Investimentos em trabalho e renda – promover cursos de doces e salgados, pães e biscoitos, bolos e tortas, cabeleireiros, manicure e pedicure, corte e costura, reparo de eletrodomésticos, artesanato, entre outros;
 - Garantir a gestão e a continuidade destas ações.
- Implantar projetos de hortas e cozinhas comunitárias;
- Desenvolver políticas de microcrédito, formação e assessoria para desenvolvimento de empreendimentos populares e solidários, e garantir a gestão e continuidade dessas ações no longo prazo (planejamento de 20 anos).
- Promover o desenvolvimento local nas localidades mais vulneráveis a partir da implantação de universidades, distritos industriais, centros comerciais, incubadoras de empresas e centros de formação para o trabalho com jovens e adultos.
- Implantar Incubadoras Públicas de Empreendimentos Populares e de Economia

Solidária, tendo como referência as Incubadoras de Santo André-SP e Osasco-SP. Distribuir 1(uma) Incubadora para cada 500 mil habitantes e prioritariamente nos bairros periféricos e com alta vulnerabilidade social .

- Utilizar galpões “abandonados” da orla ferroviária como “incubadoras” de empresas de eventos e das atividades da chamada “Economia Criativa” como design, moda, produtoras de vídeos, cinema etc, com forte apelo para os jovens.
- Articular e implementar em parcerias com ONG’s, fundações, incubadoras e instituições que trabalham com microfinanças e microcrédito um aprofundamento de práticas de Bancos Populares e instrumentos de microcrédito nas periferias de São Paulo (Sul, Leste e Norte). O ideal seria oferecer taxas de juros inferiores a 2% ao mês, flexibilidade de valores, grupos de aval solidário, e crédito orientado e assessorado para empreendimentos em processo inicial.
- Estimular empresas do município para que aumentem a contratação de jovens por meio da Lei do aprendiz, articulando Secretarias de Assistência Social, de Trabalho, de Educação, de Segurança e empresas, priorizando os casos de vulnerabilidade juvenil, nos bairros ou distritos mais problemáticos.
- Investir em projetos que ensinem a criar objetos artesanais ou produtos culturais, de forma que possam passar para as seguintes gerações, promover a identidade cultural e se inserir no mercado de economia solidária.
- Muitas vezes por razões culturais o homem desempregado se desagrega da família por vergonha. Isso também está associado ao alcoolismo e ao ingresso em grupos criminosos. As políticas de empregabilidade devem ser pensadas sob essa perspectiva.
- Incentivar as empresas de médio e grande porte – nacionais e multinacionais – para que venham a firmar convênio de estágios com escolas públicas da periferia. Isso aumentaria a chance de alunos da periferia ingressarem em empresas que possam oferecer chances de carreiras com emprego formal e incentivaria a diversidade nas empresas.
- Criar um programa de trabalho com interação entre jovens e idosos da periferia, voltado à estética e embelezamento da cidade, especialmente na área de periferia e favelas. As pessoas aprenderiam a melhorar muros, casas, fachadas, calçadas, jardins etc.

Transporte e Mobilidade

Propostas das Crianças e Adolescentes

- Promover programas para conscientizar as crianças sobre os perigos do trânsito, visando reduzir a médio e longo prazo os acidentes. A idéia é que motoristas respeitem a vida dos pedestres, parando quando um cidadão quiser atravessar a rua e não tiver semáforo ou faixa de pedestre.
- Enquanto a população não estiver habituada a cultivar um trânsito pacífico, sugerimos a construção de lombadas eletrônicas e campanhas para que se respeitem os limites de velocidade, semáforos e as vagas de estacionamento reservadas para deficientes.
- A prefeitura deve incentivar o cidadão a deixar o carro em casa, usando-o apenas em último caso e evitando a presença de carros com apenas uma pessoa dentro.
- Incentivar sistemas de carona como prática entre pessoas que moram perto e trabalham ou estudam em locais próximos e a adoção de ônibus particulares para trabalhadores de empresas, indústrias e serviços públicos.
- Aumentar o investimento no transporte público, inclusive escolar, aumentando as linhas de trem e metrô, que devem estar interligadas, e garantindo a acessibilidade de pessoas com todo tipo de deficiência.
- Para permitir uma circulação tranquila das pessoas nas estações de trem e metrô, sugerimos que a entrada dos usuários seja alargada, com mais catracas, e que se crie um sistema mais eficiente de circulação de ar dentro das estações.
- Para os terminais urbanos de ônibus, propomos que mais fiscais ajudem na organização das filas.
- Construir ciclovias unindo os principais pontos da cidade e realizar campanhas para ensinar a população que bicicleta é um meio de transporte que, além de não poluir o ar de São Paulo, pode ajudar a pôr fim no trânsito caótico do lugar onde moramos.

Demais propostas do Fórum

Propostas Emergenciais

Pedestres

- Calçadas
 - Universalizar e melhorar a qualidade das calçadas e do mobiliário urbano;
 - Aprimorar o programa PASSEIO LIVRE;
 - Implantar calçadas permeáveis;
 - Tomar como base iniciativas bem sucedidas de outras cidades;
 - Incentivar os pedestres a fiscalizarem a qualidade das calçadas, criando um endereço eletrônico da prefeitura para receber denúncias com fotos;
 - Impedir a ocupação das calçadas estreitas por camelôs, pois muitas vezes pouco espaço sobra para o pedestre.

- Segurança do pedestre
 - Criar rotas seguras no entorno das escolas;
 - Implantar faixas de pedestres em todos os cruzamentos e, em locais de grande circulação, implantar faixas especiais;
 - Revitalizar e construir passagens e travessias de pedestres;
 - Melhorar a iluminação pública.

Bicicleta

- Acelerar a elaboração do Plano Ciclovitário Municipal
 - Criar ciclo-rotas e estacionamentos-bicicletários;
 - Definir as rotas prioritárias e apresentar cronograma de execução;
 - Consultar projetistas especializados em projetos ciclovitários;
 - Ouvir a opinião da população interessada sobre o Plano Ciclovitário Municipal;
 - Implantar projetos piloto.

- Incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte pelos servidores públicos com bicicletário, armários e chuveiros nas repartições públicas.

- Finalizar os projetos ciclovitários já aprovados e em execução pela Prefeitura.

- Promover a reestruturação administrativa da coordenação da política ciclovitária (criação da subsecretaria da Bicicleta).

- Promover o monitoramento do uso de bicicletas para otimizar políticas públicas (colisões, rotas etc.).

- Analisar em que medida, de fato, o pouco uso proporcional da bicicleta como meio

de transporte está diretamente relacionado à segurança e infra-estrutura inexistentes.

Transporte Público – Ônibus

- Corredores de ônibus:
 - Estabelecer metas escalonadas anuais de corredores de ônibus: 100 km em até 1 ano, priorizando-se os projetos aprovados ou em implantação, e 400 km nos 3 anos seguintes de gestão;
 - Criar corredores exclusivos para ônibus, sem exceções;
 - Autorizar ultrapassagens fora do corredor.

- Bilhete único:
 - Adaptação a diferentes tipos de usuários:
 - Passagem avulsa;
 - Por períodos determinados – 1 dia, 1 semana, 1 mês;
 - Sem restrição de número de trocas de ônibus;
 - Desconto progressivo para os usuários mais freqüentes;
 - Que seja possível novamente validar o cartão dentro do ônibus.

- Melhoria do transporte público:
 - Aumentar a frota de ônibus;
 - Regularizar os horários de circulação;
 - Aprimorar os itinerários e linhas;
 - Construir passarelas de acesso aos pontos, onde for necessário;
 - Adequar os veículos, tendo em vista critérios ambientais e de acessibilidade;
 - Melhorar a higiene e conservação;
 - Estabelecer número máximo de passageiros por ônibus;
 - Melhorar as informações nos postos de ônibus, sobre linhas, trajetos e horários;
 - Melhorar a fiscalização e regulamentação das Lotações, para dar mais segurança e qualidade;
 - Criar linhas de ônibus executivos, com mais conforto, preços diferenciados e menor número de paradas.

- Melhoria da informação ao usuário:
 - Linhas e itinerários;
 - Horários;
 - Mudança de itinerários;
 - Melhorar o sistema de atendimento ao usuário da SPTRANS;

- Treinar e capacitar motoristas e cobradores para atendimento adequado, responsável e cordial ao público e aos usuários com dificuldades especiais, além respeito às leis de trânsito, ao pedestre e ao ciclista;
- Instalar unidades de juizados especiais cíveis nos terminais de ônibus da cidade, a exemplo da experiência bem-sucedida dos aeroportos. A realização de audiências de conciliação para resolver impasses provocados por cancelamentos, atrasos e outras questões, pode ajudar a minimizar os problemas enfrentados por cerca de 30% da população de São Paulo que se locomove diariamente por meio do transporte coletivo.
- Os horários de partida dos ônibus devem ser afixados nos coletivos e nos pontos finais, e a SP Trans deve exercer uma fiscalização efetiva para que esses horários sejam cumpridos.

Circulação Viária

- Restrições à circulação:
 - Redução da velocidade dos veículos automotores em vias de grande circulação de ciclistas e pedestres;
 - Proibição de estacionamento de veículos no centro;
 - Fiscalização e inspeção veicular rígidas;
 - Aumento do número de radares;
 - Multas aos veículos transitando com apenas uma pessoa no dia 22 de Setembro, Dia Mundial sem Carro.

- Ampliação do rodízio:
 - Placas par e ímpar, sistematizadas por horário;
 - Placas par e ímpar, sistematizadas por dia;
 - Para o período das 5:00 às 21:00 horas.
 - Rodízio das 7 as 11 hs e das 17 as 21 hs. Hora par roda carro com placa final par, hora ímpar roda carro com placa ímpar.
 - Implementar rodízio de 2a. a 6a. Feira, sendo das 7 as 8:30 placas finais par e das 8:30 as 10:00 hs placas ímpares, Além de não prejudicar muito em função do horário mais curto, garantiria a redução de 50% de carros nesses períodos. Para o período da tarde seria o inverso.

Acessibilidade

- Plano de Ação sobre Acessibilidade – vias públicas, coordenação institucional e transporte público:

- Apresentação de cronograma com quantificação de rotas e equipamentos urbanos acessíveis e de adequação da frota de ônibus, em atendimento ao Decreto Federal 5.296/2004;
- Desenvolver os trabalhos da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA);
- Divulgar os serviços de apoio existentes e divulgar o cadastramento de itinerários no portal da SPTRANS;
- Garantir o cumprimento da Lei 11.250/92, que dispõe sobre isenção de tarifa no transporte coletivo de São Paulo a pessoas com deficiência e de baixa renda;
- Estender o benefício à integração modal no médio prazo.

Educação e Trânsito

- Campanhas de educação no trânsito contínuas e periódicas.
- Realizar a campanha “A Faixa de Pedestres é Sagrada”.
- Realizar a campanha “Proteja o Ciclista – um Carro a Menos”.
- Tolerância zero para infrações de trânsito que atentem contra o pedestre e ciclistas.
- Realização do Dia Semanal Sem Carro.

Planejamento Urbano e de Mobilidade

- Instituir o Plano Diretor de Mobilidade, conforme o Estatuto da Cidade.
- Moratória à expansão de vias para carros.
- Moratória ao mecanismo de operações urbanas.
- Moratória aos grandes shoppings.
- Priorizar as políticas públicas de transporte público e bicicleta no orçamento / investimento.
- Suspender o repasse de recursos da Prefeitura para investimento em obras do Metrô.

Veículos e Poluição

- Realizar inspeção ambiental veicular, com avaliação periódica de seus resultados ambientais x custos.
- Impedir que os ônibus permaneçam nos pontos finais, terminais ou rodoviárias da cidade com o motor ligado.
- Cumprimento do PSIU (poluição sonora veicular).

Propostas de médio e longo prazo

Pedestres

- Apoiar políticas de circulação urbana que privilegiem a mobilidade dos pedestres, em detrimento da circulação dos veículos.
- Transferir a responsabilidade pela conservação e adequação das calçadas ao Poder Público e redefinir e esclarecer a responsabilidade dos proprietários dos imóveis.
- Fechar vias para automóveis, criando boulevares.
- Priorizar a segurança do pedestre e do ciclista no planejamento de mobilidade urbana.
- Além de priorizar ciclistas e transporte público, as intervenções urbanas devem ser feitas sob a perspectiva do pedestre. A cidade é para as pessoas.
- Promover a ampliação das calçadas em vias em que há grande fluxo de pedestres. (E não redução, como se está fazendo na Avenida Paulista.)
- Implantar iluminação adequada, mobiliário urbano convidativo, fiação subterrânea, galerias nos subsolos, permitindo manutenção das concessionárias sem quebra-quebra.
- A prefeitura deve realizar com a mesma eficiência e empenho do Projeto Cidade Limpa o Projeto Calçada Plana.
- Limitar o tamanho das bancas de jornal (pequenas). Hoje a maioria é maior do que muitas livrarias da cidade.
- Implantar totens informativos e formativos sobre a locomoção na cidade, com itinerários de ônibus etc.

Bicicleta

- Criar redes de motovias e ciclovias para o trânsito seguro da crescente frota de motocicletas e bicicletas da cidade de São Paulo.
- Elaborar e implantar políticas públicas e campanhas de educação e comunicação voltadas para a bicicleta como meio de transporte seguro, saudável e sustentável, visando estimular a mudança de 'olhar' para a bicicleta: de um 'objeto' de lazer para ser considerada efetivamente uma 'modalidade de transporte'.
- Sensibilizar os ciclistas e motoristas quanto ao CTB – Código de Trânsito Brasileiro e suas recomendações sobre o uso da bicicleta.
- Monitorar o uso da bicicleta para subsidiar políticas públicas.
- Instituir incentivos fiscais a empresas que estimulem seus funcionários a usar a bicicleta como meio de transporte.
- Implantar bicicletários em todas as estações do metrô, trens e ônibus.
- Estabelecer metas para o aumento de bicicletários na cidade.

- Por que não usar o “super-solo” para receber bicicletas e ciclomotores? Super-solos = vias elevadas, super leves, super baratas, super bonitas e não concorrem com os veículos. Muitos passariam a usar bicicleta ou ciclomotor se o trajeto fosse seguro.
- Definir um novo padrão de Boletim de Ocorrência para levantar dados e pesquisa de acidentes com bicicleta e pedestre.
- Permitir o transporte de bicicleta nos dias úteis no metrô, fora do horário de pico. Das 9h às 16h e depois das 20hs, por exemplo. Pode ser um grande incentivo.
- Incentivos fiscais para empresas que comprovassem que x% dos funcionários utilizam a bicicleta para vir e ir do trabalho e que invistam um percentual do seu faturamento em infraestrutura para isso (vestiários, lavanderia, equipamentos etc.)

Transporte Público – Ônibus

- Bilhete único.
 - Bilhete único integrado em toda região metropolitana.
 - Bilhete único e BOM gratuitos para os desempregados.
 - Bilhete único – ônibus/metrô/trem – sem taxa adicional.
- Melhorar a fiscalização e regulamentação das lotações, visando à segurança e qualidade.
- Retirar de circulação todos os ônibus que causam poluição do ar e sonora, substituindo-os por outros ecologicamente corretos.
- Retirar de circulação todos os ônibus que possuem degraus que dificultam o embarque e desembarque de idosos, obesos, pessoas com deficiência, tanto nos membros inferiores como superiores, gestantes e mães com crianças no colo.
- Renovar a frota de ônibus, colocando-se ônibus com ar condicionado em toda cidade, e não apenas em bairros para classes A e B, como o Brooklin.
- Priorizar o uso dos corredores de ônibus para esses veículos, não permitindo tantas exceções como as que são hoje previstas na legislação municipal.
- Estudar a viabilidade dos corredores serem utilizados somente com ônibus que percorrem exclusivamente sua extensão, sendo que de suas extremidades ou de pontos intermediários saiam outros ônibus/microônibus para complementação dos trajetos.
- Substituir todos o ônibus a combustível fóssil por ônibus elétricos ou a biocombustíveis ou álcool.
- Construir terminais de ônibus e estações de transferência.
- Promover o uso de ônibus híbridos e o uso de biocombustíveis ou álcool.
- Incentivar o uso de ônibus a gás natural.
- Re-qualificar o sistema trolebus.
- Criar outros corredores de ônibus com trolebus, como o que vai do Terminal

Jabaquara para Diadema. Além de proporcionar uma velocidade média 20% maior do que um ônibus diesel não emite nenhum tipo de poluente, tornando a única opção para reduzir a poluição ambiental e sonora nestes corredores.

- Incentivar o uso de vans executivas e cooperativas de transporte.
- Dotar os pontos de parada de ônibus de abrigos, mobiliário e sistemas de informação de forma a garantir aos usuários: informações sobre as linhas e seus itinerários, segurança e conforto.
- Promover o controle estatístico de fluxo de passageiros, usando essas informações para otimização do tempo gastos em paradas de ônibus, velocidade de circulação dos ônibus e intervalo de um ônibus para outro.
- Melhorar as condições de conforto nos ônibus e a forma de dirigir dos motoristas.
- Promover treinamento intensivo dos motoristas para dirigirem de forma econômica (acelerar pouco = frear pouco = economia de 20 a 30% do consumo).
- Implantar um sistema para avaliação do transporte público pelos usuários, em que, a partir de um determinado resultado negativo, as companhias pagariam multas.
- Promover o re-planejamento e adequação dos pontos de ônibus.
- Em caso de atrasos no ônibus, o passageiro poderia ser ressarcido, não pagando a passagem ou recebendo o valor de volta.
- Todos os ônibus que passam no centro deveriam ser circulares, somente passando pelo centro. São vários os benefícios desta medida, como a melhoria da qualidade do ar, diminuição do ruído, melhor ocupação do espaço etc.
- Pontos de ônibus devem ter a relação de linhas e seus destinos afixados, ou pessoas dando orientação, como em Santos.
- Retirar de circulação o sistema trólebus.

Transporte Público Sobre Trilhos

- Fusão da CPTM com o Metrô em seis anos, com metas de qualidade escalonadas anuais.
- Os trens devem ter a mesma qualidade que o Metrô.
- Utilização da malha ferroviária existente, mas desativada (Ex.: reativação da estação da CPTM Carlos de Campos).
- Construir novas linhas de trem e Metrô.
- Priorizar o uso de veículos leves sobre trilhos.
- Construir metrôs de superfície aéreos acompanhando as principais estradas urbanas (do Rodoanel às marginais), integrados com sistema de vans.
- Instituir sistema de bondes no centro.
- Integração carro-metrô (bolsões de estacionamento e convênio com o Metrô).
- Fiscalizar as obras do Metrô quanto à execução, segurança, prazos e orçamentos.

- Expandir a linha verde até Pirituba.
- Expandir a linha vermelha, passando pela Lapa e demais bairros, até a Freguesia do Ó.
- Implantar uma linha de trem da CPTM na marginal do Rio Tietê, ligando a Penha à estação Armênia do Metrô.
- Criar passarelas de acesso à margem oposta do rio Pinheiros para as estações do trem da CPTM.
- Implantar uma linha de metrô da Marginal Pinheiros (entre as estações da CPTM Morumbi e Berrini) até a linha 1 (Conceição, S.Judas ou Jabaquara), indo sobre o canteiro central da Av. Águas Espraiadas, e acessando a linha do Metrô por debaixo do Aeroporto de Congonhas e parte do bairro.
- Executar estudo para implantação de trem aéreo (monorail). Custa 20% do custo do metrô e a implantação é em 30% do tempo.

Circulação Viária

- Elaborar diagnóstico sobre o sistema de transportes e deslocamentos realizados no município, bem como análise de experiências de outros países.
- Promover a interdição total da circulação de carros particulares no centro velho (rótula e contra-rótula).
- Ônibus e metrô devem circular 24hs, inclusive nos finais de semana, e com horários adequados e amplamente divulgados.
- Pólos geradores de tráfego só devem ser permitidos sem vagas de estacionamento.
- Construção de bolsões de estacionamento e/ou parcerias com estacionamentos ao redor do centro, a um custo baixo.
- Cobrar pedágio dos carros particulares para circulação no centro (pedágio urbano).
- Adotar o modelo europeu de transporte em grandes centros, onde só é permitida a circulação do chamado ECOTAXI – triciclos com capacidade para 2 passageiros movidos pela força humana (como bicicleta com marchas), juntamente com bateria elétrica – fazendo interligação entre saídas do metro e circulação nas áreas centrais, e gerando centenas de empregos.
- Autorizar para táxis funcionarem como lotação.
- Promover a flexibilização do horário de trabalho e o trabalho em casa.
- Incentivar a criação das cooperativas de transporte de “logística reversa”.
- Proibir estacionamento nas regiões centrais e em ruas de alto tráfego e criar estacionamentos públicos de baixo custo próximo ao Metrô.
- Proibir a utilização do automóvel com apenas um passageiro nos horários de pico, em vias de grande circulação.

- Incentivar as “caronas solidárias”, utilizando, inclusive, a criação de “faixas solidárias exclusivas” para os carros com dois ou mais passageiros.
- Incentivar empresas para que organizem e estimulem a carona solidária de seus funcionários.
- Empresas devem oferecer ônibus fretado para estações de metrô e de estações de metrô para a empresa, diminuindo o tráfego de veículos pelos funcionários.
- Proibir estacionamento dos dois lados das vias principais.
- Tirar das ruas os carros com impostos em débito e os em más condições de uso.
- Restringir alças de acesso do Rodoanel.
- Rodoanel sem pedágios.
- Acelerar a implantação do Rodoanel.
- Os centros de distribuição de todas as atividades deverão ser deslocados para as proximidades do Rodoanel, de preferência em sua face externa.
- Criar bolsões de estacionamento nas entradas da cidade, nas principais rodovias, de onde sairiam ônibus expressos para Metrô e CPTM.
- Criar bolsões de estacionamento nas regiões de trânsito mais intenso e acabar com a zona azul nestas vias, para liberá-las para o tráfego.
- Criar novos pontos de ônibus com cobertura nas principais avenidas, todos com recuo, onde os ônibus saem da via de circulação, deixando-a livre para o tráfego.
- Criar estacionamentos mais baratos perto das estações do Metrô, em parceria com a Prefeitura, para estimular a população usar o transporte coletivo.
- Expandir o rodízio, restringindo final par ou ímpar.
- Tornar mais eficiente o Sistema de reclamações SPTRANS.
- Promover política de “tolerância zero” às infrações às normas de trânsito.
- Estudar a criação de corredores para caminhões nas principais rotas utilizadas.
- Fiscalizar com rigor os caminhões e ônibus para detectar aqueles fora de condições de uso.
- Fiscalizar a situação das calçadas usando um veículo (Tigrão), com mudanças dos procedimentos e prazos de cobrança da adequação pela Prefeitura.
- Exigir segundo grau completo para quem quiser tirar carteira de motorista, inclusive motocicleta. Os taxistas teriam um prazo para se adequar.
- Não permitir que motoqueiros com menos de 5 anos de carta dêem carona.
- Aumentar para 21 anos a idade mínima para ter carteira de motorista. Diminuiria o volume de novos emplacamentos e os acidentes causados por motoristas imaturos.
- Implantar fiscalizações volantes educativas, coercitivas e punitivas sem ônus.
- Disponibilizar mais integrações do tipo trem/ orça/ metrô ou ônibus.
- Utilizar os versos das placas de sinalização, sempre que seja possível, com mensagens educativas e institucionais.

- Avaliar o impacto do horário escolar para a piora do trânsito, e o que poderia ser feito para minimizá-lo.
- Todas as obras a partir de certo tamanho deveriam ser obrigadas a ter pátio para estacionamento e operação de carga, descarga, concreto, retirada de entulho.
- Melhorias viárias:
 - Alargamento de vias;
 - Sistema binário;
 - Reduzir ao máximo as ruas com sentido único;
 - Instalação e regulação de semáforos;
 - Construir elevados sobre rios e principais avenidas, com pistas de velocidade e reservadas ao tráfego não local.

Acessibilidade

- Plano de Ação sobre Acessibilidade – vias públicas, coordenação institucional e transporte público:
 - Redimensionar o número de rotas acessíveis;
 - Travessias em forma de faixas elevadas ou rebaixamento das calçadas;
 - Sinalização tátil de alerta e direcional;
 - Sistema de informação aos munícipes sobre a adequação de sua calçada;
 - Regulamentar interferências nas vias públicas por parte das concessionárias de serviços públicos;
 - Implementar, reformar e colocar cobertura, seguindo desenho universal, em todos os pontos de ônibus, principalmente na periferia;
 - Divulgar trajetos dos ônibus com letras maiores e em local mais visível;
 - Incluir ônibus acessíveis nas frotas de ônibus que fazem as linhas para os aeroportos;
 - Os ônibus devem ter anúncio das paradas em áudio, para atender às pessoas com deficiência visual.

Educação e Trânsito

- Inversão da prioridade na fiscalização das infrações.
- Implantar campanha de (Re) educação no trânsito, contínua e progressiva, com trabalho conjunto entre o poder público, a iniciativa privada, as ONGs e a sociedade civil.
- Tornar obrigatório uma aula sobre trânsito (pedestres e motoristas) em todas as séries de todas as escolas de São Paulo.

Planejamento Urbano e de Mobilidade

- Incentivar o uso e melhorar as condições do transporte público, a fim de proporcionar condição segura de trânsito aos pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas.
- Realizar planejamento de longo prazo para melhorar gradativamente a mobilidade no município. Sugestões imediatas: criação de um plano diretor de transporte público integrado, contemplando plano cicloviário e plano para corredores de ônibus e de mini e macro anéis ferroviários.
- Preparar a cidade para o trânsito seguro de deficientes físicos e idosos, com calçadas regulares, limpas, sinalização de piso e padronização na instalação de postes, lixeiras, orelhões etc.
- Fortalecer e integrar o sistema de transporte coletivo municipal com as cooperativas de transporte, de lotação e também com os sistemas estaduais.
- Elaborar um Plano de Circulação Viária e de Transportes, conforme estabelece o Estatuto das Cidades.
- Instituir parceria institucional com a Emplasa para realização de planejamento integrado de mobilidade metropolitana, atendendo ao caráter intermodal e sistêmico da mobilidade.
- Criar políticas que estimulem o trabalho no local da residência do trabalhador.
- Realizar o planejamento da mobilidade estruturado em 3 questões: "porque" (principais motivos de mobilidade: trabalho/estudo/lazer), "quem" (perfil dos usuários dos modos de mobilidade), "como" (modo principal de deslocamento).
- Implantar linhas de Veículos Leves sobre Trilhos – VTL no lugar dos corredores de ônibus.
- Priorizar os investimentos nos transportes coletivos e sistemas cicloviários.
- Os corredores de ônibus devem ser ampliados e seu percurso deve contemplar as cidades da região metropolitana, formando "espinhas dorsais" dos caminhos do transporte público, tendo coletivos com capacidade para transporte de grande volume de pessoas (bi ou tri-articulados).
- Fazer valer a lei que regula como as estruturas viárias devem ser. Uma via de 12m tem de ter 7m para carros e 2,5m de calçada de cada lado.
- Realizar consultas públicas sobre os projetos de mobilidade urbana.
- Modificar os critérios de uso do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito (Decreto nº 49.399 da Lei nº 14.488), destinando todo dinheiro arrecadado com multas para investimento em transporte público.
- Desestimular grandes deslocamentos populacionais para diminuir o uso de transportes.
- Tornar mais rigorosas as análises de impacto ambiental de grandes projetos urbanos.
- Executar e divulgar pesquisa de origem-destino para ônibus.

- Pressionar pelo fim de subsídios ao transporte individual e ampliar o subsídio ao transporte público.
- Implantar o plano “Todos por São Paulo pelo Trânsito Livre e Ar Limpo”.
- Deslocar os centros de distribuição para as proximidades do Rodoanel.
- Descentralizar os serviços públicos de acesso à cidadania.
- Revalorizar o comércio de rua.
- Incentivar o uso de horários flexíveis para jornada de trabalho.
- Incentivar empresas privadas a se instalarem em bairros da periferia, para diminuir a locomoção das pessoas ao trabalho, evitando a formação de bairros-dormitório.
- Incentivar as empresas privadas a adotarem transporte fretado para os funcionários.
- Adequar a logística de distribuição de produtos / matéria-prima para horários de baixo tráfego nas vias públicas.
- Fazer com que o Ministério do Trabalho e os demais órgãos competentes implantem um programa que permita a troca legal, e sem prejuízos trabalhistas, de funcionários que ocupam funções semelhantes em empresas diferentes, e que poderiam assim trabalhar próximos de suas casas, melhorando o tráfego urbano. Esta mesma estratégia poderia ser aplicada aos funcionários públicos.
- Promover o funcionamento de repartições públicas, bancos, cartórios, comércio etc, para que funcionem em dois turnos, permitindo assim que os cidadãos possam ser atendidos em horários com menor fluxo de trânsito.
- Para criar um elo que integre as iniciativas de revitalização do centro de São Paulo por meio da recuperação de edifícios históricos e da área chamada de Nova Luz, propomos um implantar um “Eixo Virtuoso” que conte com iluminação eficiente, segurança efetiva, calçadas adequadas para pedestres, bom paisagismo, estímulo por meio de redução de impostos para instalação de: bares, restaurantes, lazer e, na parte superior dos edifícios, o uso residencial. Seria como “um pequeno rio ligando ‘pontos de cultura e lazer’, um rio de luz, segurança e comércio que se avolumaria com o passar do tempo.

Veículos e Poluição

- Ampliar as estações de monitoramento na Região Metropolitana.
- Publicar as informações sobre emissão de poluentes e eficiência dos veículos.
- Criar/ implementar “estações com decibélmetros” distribuídos pela cidade para gerar indicadores da poluição sonora e, com isso, orientar a readequação dos fluxos viários.

Demandas locais

- Criar um corredor de ônibus na Av. 23 de Maio.

- Criar alternativas para escoar o trânsito da Radial Leste.
- Butantã – Implantar uma ciclovia paralela à Rod. Raposo Tavares.
- Freguesia/Brasilândia – Aumentar o transporte que atende ao Jardim Tiro ao Pombo, para diminuir a espera dos ônibus e lotações, pois a linha 938P Penteado/Barra Funda, em horários de pico, não supre a demanda.
- Freguesia/Brasilândia – Implantar semáforo de três fases, com câmera fotográfica, no cruzamento da Av. Cantídio Sampaio com Rua Padre Orlando Garcia da Silveira, pois os motoristas não respeitam os pedestres nem a sinalização.
- Freguesia/Brasilândia – Implantar câmera fotográfica na Av. Cantídio Sampaio na altura do nº 1600, em frente a escola Walfredo Arantes Caldas, para proteger a travessia dos estudantes.
- Freguesia/Brasilândia – Instalar um radar na Av. Inajar de Souza, pois lá acontecem rachas durante as quartas, quintas, sextas, sábados e domingos.
- Freguesia/Brasilândia – Ampliar a frequência das linhas de ônibus que atendem a Av. Inajar de Souza.
- Freguesia/Brasilândia – Melhorar a iluminação nas ruas, principalmente as mais afastadas das avenidas, nos seguintes bairros: Jd. Eliza Maria, Jd. Peri Alto, Jd. Vista Alegre, Jd. Santa Cruz, Jd. Tiro ao Pombo.
- Freguesia/Brasilândia – Implantar um corredor de ônibus na Av. Petrônio Portela.
- Jabaquara - Ampliar e melhorar a distribuição dos ônibus intermunicipais e municipais no terminal rodoviário.
- M'boi Mirim - Duplicação e interligação da estrada M'Boi Mirim com o Rodoanel (Sul).
- M'boi Mirim - Realizar a extensão do metrô Capão Redondo até Embu-Guaçu, com as estações Jd. Ângela/Jd. Ranieri/Parque do Largo/Jd. Capela e Jd. Jacira/Embú-Guaçu.
- M'boi Mirim – Duplicar a estrada do M' Boi Mirim, do Hosp. M' Boi Mirim até ponte do rio Boi Mirim, antes de maior expansão imobiliária deste trecho.
- M'boi Mirim – Construir a junção da av. Carlos Caldeira Filho até estr. do M' Boi Mirim (terminal Jd. Ângela)
- M'boi Mirim – Construir a junção da av. Guido Caloi, até a estrada da Baronesa.
- M'boi Mirim - Transformar a Estrada M'Boi Mirim em Via Expressa, do Jd. Jacira até Santo Amaro.
- M'boi Mirim – Promover campanha educativa regional para diminuir o índice de atropelamentos nas vias estrada de Itapeceira, estrada de M' Boi Mirim, José Barros Magaldi, Elias Maas e estrada de Guarapiranga.
- Pirituba - Substituir as lotações (9186) que atendem as linhas Lapa por ônibus, e diminuir intervalos de ônibus e lotações.
- Pirituba – Implantar a Linha Barra Funda, Praça Ramos (ou Correio) e Lapa (de

baixo), com saída do largo do Morro Grande, passando pela Rua Joaquim Ribeiro e seguindo pela Av Egdar Facó e pegando o corredor de ônibus.

- Pirituba – Aumentar a frota de ônibus e trens que atendem Pirituba, melhorar a qualidade dos veículos e planejar uma linha de Metrô até o bairro.
- Pirituba – Implantar um Poupatempo próximo ao Terminal Pirituba.
- Pirituba - Ampliar as linhas, principalmente a "Praça Ramos - Jaraguá", que tem o intervalo de 30 minutos em média.
- Pirituba - Melhorar as vias de acesso às marginais (ponte do Piqueri e ponte Atílio Fontana - Anhanguera).
- Pirituba – Melhorar a iluminação no bairro.
- Lapa – Implantar transporte da Vila dos Remédios para o centro da cidade.
- Lapa – Pacaembu - Oferecer aos moradores algum tipo de transporte que possibilite o acesso às estações do metro, para incentivar o uso do transporte coletivo, pois a topografia do bairro, com muitas ladeiras, não favorece esta opção.
- Lapa –Aumentar a quantidade de ônibus e horários das linhas: “Santa Mônica – 8004” e “Jd. Líbano / Pça. Ramos – 8677/10”, que atendem o Terminal Lapa.
- Perus - Construir um novo terminal de ônibus na Rua Delsuc Alves de Magalhães, no Bairro Morro Doce, para a linha Praça Ramos 8622, pois o atual não atende a demanda existente.
- Perus – Criar duas novas linhas de ônibus para Barra Funda e Pinheiros.
- Perus – Os moradores da Chácara Maria Trindade, localizada na altura do KM 27,5 da Rodovia Anhanguera, pedem isenção do pedágio do Km 26, pois se encontram segregados da cidade de São Paulo e sem acesso aos serviços públicos básicos. São onerados por uma taxa atual de R\$ 10,60 por deslocamento de ida e vinda dentro do próprio município, tendo que percorrer 10 Km para comprar um pão nas cidades vizinhas de Cajamar ou Santana do Parnaíba.
- Vila Prudente Sapopemba - Aumentar a frota de ônibus no período matutino, que passa na Av. Vila Ema, das linhas Term. Pq. Dom Pedro e da Liberdade, pois os ônibus passam sempre lotados e os motoristas não param no ponto.
- Sé – Melhorar a organização do corredor 9 de Julho, que tem problemas com acúmulo de pessoas nos pontos e distribuição irregular das linhas nas paradas.
- Sé – Ampliar as calçadas na Rua Pamplona.
- Sé – Melhorar a iluminação nas ruas Barra Funda e Lopes de Oliveira.
- Sé – Remodelar a Praça 14 Bis, transformando-a em um grande cruzamento, para dar mais vazão ao trânsito local.
- Sé - Sugerimos mais fiscalização para saber se as regras de circulação dos caminhões estão sendo cumpridas, inclusive a proibição da circulação de caminhões durante o dia (até as 20:00 hs) na avenida Marquês de São Vicente.

- Sé - Sugerimos a troca dos micro-ônibus para ônibus normais na linha Cambuci 4111 / 4115, e colocar em circulação aos domingos a linha Praça Ramos 7272, devido a demanda de passageiros.
- Sé - No centro, adoção de bondes circulares, e bolsões de estacionamento. Quem deixar o carro nada pagará pelo bonde e quem vem a pé ou por outro meio de transporte usará um bilhete tipo único de integração. As calçadas por onde circularão as pessoas serão fiscalizadas constantemente por câmeras e pela Guarda Metropolitana, a fim de inibir a violência e também irregularidades.
- Pinheiros – Instalar um farol e/ ou outra solução segura, na travessia da Passarela Miguel Reale da Estação Cidade Jardim da CPTM, no sentido passarela-parque do Povo. Há um grande risco de atropelamento no local.
- Pinheiros - A ligação entre as rodovias Imigrantes e Anchieta com a marginal Pinheiros, através da avenida dos Bandeirantes, deveria ser liberada para caminhões com ausência de tarifa, somente em um período estabelecido e fora dos horários de pico da cidade. Seria disponibilizada somente uma faixa da esquerda e não da direita como é hoje, para uma menor interferência entre tráfegos distintos.
- Cidade Ademar / Pedreira - Construir um terminal de ônibus na Pedreira e implantação de uma estação de transferência na Vila Joaniza.
- Cidade Ademar / Pedreira - Melhorar o sistema estrutural de ligação da Av. Cupecê com a estrada do Alvarenga.
- Cidade Ademar / Pedreira - Implantar um sistema binário na Av. Yervant Kissajikian e a Rua Carlos Facchina. A obra deve contemplar a colocação de calçadas permeáveis, plantação de árvores e floreiras, e a implantação de uma ciclovia.
- Cidade Ademar / Pedreira - Alargar a estrada do Alvarenga até a altura do nº 3.752, com a implantação de uma ciclovia.
- Cidade Ademar / Pedreira - Colocar o corredor de ônibus da Av. Cupecê em funcionamento, com veículos não poluentes, e interligá-lo à linha Lilás do Metrô.
- Guaianases - Construir linha de trem, ligando Guaianases / Cidade Tiradentes /Mauá, pois o emprego, as faculdades, os comércios encontram-se nos dois extremos: ABCD /Mogi das Cruzes e Brás. Uma ligação, sob trilhos, passando pela Cidade Tiradentes, desafogaria o trânsito na Ragueb Schoff, Aricanduva, Radial Leste e facilitaria a vida de milhares de pessoas, moradoras no extremo leste de São Paulo.

Demanda de quem trabalha ou estuda em São Paulo, e reside em municípios vizinhos

- Ampliar as linhas do metrô até as seguintes regiões: Cotia, Itapevi, Vargem Grande, Embu, Taboão da Serra e Caieiras.
- Ampliar as linhas de ônibus das empresas de transporte coletivo de São Paulo para atender a população de outros municípios como Cotia e Caieiras (ônibus saindo do

bairro da Barra Funda até o município dessas cidades).

- Conceder bilhete único de São Paulo ou o bilhete de ônibus metropolitano (BOM) para desempregados que pegam ônibus, e não somente oferecer esse benefício para os usuários de trem e metrô.
- Fazer com que o bilhete de ônibus metropolitano (BOM) faça integração com outros ônibus com destino a outros municípios, e com o de São Paulo.
- Aumentar os postos para recarga do bilhete para quem utiliza o bilhete de ônibus metropolitano (BOM) no município (por exemplo, em lojas, casas lotéricas, supermercados). Atualmente só é possível carregar na própria empresa que oferece o transporte coletivo da cidade, e gasta-se dinheiro de condução para ir até o local.
- Aumentar os postos de recarga para o bilhete único de São Paulo, isto é, quem mora em Cotia, por exemplo, precisa se deslocar para o bairro de Pinheiros em São Paulo para efetuar a recarga.
- Recuperar a ligação ferroviária da cidade de São Paulo ao litoral, a partir da linha C da CPTM. Não devemos nos dar o luxo de desperdiçar um investimento tão alto, e que aliviaria muito o transporte para o porto de Santos e as cidades do litoral.

Organizações Proponentes

Movimento Nossa São Paulo

Grupos de trabalho das áreas abaixo:

Acompanhamento da Câmara Municipal

Acompanhamento do orçamento municipal

Cultura

Democracia Participativa

Educação

Empresas

Esporte

Habitação

Indicadores da cidade e de cada subprefeitura

Juventude

Meio Ambiente

Mobilidade Urbana

Saúde

Segurança Cidadã

Trabalho e Renda

AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente

ABRASC – Associação Brasileira de Surdocegos

ADD – Associação Desportiva Para Deficientes

ADERE – Associação p/o Desenvolvimento, Educação e Recuperação do Excepcional.

ADEVA - Associação de Deficientes Visuais e Amigos

ADID – Associação Para o Desenvolvimento Integral do Down

Agenda 21 - Macro Sul

Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Básica de Saúde da Vila Terezinha

Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Básica de Saúde do Jardim Icarai

Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Básica de Saúde do Jardim Paulistano

AHIMSA – Associação Educacional Para Múltipla Deficiência

Aliança pela Infância

AMANKAY – Instituto de Estudos e Pesquisas

AME – Associação de Amigos Metroviários dos Excepcionais

APABB – Associação de Pais e Amigos das Pessoas com Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo

Associação Amigos da Cidade

Associação Amigos da Cidade Nova América

Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura

Associação Carpe Diem

Associação Gente Pequena do Brasil

Associação Mais Diferenças

AVAPE – Associação Para Valorização e Promoção de Excepcionais
Camargo Correa – funcionários
Casa da Mulher e grupo de Mulheres do Grajaú
CEDIPOD - Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência
Centro de Pesquisa e Documentação São Miguel Paulista
Centro Espírita Nosso Lar Casas André Luiz – FEAL
CEPEC – Centro de Estudos e Pesquisas Clínicas de São Paulo
Cia de Controle de Tráfego
Clube Amigo dos Deficientes
Coletivo Balaio Grajaú e Balaio Cultural
Comissão de Acessibilidade do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo
Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (São Paulo)
Comissão Permanente de Cultura de M'boi Mirim
Comunidade do Distrito de Grajaú
Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência
Conselho Gestor da Supervisão de Saúde de Parelheiros
Conselho Municipal da Pessoa Deficiente
CREN
CVI-AN – Centro de Vida Independente Araci Nallin
DERDIC – Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação da PUC/SP
DMR – Divisão de Medicina de Reabilitação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
Equipe Voluntários Sos/
Escola Ellen Keller
Escola Novo Ângulo Novo Esquema
Escola Para Crianças Surdas Rio Branco – Fundação de Rotarianos de São Paulo
Faculdade Oswaldo Cruz - alunos
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
Flm - Frente de Luta Por Moradia
FLM - Frente de Luta por Moradia
Fórum da Criança e do Adolescente do Grajaú e Capela do Socorro
Fórum do Idoso de Campo Limpo e M'boi Mirim
Fórum Permanente em Defesa da Vida de Parelheiros e Marsilac
Fórum Social Sul
Funcionários da Camargo Corrêa
Fundação Dorina Nowill
Fundação Gol de Letra
Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM
Fundação Telefônica
Fundo Municipal de Apoio a Juventude
Grajaú em Rede pela Cidadania
Grupo de Estudos de Educação Comunitária
Instituto Artesocial
Instituto Brasil Acessível
Instituto de Arquitetos dos Brasil
Instituto em Defesa da Cidadania 3º Milênio
Instituto Paradigma
Instituto Qualidade
Instituto Rodrigo Mendes
Instituto Vera
IRIS – Instituto de Responsabilidade e Inclusão Social
iSocial – Soluções em Inclusão Social
LARAMARA – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual
Leo Clube São Paulo Butantã
LESF – Lar Escola São Francisco

Movimento Brasil Competitivo
Movimento Negro
Movimento pelo Emprego
Movimento Popular de Saúde de Capela do Socorro
Movimento Superação
Movimento Todos pela Educação
Movimento Voto Consciente
Nortena
OAT – Oficina Abrigada de Trabalho
Oficina de Idéias e Marketing Cultural - Programa Banco na Escola
PADEF - Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho da
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho
Projeto Carona
Projeto: Abrace Seu Bairro
Promon
Rede Ashoka Empreendedores Sociais
Serasa
Sociedade Pestalozzi de São Paulo
SOS – Mata Atlântica
Space - São Paulo Ação Para Criança e Educação
União Brasileira de Cegos
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Yazigi

Cidadãos Proponentes

Ademir Andrade
Ademir Correia de Andrade
Adriana Claudia J. Ribeiro de Alvarenga
Adriane Takeda
Airton Góes
Alberto Otto
Albuquerque
Alexandre Wittboldt
Álvaro Pureza
Ana Beatriz Benites Manssour
Ana Lúcia Valente de Souza Marcondes
Ana Manssour
Ana Maria Barbosa
Ana Teresa Bonilha
Anderson Galvão de Almeida
Antonio Luis Guimarães de Álvares Otero
Antonio Timóteo de Andrade
Ariana Sofia M. Araújo De Arturo
Asuncion Blanco
Augustin T. Whelz
Beloyanis Monteiro
Bruna Augusto Pereira
Bruno Giarelli
Caio Dimov
Carla Graziela Amaral Santos
Carmen Zilda Ribeiro
Cássio Tramutola
Celso Luis Borges
Celso Luis Borges
Celso Luiz do Carmo
César de Sena Medeiros
César Pegoraro
César Yojiro Matsumoto
Christiano Ferreira
Clara Meyer
Claudia Peixes
Cláudio Estevam Próspero
Daniel José Burd
Daniel Wilson
Daniel Wilson
Daniela Fornasi
Daniela Rodriguez de Castro
Daniele Próspero
Daniele Tessaro de Assis
Daniele Tessaro de Assis
Débora Baião
Débora da Silva Baião
Denise Antonucci
Diana Malzoni
Dudu Braga
Edgard Jose Carbonell Menezes
Edilaine Ribeiro Okagawa
Edna Muniz de Souza
Edson L.Oliveira
Edson Lauzem Oliveira
Edson Manoel dos Santos
Eduardo Carrion Silva
Eduardo Carrion Silva
Eduardo Giacomazzi
Eliete Pena
Elisa Yara Adda
Elisabet Gomes do Nascimento
Elisangela Silva de Andrade
Elisângela Silva de Andrade
Emilio Martos
Ernani Roic
Eulália Alves Cordeiro
Evelin Pereira
Fábio Penteado Aranha Campos
Fabio Rejaili Siqueira
Felipe Queiroz Alves
Fernanda Ferreira Viana
Fernanda Rodrigues da Silva
Fernando Luis Figueiredo
Filipe Arthur A. Costa
Flávia Crhistina Prado
Flavia Loureiro
Flavia Luiza Santos Scabio
Flavia M C T Loureiro
Flavio Munhoz
Frederico Plass Rizzo
Geza Arboez
Gianfranco Vannucchi
Gilmar Almeida Rios
Gilmar Almeida Rios
Gilmar Manoel de Barros
Gisela de Oliveira
Graziele Campos da Silva
Grisiele Almeida Guimarães
Guilherme Bara
Helena Pires Fujiara Guerino
Hylton Sarcinelli Luz
Idalice Neves Moura dos Santos
Idar Feferbaum
Irma Gleide Mello
Isis de Palma
Isis de Palma
Ivan Cernev
Ivan Cernev
Ivan Souza Armelindo Passoni

Jane Hawkins
Jessica Queiroz Alves
João Baptista Cintra Ribas
João Carlos Benicio
Joao Carlos Borges Martins
João Cortez Neto
Joiiji Watanabe
Jorge Barreto
Jorge França de Moraes
Jorge Rafari
José Batista Cunha Neto
José Jailson da Silva
José Vicente Pimenta
José Vieira Sobrinho
Kamyla Borges Cunha
Karina Andrea Lailla Braz
Karina Souza
Karina Yumi
Karine Chambo
Kátia G. Vasques Miranda
Ladislau Dowbor
Laerte Aparecido do Nascimento
Leandra Migotto Certeza
Leornado Machado
Lourdes e Cristiane
Luana Santiago
Lucas Falciano Mana
Lucas Jurado
Lucas Soares
Lucia Baiano
Luciana de Paula Soares
Lucimar Rosa Dias
Lucimar Rosa Dias
Luis Alberto
Luis França
Luiz Otávio da Rosa Borges
Luiz Protásio Oliva
Marcio Vinicius Poletto
Marco Antonio Stoicov Nordi
Marco Magri
Marcos Campagnone
Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos
Maria de Fátima e Silva
Maria do Carmo Ferreira de Melo
Maria Isabel Rebolho Rego
Marli Ap G Souza
Marta Esteves de Almeida Gil
Martha Delbuque Pimenta
Mauricio Jardim
Maurício Mirra
Maurício Piragino/Xixo
Melina Risso
Mércia Consolação da Silva
Mirian Cotrim Correia Azevedo
Mirleide Monteiro
Monalisa Cardoso
Mônica Andreis
Mônica Cavenaghi
Mônica Yamada Ichihara
Nabil Bonduki
Natália Jurado
Nelson Luiz da Silva
Neto Angel
Nina Orlow
Norberto A. Torres
Oded Grajew
Osmar Ferreira
Otto Marques da Silva
Paola Sotta
Patrícia Martinez Batista
Patrícia S Macário
Paulo César de Paiva
Paulo Roberto Cardoso Barros
Paulo Willian L Conceição
Paulo Willian Lima da Conceição
Pedro Pontual
Priscila Cruz
Rafael Dantas
Rafael Geronimo da Silva
Rafael Simões
Regina Araújo
Regina Mercurio
Renata Crivoi de Castro
Renato de Aviz
Ricardo Mendes Leal
Ricardo Nagy
Ricardo Rodish
Ricardo Rolim Xavier
Roberta Pardo Mendes
Roberto Henrique P. da Silva C. da Cunha
Roberto Mandetta
Roberto Rios
Rodrigo Bandeira de Luna
Rodrigo Teixeira Lemes
Rogério Gonçalves de Oliveira
Romeu Kazumi Sassaki
Ronaldo Cesar
Rosana Gonçalves
Rosangela Giembinky
Rosangela Torrezan Giembinsky
Roseli Nascimento
Rubens Salles
Sacha Band
Sálvian Cotrim
Samantha Freitas Stockler das Neves
Samuel Maia
Sandro Nicodemo
Sara de Lima Ettinger Sereno
Sergio Bispo
Sergio Haddad
Sérgio Rocha
Silas Hernandez
Silvana Cambiaghi
Silvana Zioni

Silvio Dellaquila Jr.
Solange Couto dos Santos
Songu Tusauo Batagliu dus Santus
Sonia Aparecida Pinheiro Lopes
Bernarque
Sônia Cristina Silveira
Soraia Sausa
Tais de Oliveira Nunes
Tania de Oliveira Ortega
Thais de Lima Araujo
Thiago Antonio da Costa Arães
Thiago D'alessio de Souza
Thiago Vido
Thyago Lima
Tiago de Almeida
Tiago Tarcisio Lopes
Valdomiro Daniel
Valeska Silva de Toledo
Vanessa da Silva Santos
Vera Maria Braz
Vera Pardini
Vinicius Madazio
Viviane Cristina Pinto
Viviani Chamorro
Vólia Regina Costa Kato
Werner Bazilio
Wilson Ferreira dos Santos Filho
Zelito Sampaio
Zilda Casagrande da Silva

Realização

**NOSSA
SÃO PAULO**

www.nossasaopaulo.org.br